

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

MÁRCIO COSTA BRITO RIBEIRO

**A RELAÇÃO ENTRE IGREJAS EVANGÉLICAS E O ESTADO BRASILEIRO NA
NOVA REPÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS FENÔMENOS RELIGIOSOS
E MEMÓRIAS COLETIVAS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2024**

MÁRCIO COSTA BRITO RIBEIRO

**A RELAÇÃO ENTRE IGREJAS EVANGÉLICAS E O ESTADO BRASILEIRO NA
NOVA REPÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS FENÔMENOS RELIGIOSOS
E MEMÓRIAS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de concentração: Multiplicidade da Memória

Linha de pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Orientador: Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2024**

R37r

Ribeiro, Márcio Costa Brito.

A relação entre igrejas evangélicas e o estado Brasileiro na Nova República e a construção de novos fenômenos religiosos e memórias coletivas. / Márcio Costa Brito Ribeiro, 2024.

138f.

Orientador (a): Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 133 – 138.

1. Memória coletiva - Religião. 2. Neopentecostalismo. 3. Laicidade. 4. Bolsonarismo. I. Medeiros, Ruy Hermann Araújo. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The relationship between evangelical churches and the Brazilian state in the new republic and the construction of new religious phenomena and collective memories.

Palavras-chaves em inglês: Collective memory; religion; neo-Pentecostalism; laicismo; bolsonarism

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Prof. Dr. Orientador Ruy Hermann Araújo Medeiros (Presidente), Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (membro titular); Prof. Dr. José Patrício Bispo Júnior (membro titular).

Data da Defesa: 27 de março de 2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIO COSTA BRITO RIBEIRO

**A RELAÇÃO ENTRE IGREJAS EVANGÉLICAS E O ESTADO BRASILEIRO
NA NOVA REPÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS FENÔMENOS
RELIGIOSOS E MEMÓRIAS COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros -
Presidente
Instituição: UESB

Ass.: Ruy Medeiros

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos
Casimiro
Instituição: UESB

Ass.: Ana Palmira Casimiro

Prof. Dr. José Patrício Bispo Júnior
Instituição: UFBA

Ass.: José Patrício Bispo Jr.

Aos irmãos e irmãs em Cristo que, por amor ao evangelho de Jesus, sofreram e sofrem retaliações dentro de suas comunidades por não se curvarem à politização da igreja e à instrumentalização da fé pelo Bolsonarismo.

AGRADECIMENTOS

Como Cristão, não poderia deixar de expressar minha gratidão a Deus. Este trabalho é fruto de um longo processo de amadurecimento intelectual e espiritual. Não é fácil questionar sistema religioso que se está inserido. Nesse processo, em que experimentei a fé além do templo, da instituição religiosa, Jesus foi o meu guia, meu sustento, meu consolo e, principalmente, minha paz.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e todos que fazem parte da coordenação, do corpo docente e técnico. Ter a oportunidade crescer profissionalmente em um programa de excelência é um grande privilégio, que só me foi possível através de um ensino público superior sólido, de qualidade e comprometido com o conhecimento científico.

Um agradecimento especial à Profa. Luci e ao professor José Dias pelo acolhimento e presteza em atender às nossas demandas e aos queridos colegas de turma pelo companheirismo na lida acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Ruy Medeiros, não apenas a minha gratidão, mas todo o meu respeito e imensa admiração. Não tenho ideia de como descrever o que representou cada encontro de orientação para minha jornada acadêmica e para minha vida. Se já o admirava como advogado e professor, hoje o admiro pelo ser humano extraordinário que é. Muito obrigado.

Minha gratidão à querida amiga/irmã Rebeca Medeiros. Obrigado pelos longos períodos de desabafo nos momentos de dificuldade. Obrigado pela força e incentivo em cada etapa desse processo.

Minha eterna gratidão aos meus pais pela educação que me foi proporcionada e por todo o zelo na construção do meu caráter. Amo vocês.

À minha amada Luana, minha eterna gratidão pelo companheirismo, por ser para mim fonte de inspiração, incentivo e exemplo de ser humano a ser seguido. Obrigado pelo colo nos momentos difíceis e pelo seu sorriso nos momentos de alegria, que tanto me traz refrigério. Ter você ao meu lado me faz completo. Te amo.

Às minhas pequenas Bia e Alice. Obrigado por cederem um pouco do tempo de convívio com vocês para que eu pudesse cursar o mestrado. Um dia vocês entenderão a importância disso. Papai promete que iremos compensar as horas de estudo longe de vocês com muito carinho, beijos, passeios no parque e sorvete. Amo vocês.

A todos que, de alguma forma, contribuíram nesse processo, minha eterna gratidão.

RESUMO

A influência de segmentos religiosos na política é um fenômeno presente em diversos momentos da história, que imiscui na formação de memórias religiosas. No Brasil, essa relação, particularmente com o segmento evangélico, apresentou considerável crescimento, mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que consagrou o princípio da laicidade do Estado. A politização da fé evangélica alcançou o seu ápice nos pleitos presidenciais em 2014, 2018 e 2022. Em 2018, a instrumentalização da fé pela política foi fator decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Nesta senda, este trabalho se propôs a investigar quais os impactos da aproximação entre evangélicos e o Estado Brasileiro na Nova República para a condução da coisa pública e para a criação de doutrinas e memórias religiosas no segmento evangélico. Para tanto, traçamos um apanhado histórico sobre as religiões e a formação do Estado; propusemos uma análise sobre a influência da alienação, ideologia e da memória no processo de aproximação entre o Estado e as Igrejas Evangélicas na Nova República; analisamos a estrutura estatal e sua laicidade no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a proteção às liberdades religiosas e como, mesmo em um estado laico, a religião evangélica criou ou manipulou doutrinas para se aproximar de segmentos políticos; e buscamos compreender como a incursão religiosa na política contribuiu para criação de novos fenômenos e memórias religiosas. Por meio de uma abordagem dialética, estabelecemos um diálogo entre a história das doutrinas cristãs (do cristianismo primitivo ao movimento neopentecostal), a sociologia e a memória, consubstanciada na ideia de memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs. A pesquisa foi desenvolvida através de um procedimento histórico comparativo e teve como principal fonte para coleta de dados bibliografias correlatas. Como o ápice da relação entre políticos e evangélicos no Brasil, que culminou no fenômeno do Bolsonarismo, é recente, para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados, ainda, diversas fontes oriundas da rede mundial de computadores, com fito de analisar como essa relação interferiu na doutrina evangélica, na construção de novos fenômenos religiosos e novas memórias. Ao final, foi possível compreender como a politização do movimento evangélico na Nova República, especialmente nos pleitos presidenciais de 2014, 2018 e 2022, impactou na sobreposição das memórias religiosas. Memórias outrora consubstanciadas na fé, no espírito de comunidade e no amor foram sobrepostas por memórias de intolerância em decorrência da perseguição a fiéis perpetrada pelos próprios membros e líderes de comunidades evangélicas.

Palavras-chaves: Memória coletiva; religião; neopentecostalismo; laicidade; bolsonarismo.

ABSTRACT

The influence of religious segments on politics is a phenomenon present at various moments in history, which intermingles with the formation of religious memories. In Brazil, this relationship, particularly with the evangelical segment, has shown considerable growth, even with the promulgation of the Citizen Constitution of 1988, which enshrined the principle of the secular state. The politicization of evangelical faith reached its peak in the presidential elections of 2014, 2018, and 2022. In 2018, the instrumentalization of faith by politics was a decisive factor in the election of Jair Bolsonaro as President of the Republic. In this vein, this work aimed to investigate the impacts of the rapprochement between evangelicals and the Brazilian State in the New Republic on the conduct of public affairs and the creation of doctrines and religious memories in the evangelical segment. To do so, we traced a historical overview of religions and the formation of the State; we proposed an analysis of the influence of alienation, ideology, and memory in the process of rapprochement between the State and Evangelical Churches in the New Republic; we analyzed the state structure and its secularism in Brazilian legal order, as well as the protection of religious freedoms and how, even in a secular state, evangelical religion created or manipulated doctrines to approach political segments; and we sought to understand how religious incursion into politics contributed to the creation of new phenomena and religious memories. Through a dialectical approach, we established a dialogue between the history of Christian doctrines (from early Christianity to the neo-Pentecostal movement), sociology, and memory, substantiated by the idea of collective memory proposed by Maurice Halbwachs. The research was developed through a comparative historical procedure and had as its main source for data collection related bibliographies. As the peak of the relationship between politicians and evangelicals in Brazil, which culminated in the phenomenon of Bolsonarism, is recent, various sources from the World Wide Web were also used for the development of the work, aiming to analyze how this relationship interfered with evangelical doctrine, the construction of new religious phenomena, and new memories. In the end, it was possible to understand how the politicization of the evangelical movement in the New Republic, especially in the presidential elections of 2014, 2018, and 2022, impacted the overlapping of religious memories. Memories once embodied in faith, community spirit, and love were overlaid by memories of intolerance due to persecution of believers perpetrated by members and leaders of evangelical communities.

Keywords: Colective memory; religion; neo-Pentecostalism; laicismo; bolsonarism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bandeiras de Israel e EUA viram rotina em atos pró-Bolsonaro. Qual o simbolismo disso? 05 de maio de 2020.....	69
Figura 2 - Uso de crianças como escudo nos bloqueios de rodovias em SC será investigado pelo MP, 03 de nov. de 2022.....	72
Figura 3 – Imagem do filme “Tempos Modernos”.....	77
Figura 4 – Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso. 28 Jan. 2024.....	91
Figura 5 - Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. 20 set. 2020.....	98
Figura 6 - Em busca de voto evangélico, Trump participa de culto em igreja em Las Vegas e faz até doação, 10 out. 2020.....	103
Figura 7 - Em fala para evangélicos, Bolsonaro diz que eleição dele ‘teve propósito divino’, 27 nov. 2019.....	103
Figura 8 - A liderança emergente do mundo evangélico. 22 mar. 2023.....	110
Figura 9 - Em evento religioso, Bolsonaro e Michelle citam 'guerra do bem contra o mal'. 07 ago. 2022.....	111
Figura 10 - Bolsonaro vai à Marcha para Jesus e exalta pauta de costumes. 09 jul. 2022.....	112
Figura 11 - Influenciadores evangélicos olham para o debate político nas redes; veja ranking dos maiores perfis. 17 de jan. de 2022.....	115
Figura 12 - Pastores 'progressistas' avançam nas redes sociais, embora os conservadores ainda pautem o debate; confira classificação. 26 de nov. de 2023.....	116
Figura 13 - Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). 17 maio 2023.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DAI A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS: RELIGIÃO, MEMÓRIA E POLÍTICA.....	19
2.1 Noções históricas sobre as religiões e a formação do estado: dos paleantropídeos ao Antigo Egito e a origem do cristianismo.....	20
2.2 Cristianismo Católico a Reforma Protestante e a Contrarreforma.....	26
2.3 A formação das igrejas evangélicas no Brasil.....	46
2.4 O nascimento do movimento pentecostal e sua expansão no Brasil.....	51
3 MEMÓRIA RELIGIOSA E ALIENAÇÃO.....	60
3.1 A religião como quadro social na construção de uma memória coletiva.....	60
3.2 A expansão da extrema direita no Brasil e as igrejas evangélicas: alienação e golpe..	66
4 ESTADO, DIREITO E MEMÓRIA.....	81
4.1 Democracia e laicidade do estado brasileiro na Nova República.....	83
4.2 Os evangélicos, a extrema-direita e o Bolsonarismo.....	88
4.2.1 A atuação dos evangélicos de extrema-direita na política brasileira.....	89
5 A POLITIZAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS DOUTRINAS E MEMÓRIAS RELIGIOSAS.....	102
5.1 A igreja evangélica e o processo eleitoral no Brasil.....	102
5.2 Impactos da politização das igrejas evangélicas para os fiéis dissidentes: memórias e os novos fenômenos religiosos - “igrejas virtuais” e “desigrejados” e comunidades evangélicas progressistas.....	119
6 CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

“E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. O capítulo 8, versículo 32 do evangelho de João, acima transcrito, transformou-se em slogan de campanha nas eleições presidenciais brasileiras nos anos de 2018 e 2022 e foi usado com frequência por Jair Bolsonaro para qualificá-lo como portador da “verdade” e para gerar identificação com o eleitorado cristão, especialmente evangélicos.

A busca pelo apoio de segmentos religiosos em campanhas eleitorais não se restringe a disputas presidenciais recentes, tampouco a relação entre religião e política, que perpassa os mais longínquos períodos da história e interfere diretamente na formação e estrutura dos estados nas mais diversas sociedades.

Mesmo em alguns estados laicos, é possível perceber a influência religiosa. No Brasil, a Constituição Cidadã de 1988 que inaugurou a Nova República consagrou o princípio da laicidade estatal. Todavia, a religiosidade, particularmente cristã, está presente em vários segmentos da sociedade brasileira. A título de exemplo, feriados e datas comemorativas como natal, semana santa, dia da padroeira etc., além do próprio direito com o reconhecimento do casamento religioso com efeitos civis. A religiosidade é marcante no cotidiano dos brasileiros.

Embora religião e política tenham uma relação muito próxima, nos últimos anos essa aproximação tem se intensificado no Brasil. A reaproximação entre estado e religião, que se opõe ao distanciamento proposto pelo princípio da laicidade estatal consagrado na Carta Magna de 1988, tem acarretado consequências diversas, tanto para a sociedade, quanto para os fiéis.

A compreensão da realidade político-religiosa recente no Brasil, bem como os efeitos dessa intersecção, perpassa, necessariamente, por uma análise multidisciplinar, afinal, religião e política são fenômenos sociais complexos. Para tanto, dialogar os aspectos históricos com a sociologia e a memória é medida que se impõe para o desenvolvimento do objeto aqui proposto.

Nesse diapasão, este trabalho se propôs a analisar os impactos da aproximação entre evangélicos e o Estado Brasileiro na Nova República para a condução da coisa pública e para a criação de doutrinas e memórias religiosas no segmento evangélico.

Para alcançar o objetivo proposto, traçamos um apanhado histórico sobre as religiões e a formação do Estado; propusemos uma análise sobre a influência da alienação, ideologia e da memória no processo de aproximação entre o Estado e as Igrejas Evangélicas na Nova República; analisamos a estrutura estatal e sua laicidade no ordenamento jurídico brasileiro,

bem como a proteção às liberdades religiosas e como, mesmo em um estado laico, a religião evangélica criou ou manipulou doutrinas para se aproximar de segmentos políticos; e buscamos compreender como a incursão religiosa na política contribuiu para criação de novos fenômenos e memórias religiosas.

O estudo da memória tem se aperfeiçoado ao longo dos anos e, embora guarde íntima relação com a história, dela se distingue, perfazendo-se dois campos do conhecimento autônomos. Nesse sentido, afirma Nora:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p.09).

A história é um processo sistematizado de reconstrução do passado, com fito de permitir uma análise crítica sobre acontecimentos pretéritos. A memória, por sua vez, é um movimento vivo, dinâmico, produzido a partir das lembranças de acontecimentos passados.

A memória apresenta um olhar do presente sobre o passado, desprovido da sistematização e métodos típicos da história. Enquanto a história busca uma reconstrução imparcial do passado, a memória evoca os acontecimentos pretéritos impondo-lhes juízo de valor, sentimento, percepções, ideologias etc. A memória, portanto, ainda que individual, sofre influência do meio, da coletividade.

Nesse sentido, Maurice Halbwachs apresenta duas distinções entre a memória coletiva e a história:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo tipo que esquece uma parte de seu passado há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos. Porém, enquanto que numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num

movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado...

[...]

Há, com efeito, muitas memórias coletivas. É a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e podemos dizer que não há senão uma história. Isto é o que entendemos por ela. Certamente, podemos distinguir a história da França, a história da Alemanha, a história da Itália, e ainda a história de tal período ou de tal região, de uma cidade (e mesmo de um indivíduo). (HALBWACHS, 1990, p. 81-82; 85).

Para Halbwachs, portanto, ao contrário da história que não demanda uma continuidade entre períodos sucessivos, a memória será um processo de construção contínuo. Enquanto a história busca uma uniformidade, existirão várias memórias coletivas. Assim, a evocação das lembranças estará atrelada a quadros sociais de referência, como a família ou a religião.

Nesta senda, o estudo sobre a memória religiosa ganha proeminência para o trabalho aqui desenvolvido. A construção de tais memórias, decorre do diálogo com a história, a sociologia, a política e a ideologia. Por meio dessa convergência foi possível compreender como, especialmente ao longo da história recente do Brasil, a religião evangélica criou ou manipulou doutrinas para se aproximar ou distanciar de segmentos políticos e, em contraposição, como a incursão religiosa na política contribuiu para criação de novos fenômenos e memórias religiosas.

O diálogo proposto valeu-se do método dialético de pesquisa utilizado na construção do trabalho. Segundo Lakatos (2021, p.115):

para a dialética, as coisas não devem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. As coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Como corolário da sua própria natureza, o ser humano é um ser social. Não há como conceber a sobrevivência de uma criança, por exemplo, se não houver quem lhe proporcione o suprimento das mais básicas necessidades. Além das necessidades vitais da infância, o homem naturalmente busca inserção em grupos diversos, seja por necessidade de proteção, aceitação, afinidade, sentimento de pertencimento etc.

Nesta condição, o ser humano é produto do meio em que está inserido. Portanto, traz em sua construção aspectos culturais, linguísticos, religiosos, memórias, dentre outros. Assim, para que seja possível compreender determinado fenômeno social, não se pode restringir a análise à individualidade ou ao fenômeno em si, mas compreender o todo.

Nesse sentido, o que propõe o método dialético é o diálogo entre variadas esferas do conhecimento para que a compreensão do objeto seja alcançada. Desta feita, no trabalho aqui desenvolvido, o primeiro capítulo se dedicou a traçar um panorama histórico sobre a religião e a relação desta com a formação do estado.

A evolução histórica das crenças religiosas e a formação do estado dialoga com a sociologia e a memória. Ora, qual seria a finalidade de criar um ente abstrato (estado) para regulamentar as relações sociais se o ser humano não fosse um ser social? Como as sociedades conseguiram perpetuar as crenças religiosas se não pelo compartilhamento das memórias religiosas? Entender como o ser humano se liga ao divino ao longo da história perpassa, necessariamente, pelos aspectos sociais e de memória.

Como o trabalho se desenvolveu partindo de acontecimentos históricos para alcançar a compreensão de fenômenos recentes, o procedimento adotado na pesquisa foi o histórico comparativo. Segundo Lakatos (2021, p. 121), este consiste em “investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”.

O apanhado histórico desenvolvido no capítulo exordial teve como supedâneo literatura clássica sobre o tema. A busca das origens da ligação entre o homem e as divindades foi consubstanciada na obra de Mircea Eliade sobre a história das crenças e das ideias religiosas, enquanto o desenvolvimento do estado e a relação deste com as religiões ao longo do tempo se deu a partir da obra de Dalmo Dallari sobre a teoria geral do estado.

Ainda no primeiro capítulo, com vistas a alcançar o objetivo proposto, discorreremos sobre a história do cristianismo. Com fulcro principalmente nas obras de Kenneth Scott Latourette, Edward Gibbon e na Bíblia, foram apresentadas as origens judaicas das religiões cristãs, bem como o surgimento do catolicismo e do protestantismo. A partir dos escritos de Antônio Gouvêa Mendonça, Justo L. González, Richard Niebuhr e das pesquisas desenvolvidas em tese de doutoramento por Paul Freston, discorreremos sobre o protestantismo brasileiro, o desenvolvimento do pentecostalismo e a relação entre evangélicos e a política brasileira.

O segundo capítulo trouxe uma abordagem sobre a religião e a sua relação com a memória e a alienação. Para tanto, propusemos a análise a partir do recente crescimento dos movimentos políticos de extrema-direita no Brasil e no mundo. Particularmente, com relação ao Brasil, o avanço do movimento extremista culminou em um ataque ordenado de manifestantes contra a democracia na tentativa de impetrar um golpe de estado e de destituir um governo legitimamente eleito.

Nesse segundo tópico, foram abordadas as características históricas dos movimentos de extrema-direita observadas por Theodor Adorno na década de 1960 e estabelecida uma relação com o movimento no Brasil hodierno. Para a melhor compreensão do que foi proposto para este capítulo, a análise histórica dialoga, ainda, com a alienação, ideologia e a memória.

As características da extrema-direita na Alemanha da década de 60 apontadas por Adorno apresentam similaridades com o movimento no Brasil, que ganha proeminência a partir do pleito presidencial de 2014. Essas características percebidas nos movimentos extremistas que culminaram na tentativa de golpe em 2023 no Brasil estão imbricadas com a psicologia das massas tratada por Freud e Le Bon, bem como com os estudos sobre alienação e ideologia propostos por Marx.

Por se tratar de fenômenos recentes, as imagens constantes no texto e as notícias sobre a invasão à Praça dos Três Poderes na tentativa de destituição do governo eleito no pleito de 2022 foram extraídas de veículos de comunicação na rede mundial de computadores, especialmente sites de notícias como Metrópole, Poder360 e UOL, além de vídeos produzidos pelos próprios invasores e postados no *Youtube*.

A análise das notícias e imagens extraídas desses veículos de comunicação demonstram certo grau de desconexão dos extremistas com a realidade material. Essa desconexão, que culminou nos atos de violência praticados, encontram fundamento na psicologia das massas desenvolvida por Freud e possuem relação com a ideia de alienação e ideologia proposta por Marx, que, por sua vez, influencia diretamente na construção das memórias.

O tópico subsequente tratará sobre a laicidade do estado brasileiro. Embora consagrado na Carta Magna de 1988, o princípio da laicidade estatal não dissocia completamente o poder público de fenômenos religiosos. Nesta senda, é possível observar o quanto a religião ainda exerce forte influência no Estado Brasileiro em diversos aspectos como cultura, direito, memórias etc.

O exórdio do capítulo analisa o conceito de estado e sua relação com o direito a partir da doutrina de Miguel Reale. A análise dessa relação tem por objetivo compreender o direito como instrumento do estado moderno para concretização e proteção estatal às liberdades individuais.

Essa perspectiva de estado como garantidor das liberdades tem sua origem na concepção liberal de estado. É como corolário desse liberalismo que o estado moderno se dissocia dos segmentos religiosos e adota a laicidade como fundamento para garantia do livre direito de crença.

Malgrado a laicidade busque o distanciamento do estado de segmentos religiosos, nos últimos anos foi possível perceber uma reaproximação, particularmente com movimentos evangélicos no Estado Brasileiro. Essa reaproximação trouxe consequências para o próprio ente público em razão da necessidade de atender interesses privados de um determinado segmento religioso, em detrimento da coletividade.

Para construção do capítulo em comento, a fonte de pesquisa primordial foi a doutrina jurídica sobre a teoria do estado e o Direito Constitucional. Autores como Norberto Bobbio, Anderson Mascaro, Luiz Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Miguel Reale consubstanciaram os aspectos jurídicos do texto.

Para a análise dos impactos da reaproximação entre o Estado Brasileiro e os evangélicos, nos valem de projetos de lei apresentados ao Poder Legislativo, disponíveis no site oficial da Câmara dos Deputados, atos e documentos do Governo Federal disponíveis no *site* oficial do Poder Executivo, além de notícias veiculadas na rede mundial de computadores, tanto em sites oficiais como do Conselho Nacional de Justiça, quanto em sites jornalísticos como **Folha de São Paulo, Poder360, O Globo e Carta Capital**.

Além dos impactos na governança, a reaproximação entre estado e segmentos religiosos também trouxe consequências aos fiéis, suas doutrinas e memórias religiosas. A ingerência da religião no poder público representou a construção de memórias religiosas em um estado laico, quando estas deveriam ser construídas alheias à religião. Esses aspectos foram trabalhados no capítulo derradeiro.

A escrita desse último tópico trouxe consigo dois desafios: primeiro, a escassez de material bibliográfico específico; segundo a história e as memórias que ainda estão a ser construídas. Isso porque os eventos analisados são recentes, algumas páginas dessa história ainda estão a ser diuturnamente escritas.

A título de exemplo, em fevereiro de 2024 um pastor evangélico convocou seus fiéis e militantes da extrema-direita para uma manifestação de apoio ao ex-presidente Bolsonaro, mesmo após decisão judicial tê-lo condenado e considerado temporariamente inelegível. Todo o evento foi financiado pelo próprio líder religioso e teve a nítida finalidade de mostrar que, mesmo impossibilitado de concorrer a qualquer cargo nos pleitos subsequentes, Bolsonaro ainda teria força política junto à extrema-direita, dentre estes, muitos evangélicos.

A escassez de material bibliográfico para a construção desse capítulo foi superada pela rapidez com que as informações são disponibilizadas em meios eletrônicos. Líderes religiosos, a grande mídia e sites especializados deram conta de apresentar os fatos quase que em tempo real. Reportagens divulgadas nos meios de comunicação em massa, especialmente na rede mundial de computadores, em *sites* como **Folha de São Paulo**, **O Globo**, **Metrópolis** e **BBC Brasil**, possibilitaram a análise dos efeitos da politização das igrejas evangélicas.

Com a transmissão de cerimônias religiosas no *Youtube* e uma série de reportagens realizadas pela BBC Brasil, foi possível verificar como membros de comunidades evangélicas foram perseguidos dentro de suas comunidades de fé por não aderirem à politização das igrejas, especialmente pela extrema-direita brasileira.

Quanto à memória de fenômenos recentes, a análise se tornou possível a partir da percepção do presente como um breve momento de transição entre passado e futuro. Quanto tempo dura o presente?

Ora, para Santo Agostinho, o presente torna-se passado a todo momento. O interstício que divide o presente do passado é demasiadamente tênue, portanto, a percepção de presente é passageira e o agora, como um rápido devaneio, se torna passado.

O critério cronológico que dispomos para aferir o tempo presente não dá conta de delimitar onde o presente cede espaço para o passado. A percepção de acontecimentos tenros, a despeito do curto espaço de tempo, já constrói novas memórias pois o presente é passageiro e logo se perfaz em passado.

As memórias desses novos acontecimentos puderam ser construídas, portanto, em razão de fatos ocorridos nas comunidades de fé em um passado próximo. O surgimento de novas doutrinas e fenômenos religiosos busca a destruição das antigas memórias religiosas para construção de novas, independentemente do interstício curto ou longínquo entre o hoje e o surgimento dessas doutrinas.

Assim, a perseguição enfrentada pelos fiéis evangélicos que não se renderam à politização da fé e não aderiram ao fenômeno do Bolsonarismo¹, já construiu novas memórias religiosas, mesmo que ocorrido em um passado recente. A saída de fiéis de suas comunidades de fé para outras comunidades representou a construção de novos lugares de memória. O fenômeno do “desigrejamento” importou na ausência de aspecto espacial para construção de memórias coletivas.

As memórias religiosas que evocavam sentimentos genuínos de fé, amor e fraternidade foram sobrepostas por novas memórias de perseguição e intolerância. Portanto, o capítulo derradeiro buscou analisar como os evangélicos dissidentes foram impactados e quais memórias foram e estão a ser criadas com esses novos movimentos nas diversas comunidades evangélicas

¹ O termo “Bolsonarismo” tem sido utilizado amplamente entre teóricos, jornalistas, pesquisadores etc., entretanto, não possui um conceito uniforme, mas características próprias. Trata-se de um movimento social decorrente de uma construção histórica, cujo nascedouro remonta os movimentos antipetistas em 2014, mas ganha expressividade no pleito de 2018. O fenômeno transcende à figura do próprio epônimo, embora nele inspirado. Não é incomum que se classifique tal fenômeno como o “Fascismo Brasileiro”, em razão das bandeiras defendidas pelos seus adeptos e a forma como são defendidas. O Bolsonarismo se tornou a personificação da direita ultraconservadora brasileira, defensora extremada da tríade integralista “Deus, Pátria e Família”, aversa e intolerante a quaisquer ideias de natureza progressista.

2 DAI A CESAR O QUE É DE CESAR E A DEUS O QUE É DE DEUS: RELIGIÃO, MEMÓRIA E POLÍTICA

O título desse tópico faz referência a uma passagem constante nos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, presentes na Bíblia, livro sagrado dos cristãos. A referida passagem, narra um evento em que Jesus é questionado sobre a obrigatoriedade de pagamento de impostos a Roma que, nesse contexto, era representada pela figura do imperador.

O questionamento e a resposta apresentada nos evangelhos, “Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus”, denota um aspecto da religião que se observa nas mais diversas sociedades ao longo da história: a relação entre a religião e o governo, a dicotomia entre o poder e o sagrado, transcendente à realidade material e o poder do Estado.

Para melhor abordar essa relação, é necessário compreender o que são e como evoluíram as manifestações religiosas, indo além da concepção conceitual e histórica, ou seja, é mister observar como tais manifestações interferiram e interferem até hoje na estrutura e no funcionamento do Estado.

Em razão das peculiaridades e das inúmeras formas de manifestação em sociedades e épocas distintas, dificilmente será possível identificar um conceito universal ou capaz de albergar todas as características inerentes aos fenômenos religiosos (MARCONI; PRESOTTO, 2022). Mais plausível seria identificar conceitos ou experiências religiosas, ao invés de um conceito universal e acabado. Possivelmente, o conceito mais conhecido parte da análise etimológica:

Segundo Sarah F. Hoyt (1912), a etimologia, explicada pelo gramático romano (século 4 a.D.) Sérvius: *religio, id est metus ab eo quod mentem religet, dicta religio* (religião, ou seja, medo; é considerada religião, o que une o espírito. Traduzido pelo atualizador), foi apoiada pelo filósofo cristão Lactâncius (aprox. 313 a.D.), que cita a expressão do célebre poeta romano Lucrecio (c. 96 a 55 a.C.): *religionum animus nodis exsolvere* (procuro desatar da mente os nós da religião), como prova da relação entre ligação e religião. Santo Agostinho, um dos mais famosos santos da Igreja Romana, adota essa definição e descreve a “verdadeira religião” como aquela que tem a intenção de reconciliar ou “reatar” a alma – que foi separada de Deus, ou se afastou Dele – com Deus. (MARCONI; PRESOTTO, 2022, p.98).

O início da relação entre o humano e o divino não pode ser precisado. Não há relatos de uma data específica em que o ser humano tenta compreender uma realidade que transcende ao

seu mundo material. Entretanto, registros arqueológicos nos permitem traçar uma evolução de tal relação no decorrer da história e em sociedades diversas.

A evolução histórica das religiões é o ponto inicial para sua melhor compreensão, todavia, a história não abarca todas as singularidades de fenômenos múltiplos tão complexos. Assim, estabelecer um diálogo entre a história, a filosofia, a sociologia e a memória permitirá um melhor entendimento sobre o fenômeno religioso e, posteriormente, a sua relação com governos e a Política.

2.1 Noções históricas sobre as religiões e a formação do estado: dos paleantropídeos ao Antigo Egito e a origem do cristianismo

Embora não haja uma data específica em que o ser humano se volta ao sagrado, estudos arqueológicos registram uma relação com o místico já entre os paleantropídeos.

Inicialmente, a presença mística pode ser percebida em razão do domínio do fogo e da utilização de ferramentas pelo ser humano. Essas acabam por tomar certas características de sacralidade. Ademais, ainda nas sociedades primitivas, a relação entre o ser humano e os demais animais que eram utilizados como alimento, era permeada de misticismo (ELIADE, 2010).

Por cerca de dois milhões de anos, os paleantropídeos viveram principalmente da caça, da pesca e da coleta. Mas as primeiras indicações arqueológicas referentes ao universo religioso do caçador paleolítico remontam à arte rupestre franco-cantábrica (~30.000). E mais, se examinarmos as crenças e os comportamentos religiosos dos povos caçadores contemporâneos, perceberemos a impossibilidade quase total de demonstrar a existência ou a ausência de crenças semelhantes entre os paleantropídeos. Os caçadores primitivos consideram que os animais são semelhantes aos homens, embora possuam poderes sobrenaturais; creem que o homem pode transformar-se em animal e vice-versa; que as almas dos mortos podem penetrar nos animais, e, finalmente, que existem relações misteriosas entre uma pessoa e um animal determinado (é o que se conhecia outrora pelo nome de *nagualismo*). Quanto aos seres sobrenaturais atestados nas religiões dos caçadores, distinguem-se os companheiros ou os "espíritos guardiães" teriomorfos, as divindades do tipo "ser supremo senhor das feras", que protegem simultaneamente a caça e os caçadores, os espíritos da savana e os espíritos das diferentes espécies animais. (ELIADE, 2010, p. 21).

Outro indício da presença da religiosidade em sociedades primitivas são as cerimônias fúnebres. Descobertas arqueológicas demonstram ossadas de corpos sepultados com chifres de animais, presença de ocre vermelha e objetos de adornos (ELIADE, 2010). Esses achados

arqueológicos apresentam duas características comuns ao fenômeno religioso: a presença de rituais e a preocupação do homem com o pós-morte.

Já no período paleolítico, as descobertas de pinturas rupestres em grutas indicam não apenas a existência da religião, como também do compartilhamento dessas manifestações entre indivíduos em lugares e períodos distintos.

O que surpreende à primeira vista é a "extraordinária unidade do conteúdo artístico: o sentido aparente das imagens não parece ter variado de ~30.000 a ~9.000 antes da nossa era, e permanece idêntico nas Astúrias e às margens do Dom". Segundo Leroi-Gourhan, trata-se da difusão por contato de um mesmo sistema ideológico, principalmente aquele que marca a "religião das cavernas".

Como as pinturas se encontram muito longe da entrada, os pesquisadores concluíram que as grutas são uma espécie de santuário. (ELIADE, 2010, p. 29).

O compartilhamento de fenômenos religiosos já no período paleolítico é de relevância ímpar, haja vista a forma rudimentar de comunicação. Isso corrobora a relação entre a religião e a memória, objeto de estudo neste trabalho.

À medida que as comunidades de indivíduos se desenvolvem, a relação entre o ser humano e as divindades ganha novas características, especialmente com o desenvolvimento intelectual e a consciência humana. Nesse sentido, insta lembrar que o misticismo religioso tem íntima influência dos fenômenos naturais dos quais o ser humano ainda não conseguia explicar.

A priori, fenômenos da natureza de grandeza assustadora ao ser humano, especialmente os relacionados ao clima, como chuvas, trovões, relâmpagos etc., ou ainda a relação entre o ser humano e outros animais de grande porte e o natural instinto de sobrevivência, fizeram com que as divindades ganhassem expressividade. A ignorância quanto à natureza e o medo faz com que seres místicos, que transcendem o mundo material, surjam como seres supremos, capazes de explicar tais fenômenos naturais e trazer proteção ao ser humano.

Com a evolução da racionalidade, o homem passa a ser capaz de entender alguns desses fenômenos naturais e lidar com eles. Desenvolve habilidades de plantio e formas de sociedade mais complexas. Por conseguinte, a relação entre o homem e as divindades ganha novos contornos.

Evidentemente, muitas tradições que são passadas geração após geração não se perdem, especialmente através do compartilhamento das memórias religiosas. Entretanto, a relação entre o humano e o divino se modifica à medida que o homem evolui. Nesse ínterim, outras

inquietações, como o surgimento do universo, do ser humano e até da própria divindade passam a ser objeto do desvelo humano. Essa relação entre as divindades e a origem do mundo, embora não se possa falar em um texto especificamente cosmogônico nesse período, remonta aos sumérios, ainda no terceiro milênio. Também entre os sumérios, foi possível verificar a íntima relação entre a essência humana e o divino, além de aspectos relacionados aos cultos e a forma de vida do homem de acordo com as determinações de divindades:

Segundo duas versões sumerianas, o homem primitivo partilhava de algum modo a substância divina: o sopro vital de En-ki ou o sangue dos deuses Lamga. Isso significa que não havia uma distância intransponível entre o modo de ser da divindade e a condição humana. É verdade que o homem foi criado com o objetivo de servir os deuses, os quais, antes de tudo, necessitavam ser alimentados e vestidos. O culto era concebido como um serviço aos deuses. Entretanto, se os homens são os servidores dos deuses, nem por isso são seus escravos. O sacrifício consiste sobretudo em oferendas e homenagens. Quanto às grandes festas coletivas da cidade - celebradas por ocasião do ano-novo ou da construção de um templo, elas possuem uma estrutura cosmológica.

[...] Já que os deuses são responsáveis pela ordem cósmica, os homens devem seguir suas injunções, pois elas se referem às normas, aos "decretos", *me*, que asseguram tanto o funcionamento do mundo quanto da sociedade humana. Os "decretos" fundam, isto é, determinam o destino de qualquer ser, de qualquer forma de vida, de qualquer empreendimento divino ou humano. (ELIADE, 2010, p.69).

Essas ideias relacionadas à origem do universo, aos cultos e à interferência das divindades nas ações humanas irão influenciar outras manifestações religiosas subsequentes. Exemplo dessa influência ocorre entre os sumérios, em que é possível encontrar relatos mitológicos de um dilúvio, utilizado pela divindade para destruição do mundo. Relato semelhante é encontrado na Epopeia de Gilgamesh, também da literatura suméria. Esses escritos demonstram semelhança com o relato bíblico do dilúvio e a arca de Noé (possível influência da literatura suméria nos escritos bíblicos).

Ainda sob uma perspectiva histórica, verifica-se gradativamente a interferência das crenças religiosas nas organizações políticas nas diversas sociedades. A crença religiosa assume paulatinamente contornos de instrumento de controle que interfere diretamente na estrutura social e de poder dessas sociedades.

Embora essa interferência já fosse perceptível nas religiões mesopotâmicas, em que “o rei mesopotâmico efetuava, na sua própria pessoa, uma união ritual entre as duas modalidades

de existência, a divina e a humana” (ELIADE, 2010, p.83), é no antigo Egito que a figura do soberano se liga de forma mais íntima às divindades.

Enquanto nas religiões mesopotâmicas o soberano era um intermediador entre o homem e as divindades, no antigo Egito o faraó era o próprio deus encarnado. Nesse período, é possível perceber a formação de organizações sociais mais complexas e organizadas. E é nesse momento que a maioria dos autores percebe a formação do estado.

Com pequenas variações, os autores que trataram deste assunto adotaram uma seqüência cronológica, compreendendo as seguintes fases: Estado Antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno. [...] Há, entretanto, duas marcas fundamentais, características do Estado desse período: a natureza unitária e a religiosidade. Quanto à primeira, verifica-se que o Estado Antigo sempre aparece como uma unidade geral, não admitindo qualquer divisão interior, nem territorial, nem de funções. A idéia da natureza unitária é permanente, persistindo durante toda a evolução política da Antigüidade. Quanto à presença do fator religioso, é tão marcante que muitos autores entendem que o Estado desse período pode ser qualificado como Estado Teocrático. A influência predominante foi religiosa, afirmando-se a autoridade dos governantes e as normas de comportamento individual e coletivo como expressões da vontade de um poder divino. (DALLARI, 2007, p. 62).

A relação entre o estado e a religião se manifesta em outras sociedades ao longo da história. Ainda na fase do estado antigo, a formação do estado hebreu é de peculiar relevância para a pesquisa aqui desenvolvida, tanto pela íntima relação entre governo e fé, quanto por ter sido o berço do cristianismo, religião predominante na sociedade brasileira hodierna e que tem mantido estreitas relações com os governos ao longo da história.

Algumas distinções terminológicas são bastante pertinentes para melhor compreensão sobre o povo hebreu e as origens do cristianismo. Isso porque a Bíblia, livro sagrado dos cristãos, não faz distinção terminológica entre hebreus, israelitas e judeus, mas cita ao longo do seu texto essas três expressões, fazendo referência em momentos distintos aos descendentes do patriarca Abraão:

O termo *Israel* tem várias significações. Por volta de 1210 antes da era cristã, ele aparece numa inscrição egípcia onde evoca um grupo (uma tribo?) relativamente importante, instalada nas montanhas de Efraim. Entre o século Xe 722 antes de nossa era, ele designa um reino cuja capital é Samaria e que não inclui nem Jerusalém, nem outros territórios ao sul da Palestina; esse Israel é mencionado também nos textos assírios e em outros - frequentemente - se fala, também, do "reino do Norte". Depois que os assírios deram fim a

esses reinos, "Israel" se tornou um termo "teológico" para designar o conjunto dos que veneravam o deus de Israel.

O nome de *Judá* se aplica, primeiramente, a uma região (para a qual usamos o termo Judeia) e a uma tribo, depois ao "reino do Sul, tendo por capital Jerusalém, governada, até 587 antes da era cristã, por reis tidos como da linhagem de Davi. Depois da desaparecimento desse reino, destruído pelos babilônios, Judá ou "Yehoud" se tornou o nome de uma província que fazia parte do Império persa e, depois, dos reinos helenistas.

Não se pode falar de judeu, ou de judaísmo, antes da época persa, ou da época helenista, porque é somente por volta do século IV que se estabelece um sistema religioso que se assemelha ao que hoje designamos pelo nome de judaísmo. Deve-se, portanto, evitar chamar de judeu ou judaísmo os períodos anteriores, para os quais convém utilizar termos como "israelita" ou "judaíta". [...]

O termo *hebreus* aparece, na Bíblia, como uma designação arcaizante dos israelitas ou dos judaítas e, depois, dos judeus. [...] Na maior parte dos textos bíblicos que se encontram nos livros do Êxodo e de Samuel, o termo "hebreus" é utilizado por outros povos para qualificar os israelitas. O uso do termo, que vai se impor por volta dos últimos séculos antes da era cristã, é o de um gentílico deliberadamente arcaizante, que será também empregado na literatura rabínica no Novo Testamento. (RÖMER, 2016, p. 19-20, grifos do autor).

A principal fonte sobre a história do povo hebreu é a Bíblia. Malgrado seja considerado para alguns segmentos religiosos livro sagrado, escrito sob inspiração sobrenatural, não há como olvidar a historicidade do texto bíblico. A título de exemplo, observa-se a compatibilidade entre relatos bíblicos da migração do povo hebreu para o Egito e achados arqueológicos:

O conto da ascensão de José a uma posição de proeminência no Egito, como narrada no Livro do Gênesis, é a mais famosa das narrativas de imigrantes cananeus que ascenderam ao poder no Egito, mas há outras fontes que oferecem essencialmente o mesmo quadro - do ponto de vista egípcio. A mais importante delas foi escrita pelo historiador egípcio Maneto no século III AEC; ele registrou uma extraordinária história de sucesso de um imigrante, só que, a partir de sua perspectiva egípcia patriótica, ela equivaleu a uma tragédia nacional. Baseando seus relatos em "livros sagrados" não nomeados e "contos e lendas populares", Maneto descreveu uma invasão maciça e brutal do Egito por estrangeiros vindos do leste, chamados por ele de hicsos, uma forma grega enigmática de uma palavra egípcia que ele traduziu como "reis pastores", mas que realmente significa "dominadores de terras estrangeiras". Maneto relatou que os hicsos se estabeleceram no delta, em uma cidade chamada Aváris. E eles fundaram ali uma dinastia que dominou o Egito com grande crueldade por mais de quinhentos anos.

[...]

A escavação mais importante foi empreendida por Manfred Bietak, da Universidade de Viena, em Tell ed-Daba, um sítio no delta ocidental identificado como Aváris, a capital dos hicsos (Figura 6, p. 66). Escavações feitas ali mostram um crescimento gradual da influência dos cananeus nos estilos de cerâmica, arquitetura e túmulos em torno de 1800 AEC. Na época

da décima quinta dinastia, uns 150 anos mais tarde, a cultura do lugar, que acabou se tornando uma grande cidade, era predominantemente cananea. Os achados de Tell ed-Daba constituem evidência para um desenvolvimento longo e gradual da presença cananea no delta e de uma pacífica tomada de poder ali. É uma situação estranhamente similar, pelo menos em suas linhas gerais, à das narrativas das visitas dos patriarcas ao Egito, que culminou com seu assentamento ali. O fato de Maneto, escrevendo quase mil e quinhentos anos mais tarde, descrever uma invasão brutal mais do que uma imigração gradual e pacífica provavelmente deveria ser entendido sobre o pano de fundo de seu próprio tempo, quando as memórias das invasões do Egito pelos assírios, babilônios e persas nos séculos VII e VI AEC ainda estavam dolorosamente vivas na consciência egípcia. (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2018, p. 64-65).

Evidentemente não se busca na presente pesquisa aferir a veracidade dos textos bíblicos. Não é esse o objeto aqui proposto. A utilização desses textos terá o propósito de fazer um apanhado histórico sobre um povo específico, de acordo com relatos feitos por este povo.

Feita esta ressalva e apresentadas as distinções terminológicas pertinentes, o relato bíblico sobre o povo hebreu apresenta um modelo de sociedade intimamente ligada ao sagrado. Conhecido por ser a mais antiga comunidade monoteísta, o povo hebreu constituiu um estado teocrático. Nesse modelo de estado, a interferência da divindade é extrema, afinal, é a própria divindade a responsável por regular as relações entre indivíduos por meio de um intermediário direto.

Segundo a narrativa bíblica, o povo hebreu foi escravizado no Egito durante 430 anos. Após longo período de escravidão, o deus dos hebreus, cujo nome é representado pelo tetragrama “YHVH”, por intermédio de Moisés, libertou o seu povo da escravidão e firmou com ele uma aliança, para torná-los um “reino de sacerdotes e uma nação santa”. (A Bíblia, 2020)

A aliança firmada entre “YHVH” e o povo hebreu possui uma peculiaridade com relação às outras alianças presentes no texto bíblico: ela é bilateral. Para que “YHVH” cumprisse com o que lhe cabia na aliança, o povo deveria cumprir obrigatoriamente as leis impostas. O relato do livro de Êxodo, demonstra não apenas a aceitação da condição como as normas de conduta estabelecidas pela própria divindade.

A estrita obediência à lei deveria ser observada até a vinda do messias prometido, que libertaria o seu povo do cativo da lei e, a partir da vinda do messias, a justificação se daria pela fé, consoante relato do livro de Gálatas, capítulo 2, versículo 16. (A Bíblia, 2020) Entretanto, para o povo judeu, o messias prometido ainda não veio ao mundo. Aqui se dá a

principal ruptura entre judeus ortodoxos e cristãos. Para estes últimos, o messias, deus encarnado, é Jesus Cristo.

Ainda segundo os relatos bíblicos, “Jesus de Nazaré” foi um homem, judeu, que viveu no primeiro século, na região da Galileia, Oriente Médio, que estava sob domínio do Império Romano. Consoante narram os evangelhos, durante a sua vida, Jesus teria anunciado o “Reino de Deus” e, através de sua mensagem, mostrava compaixão às pessoas consideradas impuras e indignas para os judeus.

A Bíblia narra, ainda, que a mensagem de Jesus afrontava em diversos aspectos a tradição judaica, indo de encontro aos interesses da classe religiosa de sua época. Essa classe religiosa teria sido responsável por levar Jesus à julgamento como um indivíduo subversivo, contrário aos interesses do Império Romano.

Os evangelhos descrevem como Jesus foi julgado e morto pelo Império. Após a sua morte, seus discípulos passaram a anunciar a sua mensagem e relatavam tê-lo visto ressurreto. A fé na ressurreição levou os discípulos não apenas a propagarem a mensagem de Jesus, mas irem de encontro aos poderosos da época abdicando das próprias vidas.

Embora não haja na Bíblia qualquer menção de que era o propósito de Jesus fundar uma religião, foi o ministério de Cristo o alicerce do cristianismo. Foram os relatos dos ensinamentos de Jesus que fizeram nascer a igreja de Cristo e, posteriormente, o cristianismo como instituição religiosa, com as mais variadas denominações.

2.2 Cristianismo Católico, a Reforma Protestante e a Contrarreforma

O cristianismo é resultado de uma construção histórica. Como retratado, não há na Bíblia qualquer indício de que Jesus fundou oficialmente uma religião. Jesus era judeu e, como tal, professava a fé no deus “YHVH”. O cristianismo como religião tem seu nascedouro a partir do relato bíblico da morte e ressurreição de Jesus.

A Bíblia relata que, após a ascensão de Jesus aos céus, sua mensagem passou a ser difundida por intermédio dos apóstolos. A narrativa de Atos dos Apóstolos aponta um crescimento exponencial dos que creram nessa mensagem e, denominados igreja de Cristo, formavam uma comunidade de fé em que além da crença, bens materiais eram partilhados.

Embora não houvesse revoltas e oposições diretas dos primeiros cristãos contra Roma, a mensagem, a forma de culto e o alcance da crença em expansão iam de encontro aos interesses

do Império. Ora, os primeiros cristãos eram pessoas oriundas das classes sociais menos privilegiadas, se reuniam em segredo, anunciavam um “Reino de Deus” pautado no amor ao próximo, na igualdade entre os seres humanos, na justiça e na salvação da alma, o que fortalecia o senso de comunidade e a solidariedade aos que necessitavam.

O relato bíblico em Atos dos Apóstolos demonstra o espírito fraternal dessa comunidade e o rápido crescimento atingido:

As primeiras conversões - Com o coração abalado ao ouvirem essas palavras, eles perguntaram a Pedro e aos outros apóstolos: "Que é que nós devemos fazer, irmãos?" Pedro lhes respondeu: "Convertei-vos receba cada um de vós o batismo no nome de Jesus Cristo para o perdão dos pecados, e receberéis o dom do Espírito Santo. Pois é a vós que é destinada a promessa, e aos vossos filhos, bem como a todos os que estão "longe, quantos o Senhor nosso Deus os "chamar". [...] "Os que acolheram sua palavra receberam o batismo e houve cerca de três mil pessoas que nesse dia se juntaram a eles.

A primeira comunidade - Eles eram assíduos ao ensinamento dos apóstolos e à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. O temor se apoderava de todo mundo: muitos prodígios e sinais se realizavam pelos apóstolos. Todos os que abraçaram a fé estavam unidos e tudo partilhavam. Vendiam as suas propriedades e os seus bens para repartir o dinheiro apurado entre todos, segundo as necessidades de cada um. (A BÍBLIA, 2020, p. 2054-2055).

Outro fator que proporcionou a rápida expansão da fé cristã foi a população que era objeto da mensagem propagada. Pessoas rejeitadas pela sociedade da época, mulheres, que não tinham espaço em outras religiões, pescadores, pobres, escravos etc. Todos que, de alguma forma, eram excluídos foram acolhidos em uma comunidade fraterna que pregava amor ao próximo e igualdade entre as pessoas.

Insta salientar que o império romano estava em expansão e a unificação dos povos conquistados era uma necessidade política, que proporcionaria governabilidade ao imperador e, por conseguinte, fortalecimento do império. Como os povos conquistados tinham cultura, língua, memórias e religiões distintas, o império precisava de uma estratégia que gerasse naquelas comunidades um sentimento de pertencimento e unidade.

Desta feita, a divinização do imperador seria uma eficiente estratégia para esse fim. Embora os romanos fossem normalmente tolerantes com a religião dos povos invadidos, como grande parte dessas comunidades eram politeístas, a personificação do divino na figura do imperador proporcionaria a unificação pela fé em uma divindade comum, sem gerar conflitos com a crença professada por esses povos.

Todavia, com relação aos primeiros cristãos, o culto ao imperador como divindade deixa de ser uma estratégia de unificação e se torna um obstáculo. Como o cristianismo tinha como mandamento basilar o monoteísmo e adoração exclusiva a “YHVH”, os cristãos não rendiam ao imperador romano a adoração exigida, o que colocaria em dúvida a lealdade e obediência ao Império. Os cristãos eram, portanto, considerados subversivos e foram violentamente perseguidos pelo império romano, especialmente com o imperador Diocleciano.

Mesmo com a perseguição, o cristianismo continuava a se expandir e se consolidar, notadamente no terceiro século, quando o império já enfrentava grave crise interna. Com a crise, não apenas a população menos favorecida se convertia ao cristianismo. Pessoas de classes sociais mais abastadas também começaram a se converter, buscando na nova religião alento à crise enfrentada no império.

O grande marco para a consolidação do cristianismo em Roma foi durante o governo do imperador Constantino. Segundo Funan (2002), por meio do Édito de Milão, em 313 d.C, Constantino põe fim a era de perseguição e garante aos cristãos a liberdade de culto. Com o império em crise e uma religião com forte capacidade de unificação em expansão, a união do império ao cristianismo acabou por se tornar uma importante estratégia política.

Nesse período, a igreja já possuía locais de reunião, estrutura hierárquica e liturgias organizadas e era considerada como uma religião acessível a todos (universal - católica). O cristianismo, que antes pregava uma religiosidade independente de templos e pautada na igualdade e fraternidade, começava a ganhar contornos de instituição religiosa. A ideia de isonomia, especialmente entre homens e mulheres, e a ausência de hierarquia vão aos poucos se perdendo e dando lugar ao antigo patriarcalismo e a uma estrutura hierarquizada entre líderes, pregadores e fiéis (NUNES, 2020).

O culto da igreja fora profundamente afetado pelas novas políticas estabelecidas pelo imperador Constantino, em consequência de o cristianismo haver sido elevado a uma nova posição como religião do império. A partir do século IV, iniciou-se uma forte tendência para modificar o culto, tornando-o cada vez mais elaborado e, por vezes, imitando a pompa da corte imperial. Os bispos e outras autoridades da igreja começaram a vestir ricos paramentos. A eucaristia deixou de ser a celebração do povo, que tornou-se cada vez menos participativo e mais espectador dos mistérios sagrados oficializados pelo clero. Por fim, as pessoas estavam acostumadas a assistir ao culto como uma plateia, acreditando que a mera assistência lhes fazia beneficiários dos méritos do culto. Conforme a adoração foi crescentemente recaindo sobre os ombros do clero, a igreja foi se tornando uma instituição cada vez mais clerical, chegando ao ponto em que frases como "a igreja ensina" ou "a igreja declara"

na realidade queriam dizer que "a hierarquia ensina" ou "a hierarquia declara". (GONZÁLEZ, 2015, p.168).

Embora a tradição católica não atribua a Constantino a sua fundação, não há como negar a importância do imperador romano na estruturação do catolicismo, afinal ele não apenas concedeu liberdade de culto aos cristãos, por meio do Édito de Milão, como interferiu diretamente na organização da doutrina, com a convocação do Concílio de Nicéia (FUNAN, 2002).

A convocação do Concílio de Nicéia por Constantino ocorreu em um período em que a Igreja precisava de maior unificação doutrinária. O cristianismo como organização religiosa ainda era recente no século IV e o seu principal personagem, Jesus Cristo, não deixou qualquer registro escrito, o que propiciava o surgimento de doutrinas que divergiam do que a Igreja entendia como verdade. Essas doutrinas são denominadas heresias pela Igreja Católica:

Heresia, do grego *hairesis*, significa escolha, opção. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (§2089), heresia é a negação ou dúvida pertinaz de uma verdade que se deve crer com fé divina e católica, por quem recebeu o batismo. Quem funda ou dá origem a uma heresia é denominado heresiarca.

[...]

A heresia, antes de ser considerada como tal, é apenas uma ideia errada. Mas, a partir do momento em que lhe é demonstrado que a doutrina que tal pessoa sustenta está errada, em contradição com a fé guardada pela Igreja, caso ela mantenha tal posição ou, pior, a dissemine, aí fica caracterizada a heresia. Herético é tanto aquele que está (e permanece) no erro (ou seja, na heresia), quanto aquele que induz ao erro. (ROBERTO, 2015, p. 141).

No século IV, a principal doutrina a ser enfrentada pela igreja foi a Ariana, que teve como precursor Ário, bispo de Alexandria, e questionava a divindade de Jesus. A expansão dessas teologias levou Constantino a convocar o Concílio de Nicéia com o intuito de unificar a doutrina da Igreja e combater as heresias. Inobstante a importância desse Concílio, doutrinas divergentes não deixaram de surgir, acarretando conflitos internos nos anos subsequentes.

Após Constantino, outro imperador teve um papel importante na consolidação do cristianismo católico não só como uma religião, mas como um poder político. Ainda no século IV, o imperador Teodósio I instituiu o cristianismo como religião oficial e passou a perseguir os não cristãos. Além do aspecto religioso, líderes da igreja começam a ter privilégios e a interferir na administração política.

A atuação do imperador Teodósio I é de relevante protagonismo para a doutrina da Igreja e para a sua relação com o Império. A consagração do Cristianismo como religião oficial se perfaz por meio do Édito Imperial. Com o Édito de Tessalônica, Teodósio não apenas decreta que o Catolicismo é a religião oficial do império, como passa a não tolerar as chamadas doutrinas heréticas:

Teodósio I (379-395): Católicos e hereges Cunctos popules, 380. (Cod. Theod. XVI.I.2)

Queremos que as diversas nações sujeitas à nossa Clemência e Moderação continuem professando a religião legada aos romanos pelo apóstolo Pedro, tal como a preservou a tradição fiel e tal como é presentemente observada pelo pontífice Dámaso e por Pedro, Bispo de Alexandria e varão de santidade apostólica. De conformidade com a doutrina dos apóstolos e o ensino do Evangelho, cremos, pois, na única divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo em igual majestade e em Trindade santa. Autorizamos aos seguidores desta lei a tomarem o título de Cristãos Católicos. Referentemente aos outros, que julgamos loucos cheios de tolices, queremos que sejam estigmatizados com o nome ignominioso de hereges, e que não se atrevam a dar a seus conventículos o nome de igrejas. Estes sofrerão, em primeiro lugar, o castigo da divina condenação e, em segundo lugar, a punição que nossa autoridade, de acordo com a vontade do céu, decida infligir-lhes. (BETTENSON, 1967, p. 51-52).

A ascensão do cristianismo como instituição religiosa foi irreversível, mesmo com o declínio do Império. A igreja passou a ter interferência política, ser proprietária de terras e detentora de grande poder econômico e, por conseguinte, a controlar a moral, o pensamento e a ideologia da época. Contudo, mesmo com o aumento do poder da igreja como instituição, as oposições não deixaram de existir, principalmente por meio das doutrinas heréticas, que foram objeto de debate nos concílios convocados subsequentemente:

Grosso modo, os concílios do primeiro milênio foram convocados para estabelecer regras doutrinárias visando combater a heresia. Os concílios medievais e os que ocorreram na época da Reforma foram convocados para reformar a Igreja e para esclarecer algumas questões doutrinárias. Na idade moderna, os dois concílios do Vaticano foram convocados por razões bastante distintas: o primeiro para estabelecer uma definição da infalibilidade papal; o segundo para renovar a Igreja, que, durante muito tempo, se defasara em relação aos desenvolvimentos contemporâneos. (BELLITTO, 2016, p. 15-16).

Mesmo com conflitos internos e a permanente luta contra as doutrinas heréticas, a Igreja continuava a se expandir concomitantemente ao declínio do Império Romano. O expressivo crescimento da Igreja Católica, na percepção de Edward Gibbon (1989), teria sido, ao lado de

outros fatores como a corrupção, extensão territorial e invasões bárbaras, um elemento crucial para a queda de Roma. O autor aponta algumas características do cristianismo que foram essenciais para o crescimento da igreja e a decadência romana: intolerância dos cristãos, doutrina de uma vida futura, poderes miraculosos atribuídos à Igreja primitiva, moralidade dos cristãos, união e a disciplina da república cristã. (GIBBON, 2012)

O pensamento de Gibbon é corroborado por Le Goff (2005, p.40):

Na desordem das invasões, bispos e monges - tais quais São Severino - tornaram-se chefes polivalentes de um mundo desorganizado: ao seu papel religioso agregaram um papel político ao negociar com os Bárbaros; econômico, ao distribuir víveres e esmolas; social, ao proteger os pobres contra os poderosos; até mesmo militar, ao organizar a resistência ou lutar "com armas espirituais" quando as armas materiais não existiam. Por força das circunstâncias, tinham feito o aprendizado do clericalismo, da confusão dos poderes.

[...]

A Igreja busca satisfazer seus próprios interesses, sem se preocupar com as razões dos Estados bárbaros, assim como não tinha se preocupado com o Império romano. Por doações arrancadas dos reis e dos poderosos, e até dos mais humildes, acumula terras, rendimentos, isenções e, num mundo em que o entesouramento esteriliza cada vez mais a vida econômica, submete a produção à mais grave punção.

Por óbvio, a influência da igreja no declínio do império não é unanimidade entre os teóricos, tampouco é um debate recente. Santo Agostinho já havia enfrentado essa questão ainda no século V, especialmente na obra Cidade de Deus. Agostinho busca dissociar a ideia de que a ruína de Roma teria alguma interferência na relação entre a Igreja e o Império.

O Bispo de Hipona (1996) ao defender a dissociação entre a ruína de Roma e a relação com a Igreja, demonstrava a importância dos templos cristãos para salvaguardar cidadãos pagãos das calamidades que atingiram Roma, com o intuito de exaltar o poder de Deus diante da fragilidade dos deuses romanos. Agostinho destacava que desvios morais existentes entre os romanos antes mesmo do cristianismo, além do politeísmo e a crença em “falsos deuses” teriam um papel decisivo na ruína do Império:

Eis a que deuses se compraziam os Romanos de entregarem a defesa da Urbe!. Que lamentável erro! E ardem em cólera contra nós quando dizemos estas coisas dos seus deuses! Todavia, não se enfurecem contra os seus escritores e até pagam, para os estudarem, a professores que consideram dignos de honras e estipêndio público.

[...]

Se pois Vergílio considera estes deuses vencidos e até confiados a um homem para conseguirem a fuga - não será uma loucura pensar que Roma foi acertadamente confiada a tais protectores, e que só poderia ser assolada se os perdesse? Mais ainda prestar culto a uns deuses vencidos como esses guias e defensores que mais será senão ter, não divindades propícias, mas maus pagadores?

Que é mais razoável: acreditar que Roma teria evitado essa calamidade se os deuses não tivessem perecido antes dela, ou que eles teriam perecido de há muito se ela não tivesse feito o impossível por os conservar? De facto, quem é que se não apercebe à primeira vista de quão louca foi a sua presunção de se julgar invencível sob a protecção de defensores vencidos e de atribuir a sua ruína à perda dos seus deuses protectores, quando a sua perdição pode muito bem ter resultado de ter escolhido protectores perecíveis? (AGOSTINHO, 1996, 105-107).

Entrementes, mesmo os que defendem a relação entre o declínio do Império e a sua aproximação ao Cristianismo reconhecem que não foi essa a única responsável pela queda de Roma. De qualquer sorte, o fortalecimento da igreja ocorreu concomitantemente ao declínio romano e culminou em um longo período de domínio religioso na Europa nos séculos subsequentes, período correspondente à Idade Média. Nesse interstício, a Igreja ampliou demasiadamente o seu poder econômico e exerceu uma extrema influência na política:

Gradualmente, a hierarquia foi se identificando com a igreja e, sem dúvida alguma, com o governo da igreja -, tornando-se assim a atualização terrena da igreja invisível e a ponte que dava às multidões pecadoras da igreja visível o acesso à invisível e, portanto, à vida eterna. O resultado foi uma série de ações e declarações por parte da hierarquia que produziram tensões entre as autoridades civis e as eclesiásticas. É nesse contexto que se deve entender o conflito durante o século XI entre o papa Gregório VII e o imperador Henrique IV, conflitos que continuaram com seus sucessores. Com a chegada do século XIII, sob o reinado de Inocêncio III (reinou de 1198 a 1216), parecia que os papas haviam vencido a batalha, pois Inocêncio acumulara tanto poder que lhe cabia determinar quem seria o verdadeiro imperador quando a sucessão entrou em disputa e também intervir da mesma forma em alguns dos reinos mais poderosos da Europa. Ao final desse século, o papa Bonifácio VIII (reinou de 1294 a 1303) emitiu a bula *Unam Sanctam*, cuja reivindicação de autoridade por parte do papado alcançou seu ponto máximo. Em matéria religiosa, a bula declarava que "é absolutamente necessário para a salvação dos seres humanos que eles estejam sob o pontífice romano". Quanto ao governo civil, o mesmo documento afirmava que Deus estabelecera dois poderes aos quais todos estão sujeitos, o poder "terreno" e o "espiritual". O primeiro deles é a autoridade civil, e o segundo, a autoridade religiosa. Se o primeiro cair no erro, o segundo poderá intervir para corrigi-lo, mas, se o poder espiritual cair em erro, só Deus possui autoridade para intervir" (GONZÁLEZ, 2015, p.169-170).

Durante a Idade Média, entre os séculos V e XV, a igreja católica se valeu da sua força para adquirir ainda mais poder político, econômico e, especialmente, ideológico. Nesse

interregno, a cultura, arte, filosofia e educação sofriam forte influxo do catolicismo que, por intermédio das suas doutrinas, controlava o pensamento da Europa feudal.

Entretanto, a hegemonia política, econômica e de pensamento por um período tão longo não se sustentou. Em um milênio, a sociedade se modificou sobremaneira nos mais diversos aspectos. A Igreja continuava a enfrentar conflitos internos e luta constantemente contra as doutrinas heréticas. Além disso, a Europa feudal passou por intensas transformações impulsionadas pelo movimento renascentista e pelo humanismo, e, principalmente, pela transição do feudalismo, predominantemente rural, para uma economia voltada ao comércio.

Durante a Idade Média, a sociedade europeia era bastante estratificada e a mudança de classe social era algo impensável. Com a expansão do comércio, uma nova classe social se forma: a burguesia. Essa experimenta a possibilidade de uma ascensão social, haja vista a ampliação do seu poder econômico. Todavia, a doutrina católica, que condena a usura e o lucro excessivo, contraria os interesses dessa nova classe.

Sob o espectro político, a participação da Igreja passa a incomodar também aos integrantes da nobreza. Com a cobrança de dízimos e indulgências, a Igreja interferia diretamente na arrecadação de impostos. Ademais, com o poder político conferido aos papas, a governança ficava comprometida, diante da necessidade de atender os interesses religiosos.

Entrementes, à medida que a burguesia adquiriu maior poder econômico, passou, por corolário, a pleitear mais espaço na seara política. Esse contexto cultural, político e social levou a Igreja Católica, que durante longo período dominou a educação, cultura, pensamento e ideologia através da doutrina, a ter a hegemonia quebrada.

Afora as questões políticas e econômicas, a Igreja já vinha enfrentando crises internas decorrentes de conflitos entre seus líderes e da constante ameaça das teologias heréticas, além de já ter enfrentado uma grande divisão em 1054 d.C, conhecida como Cisma do Oriente. Nesse período, o catolicismo chegou a ter mais de um papa e havia duas alas da Igreja, uma oriental (ortodoxa) e outra ocidental. (Latourette, 2006)

Nos cinco séculos subsequentes, a Igreja ainda passou por várias tentativas de reforma e reunificação. Diversos concílios foram convocados para tentar unificar a doutrina católica e combater as heresias, mas sem sucesso:

A idéia conciliar não se extinguiu rapidamente. Com freqüência, no século 15, mesmo após o Concílio de Basiléia terminar em um fiasco, houve aqueles que desejaram ter recurso para um concílio geral da Igreja. Algumas vezes estes foram papas que esperavam usá-lo para agrupar a Europa contra os turcos. De

vez em quando, um monarca invocava o espectro de um concílio geral para retirar a força de alguma concessão do papa. Muitos deles anelando a reforma da Igreja esperavam por algo quase irrealizável, ou seja, os duros fatos que um concílio poderia realizar. Nós nos defrontaremos com a idéia novamente no século 16. Todavia, se os homens realizaram ou não, os concílios mostraram-se incapazes de purificar a Igreja ou construir um mecanismo para a sua administração. (LATOURETTE, 2006, p. 854).

No século XVI, a Igreja Católica sofreu sua maior ruptura institucional com Martinho Lutero, em um movimento que buscava, inicialmente e assim como outros, uma reforma dentro da própria Igreja, mas acabou por se tornar o gerador do maior cisma do catolicismo, dando início ao que é hodiernamente denominado protestantismo.

O contexto histórico em que ocorreu a reforma protestante é de peculiar importância para se compreender a expansão do movimento e aceitação pela sociedade europeia da época. Entre os séculos XV e XVI, como já relatado alhures, a Europa passava por uma intensa transformação em setores sensíveis da sociedade: no espectro econômico, observa-se a decadência do feudalismo, com o início do mercantilismo e das grandes navegações; na seara cultural, a Europa, que vivenciava um crescimento das cidades e esvaziamento do campo, experimenta uma ebulição artística e intelectual com o movimento renascentista e a criação da imprensa, o que facilitou a propagação de materiais escritos e maior acesso pelos europeus à leitura; na política, impulsionado pelo fortalecimento da burguesia, a Europa experenciou a difusão dos Estados Nacionais Absolutistas, com a centralização de poder político nos Reis e, por conseguinte, mitigação do poder político dos Papas.

De igual forma, o momento vivenciado no seio da Igreja Católica também explica em boa medida o porquê do significativo impacto e expansão da reforma protestante na sociedade europeia da época. Algumas condutas da Igreja para arrecadação de dinheiro eram muito questionadas. No século XVI com intuito de ampliar a arrecadação para construção da Basílica de São Pedro, além da cobrança de dízimos, outras práticas passaram a se tornar comuns, como a venda de indulgências para perdão de pecados, de relíquias religiosas e a simonia, que era a venda de cargos e funções eclesiásticas.

Essas práticas não eram questionadas exclusivamente pela sociedade europeia, que experimentava um ambiente de maior criticidade, tampouco por quem pagava pelas indulgências, relíquias religiosas ou cargos eclesiásticos. A principal oposição a tais práticas saiu de dentro da própria igreja, pelos seus sacerdotes. Dentre eles, Martinho Lutero.

Lutero foi um monge nascido em Eisleben, no Sacro Império Romano-Germânico no final do século XV. Não obstante pertencesse a uma família religiosa, o chamado ao clericalismo ocorre na idade adulta, quando Lutero já havia frequentado a Universidade de Erfurt, cursado mestrado em Artes e iniciado o curso de direito, período no qual foi fortemente influenciado pelo escolasticismo (LATOURETTE, 2006)

Por ser um esmero estudioso, ao ingressar no mosteiro Lutero passou a se dedicar com afinco ao estudo das escrituras e em seus sermões começa a padecer de grande inquietação e angústia diante das contradições entre o que via dos textos sagrados e a práxis da Igreja. A primeira grande inquietação dizia respeito à doutrina da salvação (soteriologia). Lutero acreditava que a salvação do homem se dava pela apenas fé. Essa percepção ia de encontro às práticas da Igreja voltadas à venda de indulgências. Se a salvação se dá somente pela fé, por qual motivo os fiéis pagariam pelo perdão dos pecados?

A justificação pela fé também ameaçaria a autoridade papal, afinal, com a venda de indulgências, caberia ao Papa conceder o perdão dos pecados e livrar a alma do castigo eterno. Se a salvação se dá exclusivamente pela fé, não teria o Papa qualquer poder para perdoar os pecados, tampouco para interferir na salvação da alma.

Assim como outros sacerdotes, Lutero não buscava, *a priori*, a divisão da Igreja Católica. Em seus sermões, ele anelava uma reforma moral da Igreja. Entretanto, as ideias por ele defendidas contrariavam interesses importantes para o catolicismo na época e a ruptura se tornou inevitável:

Sem qualquer pretensão e para sua surpresa, a peregrinação religiosa de Lutero e a sua experiência libertadora de justificação, pela fé, logo tornaram Lutero uma pessoa de importância na Alemanha e, então, em toda a Europa ocidental. Na pregação, ele enfatizava a reforma moral da Igreja, como faziam muitos outros sacerdotes da época. Isso, contudo, era comparativamente inócuo. Foi na questão das indulgências que o foco se concentrou nele e o tornou um centro de controvérsia. Por intermédio da controvérsia, ele foi conduzido por passos que ele não antecipou, mas que eram inerentes à sua experiência e convicções, muito além da exigência de reforma moral para um rompimento completo com a Igreja Católica Romana e para um ataque contra os ensinamentos básicos dessa Igreja que, na sua mente, eram uma traição do Evangelho. (LATOURETTE, 2006, p. 958).

O marco para a ruptura ocorreu em 31 de outubro de 1517, quando Lutero fixa na porta da Igreja de Wittenberg um quadro de avisos contendo 95 teses para debate. Essa era uma prática comum no ambiente acadêmico quando se buscava um debate sobre algum assunto

específico. As teses desenvolvidas por Lutero questionavam, dentre outros temas sensíveis à igreja católica, as indulgências e sua interferência na salvação da alma, a autoridade papal, a confiabilidade dos concílios e o livre acesso às escrituras.

Embora essa data seja tida por muitos como o nascimento da reforma protestante, a intenção de Lutero não era, evidentemente, dar início a uma divisão da igreja, mas discutir no meio acadêmico os temas constantes no mural. Todavia, a repercussão desse ato superou sobremaneira as intenções de Monge. Em pouco tempo as 95 teses já haviam sido reproduzidas e circulavam por toda a Alemanha. Em 1518, Lutero foi convocado para se defender da acusação de heresia (LATOURETTE, 2006)

Entretanto, o reformador não se retratou e manteve a sua postura crítica diante da Igreja. Concomitantemente, suas ideias iam atraindo mais adeptos. Nos anos subsequentes, seus escritos eram impressos por meio da expansão das impressoras e amplamente divulgados na Alemanha e outros países da Europa, aumentando a quantidade de seguidores de forma desmesurada:

A questão estava agora justamente estabelecida. Lutero nunca foi um homem de voltar atrás. Em 1520, ele intrepidamente afirmou sua posição em cinco tratados que são com freqüência considerados como as exposições principais de suas convicções distintivas. Seu Sermão sobre boas obras foi completado em maio. O papado em Roma, em junho, O discurso à nobreza alemã em agosto, O cativo babilônico da Igreja em setembro, e A liberdade do cristão em novembro. Eles foram colocados no vigoroso vernáculo alemão e tiveram ampla circulação. (LATOURETTE, 2006, p.961).

No ano seguinte, o Papa emitiu a bula de excomunhão para, definitivamente, desligar Lutero da Igreja Católica, sob acusação de heresia. Todavia, a questão não se resolvia pela simples exclusão do sacerdote. No período em questão, a Igreja possuía íntima relação com o Sacro Império e a acusação de heresia deveria ser exemplarmente punida pelo Império após a Excomunhão pela Igreja. Por outro lado, Lutero tinha o apoio de parcela considerável da população alemã, fortemente oprimida pelas condutas da Igreja, bem como de grande parte do meio acadêmico.

Ainda em 1521, Lutero foi convocado a se defender da acusação de heresia perante o Império. Mais uma vez se recusou a abdicar de suas convicções e foi condenado também pelo governo como Herege. Antes mesmo da imposição formal do Édito que o condenou e estabeleceu as reprimendas, Lutero deixa Worms e se refugia no castelo de Wartburgo. Durante

esse período, ele não deixou de produzir seus escritos e realizou a tradução da Bíblia para o Alemão o que, associado ao nascimento da imprensa e às novas tecnologias de impressão, propiciou o seu amplo acesso.

Enquanto esteve recluso, Lutero não exercia oficialmente a liderança de um movimento organizado contrário à Igreja, entretanto, independentemente da sua participação direta diante da impossibilidade gerada pela reclusão, o movimento cresceu e se expandiu desmesuradamente por intermédio dos adeptos das suas ideias. Em março de 1522, Lutero retornou à Wittenberg e só então assumiu oficialmente a liderança do movimento, ampliando sobremaneira a quantidade de congregações que aderiram à sua doutrina.

Nos anos subsequentes, o movimento se expandia dentro e fora da Alemanha, chegando a diversos países da Europa. Esse crescimento gerava inquietação na Igreja Católica e nos governos locais, acarretando várias tentativas de enfraquecer o protestantismo. Além das oposições externas, o movimento enfrentava conflitos internos. Com a rápida ampliação das Igrejas Luteranas, incontáveis eram as dúvidas sobre a própria doutrina e estrutura administrativa das igrejas reformadas.

Dois fatores foram relevantes para justificar conflitos doutrinários internos: o primeiro foi o fato de o berço da reforma acontecer em meio acadêmico, numa época de mudança de mentalidade da sociedade quanto à busca do conhecimento, favorecendo o debate de ideias; o segundo, foi a tese do livre exame das escrituras, defendida por Lutero. Se o exame das escrituras é livre e há um incentivo ao debate, as divergências interpretativas eram e são até hoje uma realidade no protestantismo.

Noutro plano, o luteranismo era um movimento religioso recente e se desenvolvia em oposição a uma instituição religiosa milenar, cujas liturgias, doutrinas e hierarquia eram sólidas e já enraizadas entre os fiéis. Dissociar as práticas religiosas luteranas do catolicismo, como defendia Lutero, era um desafio especialmente quanto à estrutura, hierarquia e ética:

Por otro lado, los reformadores decepcionaron a algunos por el limitado resultado de su acción a nivel ético principalmente. Las nuevas iglesias al final, no evitaron una cierta rigidez administrativa y la clericalización. Estos factores condujeron a las capas disidentes al corazón mismo de la Reforma: la Biblia, particularmente a los textos de contenido ético como el "Sermón del monte". La ruptura que estos grupos emprendieron no se redujo a la Iglesia, sino que más bien los condujo a un enfrentamiento con la sociedad dominante. (BASTIAN, 1990, p. 32).

Além das cizânias de cunho religioso entre os luteranos, outros interesses também atingiam o movimento, afinal foram atraídos para o luteranismo não apenas a população economicamente menos favorecida, que sofria com a opressão da Igreja Católica, mas também membros de outras classes sociais cujas aspirações políticas e econômicas acompanhavam ou até se sobrepunham aos interesses religiosos.

A difusão do luteranismo, associada aos conflitos externos e internos por ele enfrentados, fez nascer outros movimentos na Europa também denominados reformados. Eles dariam origem às denominações protestantes históricas, como Calvinista na Suíça e Anglicana na Inglaterra. Essas, por sua vez, posteriormente, dariam origem também a outras denominações dissidentes, como Presbiterianos, Puritanos, Metodistas e Batistas.

Afora os fatores supracitados, o surgimento dessas novas denominações decorreu, ainda, de movimentos de renovação e avivamento espiritual. Isso porque a reforma promovida por Lutero consubstanciava-se na justificação pela fé, independentemente de obras, sendo sua origem no seio da academia. Consequentemente, o protestantismo teve forte apelo intelectual, voltado ao estudo das escrituras, em detrimento da práxis da vida cristã.

Após o início conturbado de uma nova denominação, normalmente decorrente da ruptura institucional com um segmento religioso já existente, a prática da nova fé alcançava um período de estabilidade, e a vida da Igreja atingia uma ortodoxia sem interferência direta na vida dos fiéis, limitando-se a encontros semanais para realização de cultos.

O movimento protestante, desde o seu nascedouro, era permeado de períodos de avivamentos, despertares ou renovação espiritual, com apelo para que os fiéis não apenas conhecessem, mas vivessem a espiritualidade. Foi nesse contexto que nasceu o Pietismo, despertamento que teve como precursor Philip Jacob Spener:

Spener estava concentrado na reforma moral e espiritual. Ele se afligia pela controvérsia sobre a doutrina, que algumas vezes era amarga e com frequência árida e pouco significado direto tinha na vida de cada dia. Muita coisa da pregação contemporânea era dessa espécie. As vidas de muitos do clero eram indignas e entre o laicato, parcialmente como resultado da longa guerra, havia bebedeira e imoralidade. Os cultos nas igrejas tendiam a ser formais e estéreis. O Estado, pensava ele, interferia demasiadamente nos afazeres da Igreja. O que ele enfatizava era a conversão genuína e o cultivo da vida cristã. Para esse fim ele diminuiu os sermões doutrinários, pregou sobre a necessidade do novo nascimento, uma experiência cristã ardorosa e pessoal, e o cultivo das virtudes cristãs. Ele reuniu pessoas, seriamente dispostas, em pequenos grupos e as chamou de, *ecclesiolae in ecclesia* - “igrejinhas na Igreja”, para o estudo das

Escrituras e para a assistência mútua em crescimento espiritual. (LATOURETTE, 2006, p. 1209-1210).

Com forte apelo a um cristianismo genuíno, o Pietismo buscava renovar a jovem igreja protestante para que os fiéis não apenas conhecessem a fé professada, mas, principalmente, vivessem essa fé por meio de forte aceno à moralidade, ao estudo das escrituras e ajuda aos desamparados. Esse movimento se espalhou rapidamente e influenciou outros movimentos de avivamento e renovação espiritual como o moraviano, além de novas denominações nos anos subsequentes:

Intimamente ligado ao pietismo e combinando com a herança de Hus e da *Unitas Fratrum* estava o movimento moraviano. Começando em 1722, poucos refugiados das perseguições de protestantes, na Boêmia e Morávia, estabeleceram-se nos Estados de Nicolaus Ludwig, Conde de Zinzendorf (1700-1760), próximo de Berthelsdorf, cerca de setenta milhas de Dresden. Sensível, capaz, com imaginação global, esse jovem nobre fora criado em uma atmosfera fortemente pietista e tinha sido educado em Halle. Seu pietismo tomou a forma de uma devoção ardorosa a Jesus, de forma que ele disse de si mesmo: “Eu tenho uma paixão, e é ele”. Ele também tinha um intenso desejo de espalhar a fé cristã por todo o mundo. Em um punhado de refugiados perseguidos, ele viu o meio de realizar essa visão. Eles fundaram o vilarejo de Herrnhut em sua propriedade, e por intermédio dele os missionários dentre eles foram para várias partes do mundo. (LATOURETTE, 2006, p. 1212).

Esses movimentos de avivamento acabavam por modificar a forma de manifestação religiosa dos protestantes da época. O foco do protestantismo que, em sua origem, era a salvação da alma e acaloradas disputas doutrinárias, dava lugar a uma espiritualidade com maior apelo emocional.

A liturgia é diretamente afetada por esses movimentos. As celebrações nas igrejas cediam espaço para reuniões nos lares. Os cultos foram modificados, associando paulatinamente a exposição sobre as escrituras a hinos de adoração. As casas passavam a ser o principal local de estudo da Bíblia, cujo acesso é amplamente facilitado, com objetivo de incentivar a leitura e devocional por parte dos fiéis.

Os movimentos de avivamento ainda davam outro significado ao pastoreio. O sacerdócio deixava de se dedicar exclusivamente ao culto com exposição das escrituras e passava a priorizar as visitas aos fiéis, encontros nos lares para estudos bíblicos e ações para acolhimento e amparo aos necessitados.

Entretanto, o marco mais significativo desses movimentos para a expansão do protestantismo foi o aspecto evangelístico. Pietistas e Moravianos tinham verdadeira paixão pela obra missionária e o anseio por espalhar a sua fé ao maior número de pessoas possível. Essas características dos movimentos de avivamento acabavam por infundir algumas denominações, como os metodistas, que consoante será abordado ainda neste trabalho, tinham forte apelo evangelístico e interferiram sobremaneira na chegada do protestantismo ao Brasil.

Embora o surgimento de novas correntes doutrinárias tenha sua origem na interpretação da Bíblia defendida por Lutero, o aspecto religioso não foi o único responsável pela sua propagação. As novas denominações surgiam e/ou se expandiam também influenciadas por interesses econômicos, políticos e até de cunho pessoal.

No espectro político e, nesse caso, também pessoal, aconteceu a reforma na Inglaterra, que deu origem à Igreja Anglicana e teve como precursor o Rei Henrique VIII. Impelido pelas vantagens econômicas e diplomáticas, o monarca inglês se casou com Catarina da Espanha. Todavia, da união sobreveio apenas uma herdeira, Maria. A ausência de um herdeiro do sexo masculino, além de representar uma frustração a qualquer homem do século XVI, também representaria, nesse caso específico, a descontinuidade da sucessão ao trono.

Noutro plano, assim como grande parte dos jovens monarcas da época, Henrique VIII mantinha uma relação extraconjugal com a jovem Ana Bolina. Interessado em tornar oficial o relacionamento estranho ao matrimônio, o Rei buscou uma forma de dissolver o casamento com Catarina, sob alegação de que esta não teria cumprido a função matrimonial de lhe dar um herdeiro do sexo masculino. Diante da negativa do Papa em dissolver a união, o monarca rompeu com a Igreja Católica, fundou a Igreja Anglicana e se autoproclamou autoridade suprema da nova igreja.

Com o rompimento do reino com o catolicismo, Henrique VIII alcançou o seu objetivo pessoal, dissolveu o casamento com Catarina e se casou com Ana Bolina. Entretanto, a dissociação do reino com a Igreja Católica não decorria apenas de interesses privados. Ao desvincular a Inglaterra da Igreja Católica e vincular à Anglicana, cujo líder supremo era o próprio Henrique VIII, o monarca confiscou as terras do papado e ampliou sobremaneira o poder político e econômico da monarquia.

Em contrapartida, sem embargo do rompimento oficial da Inglaterra com o Catolicismo, a nova religião herdou e manteve diversos aspectos característicos da Igreja Católica, ou seja, houve uma ruptura institucional, mas, na prática, a Igreja Anglicana, manteve ritos, adereços,

credos e diversas peculiaridades litúrgicas oriundas de Roma, o que gerou conflitos entre os reformadores ingleses.

Demais disso, o surgimento da Igreja Anglicana e a autoproclamação do rei como líder supremo trouxe, ainda, outra consequência: a perseguição tanto a católicos quanto a protestantes que não aderiram ao Anglicanismo. Como o rei era a maior autoridade da igreja, a não adesão à religião oficial implicava oposição ao reino.

Dentre os opositores, destacaram-se os puritanos. Para esses, a reforma na Inglaterra não teria sido plena, afinal, envolvia mais interesses pessoais e políticos que interpretações e divergências doutrinárias com o catolicismo. Os puritanos defendiam, além da ruptura completa com Roma, um modelo congregacional ou congregacionalista de governo dentro da igreja, ou seja, cada congregação teria completa liberdade e autonomia para definir assuntos internos, sem estar vinculada a qualquer hierarquia denominacional.

Os puritanos defendiam um modo de vida voltado à santificação e, no aspecto litúrgico, davam forte ênfase à espiritualidade, experiências públicas de conversão e eram intensos em suas manifestações religiosas. Buscavam constantemente movimentos de avivamento espiritual e defendiam uma rígida pauta moral, repleta de privações com relação a atividades cotidianas. A expressão “puritano” denotava exatamente essa intenção de purificar a nova igreja da corrupção imbricada à Igreja de Roma.

Com o acossamento inglês aos opositores do anglicanismo em um período de crescimento das navegações e exploração de novos territórios, muitos puritanos fugiram para a América, então colônia inglesa, na esperança de, no novo mundo, poderem se firmar e desenvolver sua espiritualidade com ampla liberdade.

Ainda na Inglaterra, influenciado pelo Puritanismo e pelos movimentos de renovação Pietista e Moraviano, um novo período de avivamento dentro do Anglicanismo dava origem à Igreja Metodista, já no século XVIII. Movidos pelas ideias dos avivamentos anteriores, Carlos Wesley organizou, na Universidade de Oxford, um pequeno grupo de alunos que tinham o desejo de estudar as escrituras e viver a práxis do cristianismo. Pouco tempo depois, João Wesley, irmão de Carlos, se juntou ao grupo e assumiu sua liderança.

Inicialmente denominado “Clube Santo”, o grupo se reunia periodicamente para realização de estudos bíblicos, orações, jejum e ações voltadas aos necessitados, presos e enfermos. João Wesley liderava de uma forma peculiar: as atividades eram programadas de forma metódica, com dias específicos para a prática do jejum, dias dedicados às orações ou

estudos bíblicos. Essa forma metódica de organização das atividades deu ao grupo o nome de Metodistas.

Ao contrário de outras denominações que nasceram da ruptura institucional, o Metodismo não surgiu como uma oposição ao Anglicanismo, mas como um movimento de avivamento espiritual dentro da Igreja Inglesa:

Apesar dessas inovações, que causavam estranheza às autoridades anglicanas, Wesley não rompeu com a Igreja da Inglaterra, permanecendo nela até a morte. O metodismo contribuiu grandemente para a renovação espiritual da Igreja da Inglaterra, bem como para a reforma dos costumes do povo inglês e a reforma social da nação. (REILY, 2003, p. 99).

Como não foi um movimento de ruptura, o Metodismo chegou à América do Norte não em razão de perseguições da Igreja Anglicana, mas como projeto missionário. Com grande influência do movimento moraviano, João Wesley possuía forte apelo ao evangelismo. Apenas em solo norte-americano, por conta da necessidade de maior liberdade e menor dependência da Igreja Inglesa, é que o Metodismo se tornou uma denominação autônoma:

A situação peculiar dos metodistas, de não serem uma Igreja e, portanto, de dependerem do clero anglicano para os sacramentos, pesou fortemente na decisão de Wesley de organizar os metodistas norte-americanos em Igreja — pois a maioria do clero anglicano abandonara as colônias durante a Revolução. Por isso, Wesley destacou Thomas Coke (1747-1814) e mais dois pregadores, que o próprio Wesley ordenara, para organizar, entre os aproximadamente 15 mil metodistas norte-americanos, a Igreja Metodista Episcopal. (REILY, 2003, p. 99).

Com o movimento metodista e puritano, o protestantismo norte-americano se expandiu rapidamente. Esses dois movimentos teriam importante protagonismo no protestantismo de missão que chegaria ao Brasil no século XIX.

Enquanto na Inglaterra a Reforma teve forte interferência de interesses pessoais e políticos, na Suíça o aspecto econômico se destacava. O precursor foi João Calvino, um monge francês que defendia, dentre outras ideias, a doutrina da predestinação. Para os calvinistas, como Deus era soberano sobre todas as coisas, Ele já saberia quem eram as pessoas que seriam salvas e destinadas ao paraíso. A partir dessa premissa, Calvino defendia que Deus havia predestinado (eleito) alguns à salvação e outros à perdição. Todavia, não haveria como saber

quem estaria entre os eleitos ou não, mas haveria indícios e o principal deles era o aspecto econômico.

Os calvinistas defendiam que quanto mais bem-sucedido economicamente o indivíduo era, mais abençoado por Deus ele seria. Tratava-se de uma demonstração divina de que esse indivíduo estava predestinado à salvação. Em contrapartida, os malsucedidos financeiramente indicavam que Deus não os abençoava e esses não seriam eleitos para habitarem o paraíso.

Além da soteriologia, a ideia atraía às igrejas calvinistas pessoas economicamente bem-sucedidas e incentivava as demais a buscarem enriquecimento como forma de confirmação da predestinação divina. Com essa teologia, Calvino valorava sobremaneira o acúmulo de riquezas, associando-as a uma recompensa da divindade como consequência natural do trabalho e esforço humano. Por outro lado, condenava a penúria, relacionando-a ao ócio e escarmento divino.

A partir das ideias defendidas por Calvino, Max Weber (2004) ao se debruçar séculos mais tarde sobre “a ética protestante e o ‘espírito do capitalismo’”, observava uma maior concentração de capital entre protestantes:

Basta uma vista de olhos pelas estatísticas ocupacionais de um país pluriconfessional para constatar a notável freqüência de um fenômeno por diversas vezes vivamente discutido na imprensa e na literatura católicas bem como nos congressos católicos da Alemanha: o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas. (WEBER, 2004, p.29).

O aspecto econômico da teologia calvinista iria influenciar, ainda, uma corrente doutrinária que ganhava proeminência no século XX. Inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente em outros países, inclusive no Brasil, a teologia da prosperidade, oriunda de movimentos neopentecostais, também vinculava o sucesso econômico a um sinal da bênção divina. Esse movimento também será objeto de mais atenção nesta pesquisa nos tópicos subsequentes, quando da abordagem sobre o pentecostalismo e sua relação com o poder político brasileiro.

Por motivos diversos de natureza doutrinária, política e econômica, avivamentos e despertamentos, as denominações reformadas históricas ainda geraram outras dissidentes. Os reformadores se espalhavam pela Europa e, impulsionado pelas grandes navegações, chegavam ainda a outros continentes.

Diante da perda de espaço para os protestantes, a Igreja Católica também intensificava as tentativas de reforma interna. Essa reação ficou conhecida como contrarreforma. Embora seja comumente entendida como uma reação do catolicismo ao protestantismo, essa ideia precisa ser vista com cautela, visto que as reformas católicas antecederam à protestante. (LATOURETTE, 2006). Como já mencionado alhures, a reforma protestante surgiu de um movimento reformador dentro da Igreja Católica.

Independentemente da conotação dada ao termo, fato é que a reforma católica do século XVI teve como propulsor o movimento protestante e a necessidade de rever algumas condutas do catolicismo questionadas pelos protestantes que ensejaram a perda de fiéis. A Igreja precisaria criar mecanismos para inibir a perda de mais membros e, concomitantemente, atrair novos.

Os temas a serem revistos foram tratados especialmente no Concílio de Trento:

Um concílio católico deveria se reunir para lidar com esta situação sem precedentes e enfrentar algumas questões fundamentais e cruciais sobre a vida da Igreja. Eventualmente, depois de demonstrar alguma hesitação por meio de algumas medidas e de algumas objeções, os organizadores do concílio escolheram a cidade de Trento, que na época se situava em solo imperial, mas que nos dias de hoje se situa no nordeste da Itália (perto das fronteiras com as atuais Suíça e Áustria). Finalmente, o tão aguardado e extremamente necessário concílio geral católico iria se reunir tanto para tentar resolver os problemas anteriores ao protestantismo quanto para reagir aos acontecimentos que haviam se desenrolado no seio da cristandade desde o momento em que Lutero havia aberto as comportas do descontentamento e provocado uma enxurrada de questionamentos que deveriam ser respondidos pela Igreja Católica Romana. (BELLITO, 2016, p. 140).

O Concílio de Trento foi bastante longo devido à complexidade dos temas abordados e reuniu-se em três fases entre os anos de 1545 e 1563. O resultado foi reafirmação da fé e a deliberação sobre questões sensíveis da doutrina e prática da Igreja Católica, como a autoridade sacerdotal para interpretação das escrituras, venda de indulgências, simonia e capacitação dos líderes (BELLITO, 2016)

Não obstante a contrarreforma tenha sofrido forte interferência do movimento reformador, o concílio de Trento não se prestou a adequar o catolicismo ao protestantismo. Exemplo disso foi a reafirmação da autoridade sacerdotal e da tradição. Como contraposição à doutrina luterana de livre exame das escrituras, o concílio ratificou a autoridade dos sacerdotes da Igreja e da tradição para fiel interpretação da Bíblia. Outra questão contrária aos reformadores diz

respeito à soteriologia. O concílio deliberou que a salvação se dava pela fé associada às obras e não exclusivamente pela fé como defendia Lutero.

Entretanto, algumas questões levantadas pelo movimento reformador precisavam ser enfrentadas pela Igreja e, nesse diapasão, o Concílio deliberou pela reforma de práticas que se tornaram comuns no catolicismo da época, como a venda de indulgências:

Para combater essas práticas, mas sem assumir expressamente, o Concílio de Trento se curvou às críticas contundentes de Martinho Lutero aos vendedores de indulgências, contra os quais o Concílio de Latrão IV já havia alertado há 350 anos. O Concílio de Trento aboliu tanto o título quanto o cargo de “coletor de almas”, manteve as indulgências, mas declarou que os cristãos deveriam usá-las apenas para expressar a sua devoção, e não para auferir benefícios financeiros privados. (BELLITO, 2016, p. 149).

Outro tema discutido em Trento que também trouxe impacto relevante para a reafirmação da doutrina e expansão da fé católica foi a formação e capacitação dos sacerdotes:

Os bispos do Concílio de Trento elaboraram diretrizes sobre as matérias que os candidatos a sacerdote deveriam estudar, sobre as qualificações que os seus professores deveriam ter, sobre como o seminário deveria ser financiado e sobre os procedimentos que deveriam ser adotados para avaliar os homens que postulavam a ordenação. (BELLITO, 2016, p. 148).

A preocupação do concílio com a qualificação dos sacerdotes resolveu dois imbróglios apontados pela reforma: a venda dos cargos eclesiásticos e o exercício desse mister por pessoas não qualificadas. Com a prática da simonia, era comum que o sacerdócio fosse exercido por indivíduos sem qualquer preparo. Em Trento, põe-se fim a essa prática, proíbe-se a venda de cargos eclesiásticos e define-se as diretrizes para a formação dos sacerdotes.

O viés pedagógico do concílio e a necessidade de catequização para angariar novos fiéis fortaleceu uma organização missionária criada alguns anos antes. Fundada por Inácio de Loyola e aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III em 1540, a Companhia de Jesus, ordem dos Jesuítas, era uma ordem religiosa com forte apelo à evangelização e educação católica e teve um papel fundamental para expansão do catolicismo no século XVI.

Com a contrarreforma, todavia, a Igreja Católica não conseguiu frear o avanço do protestantismo que, impulsionado pelas grandes navegações, já se espalhava muito além da Europa. Entretanto, não se pode olvidar da sua importância para reafirmação e, principalmente, expansão da fé católica em novos territórios. Da mesma forma que a exploração de novos

continentes levou o protestantismo para além da Europa, também levou o catolicismo, especialmente por meio da Companhia de Jesus.

Nas excursões realizadas por países resistentes ao protestantismo no século XVI, como Portugal e Espanha, a fé Católica foi levada juntamente com os jesuítas para os novos territórios conquistados. Em contrapartida, nas regiões onde o protestantismo obteve maior êxito, como na Inglaterra e Holanda, as colônias foram ocupadas em grande parte por reformadores.

Com isso, o protestantismo e o catolicismo chegaram no século XVI ao continente americano. Ao Norte com maior influência dos reformados e ao Sul, dos católicos. Foi nesse contexto que a fé católica chegou ao Brasil e, alguns anos mais tarde, o protestantismo, como será abordado com mais acuidade nos tópicos subsequentes.

2.3 A formação das igrejas evangélicas no Brasil

Para melhor delimitação do objeto a ser tratado aqui, é mister compreender o que é ser “evangélico” e como esse movimento se desenvolve da reforma protestante até chegar à realidade hodierna. Desde sua origem na Europa do século XVI, a reforma protestante não é um movimento uniforme:

[...] o que é chamado protestantismo tem sido e é extraordinariamente multiforme. De modo algum todas as suas manifestações têm colocado ênfase igual nos princípios que Lutero enunciou. Alguns dão pouco peso a eles. Outros enfatizam mais a respeito de outras convicções. Ainda outros levam esses princípios mais próximos de suas conclusões lógicas do que o fez Lutero. Todavia, há uma semelhança básica entre quase todas as muitas formas de protestantismo. Isso aconteceu, sustentam os protestantes, devido à lealdade deles ao Evangelho. Eles pensavam, e ainda pensam de si mesmos como evangélicos, como sustentando lealdade ao Evangelho. Contudo, em um grau maior ou menor, mesmo quando estavam ou não conscientes disso, eles foram e continuam sendo influenciados por Lutero. (LATOURETTE, 2006, p. 968).

Por óbvio, se a reforma protestante já lidava com grande diversidade em suas origens, conseqüentemente, o protestantismo brasileiro de 500 anos mais tarde também não seria homogêneo:

O que chamamos "protestantismo brasileiro" na verdade são vários protestantismos. Esses protestantismos se inseriram no Brasil primeiramente como resultado do movimento imigratório iniciado no começo do século XIX,

depois em decorrência da grande expansão missionária ocorrida na mesma época. Esse quadro torna-se ainda mais complexo com a eclosão do pentecostalismo, tanto "clássico" quanto de cura divina, e com o estabelecimento no país de um grande número de organizações protestantes desvinculadas das Igrejas tradicionais. (MENDONÇA, VELASQUES FILHO, 2002, p.11).

Não obstante sejam cotidianamente rotulados apenas como protestantes, hodiernamente, é possível distinguir o protestantismo em dois grandes grupos: o protestantismo histórico e o protestantismo evangélico.

A reforma protestante, como visto, foi um movimento histórico que acarretou uma ruptura na doutrina católica e gerou as denominações mais antigas, como Luteranos, Anglicanos, Presbiterianos, Puritanos, Batistas e adventistas. O movimento evangélico, embora tenha como berço a reforma, é multiforme e abarca uma gama de denominações de grande diversidade que não estão, necessariamente, vinculadas às denominações históricas.

Essa variedade denominacional dos protestantes decorre principalmente de um dos preceitos basilares da reforma: o livre exame das escrituras. Ora, se a partir da reforma o cristão é livre para examinar e interpretar as escrituras, as liturgias e doutrinas terão variações de acordo com quem interpreta, como interpreta, o momento político, o contexto social em que está inserido etc.

Outro aspecto que também contribui para a heterogeneidade denominacional dos protestantes é o fato de originar-se de divisões e conflitos internos. Ao contrário do que ocorre com a Igreja Católica, que possui hierarquia e estruturas mais rígidas propiciando maior propensão a solucionar conflitos internos, a reforma protestante já nasce de uma ruptura e do questionamento à autoridade eclesiástica. O crescimento do protestantismo se dá, em boa medida e por mais contraditório que possa parecer, por meio de sucessivas divisões de igrejas e denominações.

Embora haja entre os protestantes, denominações com hierarquia mais rígida, é comum que novas igrejas surjam justamente a partir da divisão de um segmento já existente. Essa facilidade em criar denominações dentro do protestantismo é, certamente, o que gera a maior dificuldade em se estabelecer de forma precisa quem são os protestantes históricos, quem são os protestantes evangélicos e quais os critérios objetivos que os distinguem.

O antropólogo Juliano Spyer, na obra "Povo de Deus", por exemplo, apresenta uma distinção entre "protestantismo histórico" e "protestantismo evangélico" a partir do contexto social dos membros da comunidade e dos locais de implantação das igrejas:

a interpretação corrente posiciona o cristão evangélico – inclusive o pentecostal e o neopentecostal – dentro da tradição do protestantismo. Mas se por um lado o evangélico é também um protestante, por outro, dentro do uso cotidiano, ser evangélico pode ter um significado diferente de ser protestante. No Brasil, historicamente, o crente era um personagem dos bairros pobres das cidades. [...] Nesse contexto, percebemos como o termo evangélico pode ser usado informalmente para se referir ao protestante pobre; e aquele que é chamado apenas de protestante é, geralmente, das camadas média e alta e rejeita a classificação de “crente” ou mesmo de “evangélico”, preferindo se identificar como “cristão”.

[...]

No Brasil, a diferença entre esses dois termos pode estar associada, inclusive, ao contexto particular de implantação das igrejas em locais diferentes do país. Em geral, nas regiões do país onde a presença europeia trouxe igrejas protestantes históricas, os termos “crente” e “evangélico” se aplicam apenas aos membros das igrejas pentecostais e neopentecostais. Mas, nas periferias urbanas em geral, inclusive nos estados do Sul, prevalece o uso de “crente” e “evangélico” mesmo para as pessoas que fazem parte das igrejas protestantes históricas, como a Presbiteriana e a Batista. (SPYER, 2020, p. 52-54).

Em razão dessas peculiaridades, o termo “evangélico” será aqui utilizado de forma genérica, abrangendo os protestantes históricos e evangélicos e, quando necessário será feita referência a uma denominação específica. Feitas essas ponderações iniciais, insta entender como surge o movimento evangélico, como ele chega ao Brasil, como se desenvolve até a formatação atual e a sua influência no quadro político.

Conforme já foi tratado no corpo deste trabalho, a reforma protestante nasce na Europa no Século XVI e, impulsionado pelo momento histórico e econômico, se expande para outros territórios. Entretanto, a propagação do protestantismo não acontece, inicialmente, de forma programada ou institucionalizada. Não há nesse momento uma organização missionária ou um plano de evangelização.

Imperioso lembrar que o protestantismo é tido como um movimento herético pela Igreja Católica e os reformadores sofrem severa perseguição. Além da perseguição Católica, os protestantes também sofriam represália dos seus pares, como aconteceu na Inglaterra. Com o surgimento da Igreja Anglicana, Luteranos, Calvinistas e Puritanos migraram para as colônias americanas em busca de maior liberdade religiosa.

Assim, ao contrário do que ocorre com o catolicismo e a catequização por meio dos Jesuítas, o protestantismo chega à América, *a priori*, não em razão de um projeto missionário, mas, em boa medida, em decorrência da perseguição sofrida na Europa e de interesses

econômicos corroborados pelo período da Expansão Marítima. O protestantismo de missão apenas ganha proeminência em solo norte-americano com os metodistas, já no século XVIII.

No Brasil, o primeiro registro da chegada do protestantismo ocorre pouco tempo após a chegada dos portugueses:

A primeira tentativa de manifestação de uma colonização protestante no Brasil deu-se logo após o início da colonização portuguesa (1549), com a chegada da expedição de Villegaignon em 1555 que, sob o amparo de Coligny, pretendia fundar a França Antártica e construir um refúgio onde os huguenotes pudessem praticar livremente o culto reformado. (MENDONÇA, 1984, p.18).

Malgrado o pioneirismo francês em tentar trazer o protestantismo ao Brasil ainda no século XVI, o curto período em que aqui estiveram não representou qualquer risco à hegemonia da Igreja Católica, que reagiu de forma incisiva. Entretanto, essa intentada deixa como marco a realização do primeiro culto protestante em solo brasileiro no ano de 1557.

Diferentemente da fracassada tentativa francesa, com os holandeses no século XVII, o protestantismo chega ao Brasil de forma mais organizada e por um período mais longo:

Durante quinze anos (1630-1645), Pernambuco e outras áreas do Nordeste brasileiro foram protestantes. Embora Maurício de Nassau fosse bastante tolerante com os católicos, o esforço dos “predicantes” logo conseguiu reunir flamengos, ingleses e franceses moradores no Recife e, com eles, organizar a primeira igreja.

[...]

Consoante às normas reformadas foram organizadas duas classes (presbitérios), uma no Recife e outra na Paraíba, e, unindo ambas, o Sínodo, o primeiro a ser instituído no Brasil. Com os consistórios (conselhos) das congregações locais, estava implantada, de modo completo, a organização eclesiástica calvinista. (MENDONÇA, 1984, p.19).

Embora parcialmente exitosa na implantação, com a retomada de Pernambuco pelos portugueses e o declínio da Companhia da Índias Ocidentais, os holandeses foram expulsos do Brasil e novamente a implantação do protestantismo é interrompida. Após a saída holandesa, a colônia revive a hegemonia católica nos anos subsequentes, até o início do período imperial, no século XIX.

Importante salientar, como já foi mencionado, que nas duas tentativas supracitadas no início do Brasil Império não havia um projeto missionário com a finalidade específica de evangelização. A chegada do protestantismo, tanto pelos franceses quanto pelos holandeses, se deu em decorrência da vinda desses povos ao Brasil, especialmente por interesses econômicos.

Essa forma de implementação é denominada “protestantismo de imigração” e foi a maneira de implantação no Brasil até o início das campanhas missionárias a partir do século XIX, já sob a égide da Constituição Imperial de 1824 que, influenciada pelas ideias liberais da época, embora consagrasse o Catolicismo como religião oficial do Império, permitia que outras religiões fossem professadas:

Depois de duas tentativas fracassadas - protestantes franceses - estabeleceram no Rio de Janeiro entre 1555 e 1560 e protestantes holandeses se estabeleceram no Nordeste entre 1630 e 1654 – a tradição protestante finalmente inseriu-se no Brasil no começo do século XIX. Seu primeiro impulso foi basicamente de natureza imigratória e decorreu da abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês (1810) e do incentivo governamental à imigração européia – particularmente alemã - poucos anos depois. Assim, nos limites da tolerância a cultos não-católicos estabelecida pela Constituição de 1824, instalaram-se no Brasil anglicanos, episcopais (anglicanos norte-americanos) e, em número muito maior, luteranos. Mas a população brasileira só foi diretamente afetada pela presença de cristãos não-católicos quando começaram a chegar ao Brasil, nos anos 1850, os primeiros missionários protestantes que vieram com a finalidade explícita de propagar sua fé. Esse segundo impulso responde pela inserção no país ao que chamamos aqui "protestantismo missionário". Através deles instalaram-se no Brasil a Igreja Congregacional, a Presbiteriana, a Metodista, a Batista e a Episcopal. (MENDONÇA, VELASQUES FILHO, 2002, p.12).

A tolerância religiosa por meio da Constituição Imperial propiciou o aumento do protestantismo no Brasil no século XIX, não apenas o protestantismo de imigração, mas também o de missão. Até o final do século XIX, “já estavam praticamente implantadas no Brasil todas as denominações clássicas do protestantismo” (MENDONÇA, 1984, p.22)

Embora a tolerância da Constituição Imperial favorecesse o desenvolvimento da nova religião, os fiéis protestantes eram em sua grande maioria estrangeiros, especialmente alemães e ingleses, que chegaram ao Brasil por motivos diversos. As primeiras organizações protestantes no século XIX tinham por escopo, prioritariamente, prestar assistência religiosa a esses estrangeiros.

A primeira igreja de missão se estabeleceu permanentemente no Brasil por meio do médico escocês Robert Reid Kalley, que chegou ao país em 1855. O trabalho do médico consistia, inicialmente, na realização de evangelismo e estudos bíblicos nos lares. (Reily, 2003) Em 1858, após um período de evangelização nas casas, Kalley organiza a Igreja Evangélica Fluminense. O trabalho de Kalley na fundação da primeira Igreja resultante de um projeto missionário dá origem aos Congregacionais no Brasil (MENDONÇA, 1984)

A despeito do trabalho pioneiro do escocês Robert Reid Kalley na organização da igreja Congregacional, a conversão de brasileiros ao protestantismo se torna mais pujante com a chegada de missionários norte-americanos também no século XIX, que vieram especificamente com propósito missionário.

O papel do protestantismo norte-americano na consolidação do movimento no Brasil é de peculiar relevância. Isso porque, em razão do específico propósito de evangelização e expansão das diversas denominações, a missão norte-americana foi responsável pela implantação de inúmeras Igrejas, tradução e distribuição de Bíblias e, desde a chegada dos primeiros missionários até os dias atuais, exerce forte influência sobre a doutrina e liturgia das igrejas evangélicas brasileiras.

Durante o século XIX, a expansão missionária norte americana foi responsável pela chegada ao Brasil dos Metodistas, por meio do missionário Justin Spaulding em 1836; Presbiterianos, com pastor Ashbel Green Simonton em 1859; Batistas, inicialmente em 1871 e, uma década mais tarde, permanentemente com os missionários William Buck Bagby e Zachery C. Taylor, responsáveis pela fundação em 1882 da Primeira Igreja Batista do Brasil em Salvador; e Episcopais com os Reverendos James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving em 1889 (REILY, 2003)

A variedade denominacional implantada no Brasil no século XIX mostra a importância da missão norte-americana para o protestantismo brasileiro. Todavia, não obstante o grande movimento missionário do século XIX, é no século XX que o país vivencia um crescimento exponencial do protestantismo, especialmente com o nascimento do movimento pentecostal, também oriundo dos Estados Unidos.

2.4 O nascimento do movimento pentecostal e sua expansão no Brasil

O estudo do movimento pentecostal e a sua importância para a ciência da religião é um fenômeno recente e de peculiar complexidade, por duas razões: primeiro por se tratar de um movimento religioso relativamente jovem, que teve a sua relevância ratificada com o rápido e vigoroso crescimento nos últimos anos; segundo em razão da multiformidade do movimento, especialmente na fase atual, que conta com várias e diversificadas igrejas, desvinculadas de uma denominação histórica e com total autonomia para definir critérios de governança e aspectos doutrinários.

Inobstante haja características comuns, os pentecostais não comungam de uma teologia sistematizada uniforme entre as diversas igrejas. Há ainda, especialmente no cenário hodierno, uma grande dificuldade de se fazer uma análise documental do movimento em razão, tanto da multiformidade denominacional, quanto da escassez no cumprimento de formalidades para criação de algumas igrejas, principalmente as periféricas.

Para exata compreensão do porquê dessas peculiaridades do pentecostalismo, é mister voltar às origens do movimento, que tem o seu nascedouro nos movimentos de avivamento espiritual nos Estados Unidos no início do século XX:

O atual movimento pentecostal traça sua origem desde o reavivamento no Bethel Bible College, em Topeka, Kansas, que teve início a 1^o de janeiro de 1901. Estudantes, com base em seus estudos bíblicos, concluíram que o falar em línguas (ver At 2.4) é a evidência física e inicial do batismo no Espírito Santo.

[...]

O reavivamento tornou-se uma verdadeira explosão pentecostal quando, em 1906, W. J. Seymour obteve um edifício de dois andares na rua Azusa, 312, em Los Angeles, Estado da Califórnia. Durante cerca de três anos, houve cultos quase que continuamente, das dez da manhã à meia-noite. E muitos daqueles que receberam o batismo pentecostal no Espírito Santo foram espalhados para propagarem a mensagem. (HORTON; MENZIES, 1999, p 12).

Não obstante tenha ganhado proeminência com William Joseph Seymour em 1906, o avivamento espiritual que fará nascer o pentecostalismo tem a sua origem anos antes, ainda no século XIX. Influenciados pelos movimentos de avivamento e busca da santificação oriundos da Europa, particularmente dos puritanos e metodistas, o protestantismo norte-americano do século XIX vive uma constante busca pela santificação.

Algumas doutrinas começam a ganhar corpo nesse período, dentre elas, a ideia de que a salvação dependeria de um processo de santificação, uma espécie de terceira bênção. Enquanto o protestantismo histórico advogava pela salvação exclusiva pela fé e o batismo como sacramento, os despertamentos para santificação pregavam a necessidade do batismo no espírito santo.

Tais manifestações transcendem a racionalidade típica do protestantismo histórico, cujo berço é a academia. Enquanto os primeiros protestantes se preocupavam diligentemente na leitura e interpretação das escrituras, os movimentos de avivamento buscavam experiências e manifestações sobrenaturais. A liturgia que já havia passado por um processo de transformação

na Europa com puritanos, pietistas e metodistas, também é impactada nos Estados Unidos, com manifestações públicas de fiéis que recebiam o batismo no espírito santo e, por conseguinte, passariam a possuir dons espirituais como falar em línguas, profetizar e curar.

O batismo no espírito santo e o processo de santificação, que mais tarde se tornaria característica do movimento pentecostal, surge da interpretação bíblica do livro de Atos dos Apóstolos 2:4: “E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem” (A BÍBLIA, 1995, p. 1630). O comentário sobre o tema constante na Bíblia de Estudo Pentecostal explica essa manifestação:

O falar noutras línguas, ou a glossolália (gr. *glossais lalo*), era entre os crentes do NT, um sinal da parte de Deus para evidenciar o batismo no Espírito Santo (ver 2.4; 10.45-47; 19.6). Esse padrão bíblico para o viver na plenitude do Espírito continua o mesmo para os dias de hoje. (A BÍBLIA, 1995, p. 1631).

Tais manifestações começaram a causar estranheza dentro das igrejas, especialmente nas denominações históricas. Dentre os que buscavam movimento de santificação, como os Metodistas, também não havia consenso quanto à doutrina do batismo no espírito santo. Com isso, muitos grupos de fiéis começaram sair das igrejas aos quais estavam vinculados e formar novas comunidades autônomas, desvinculadas de qualquer denominação anterior, denominadas “igrejas *holiness*”.

O surgimento dessas igrejas nos Estados Unidos deixa para o movimento pentecostal a herança de um processo de nascimento desenfreado e simplificado de novas comunidades. Assim como nas “igrejas *holiness*”, no pentecostalismo a simples divergência doutrinária, o descontentamento ou desentendimento de fiéis com a liderança ou razões de qualquer natureza são suficientes para que fiéis se rebelem e criem a sua própria igreja.

Para além da fé e das divergências doutrinárias, é mister analisar o contexto social em que viviam os Estados Unidos no início do século XX para se alcançar a exata compreensão da chamada “explosão pentecostal” supracitada. Não obstante se trate de uma manifestação religiosa, o nascimento e desenvolvimento do pentecostalismo estão diretamente imbricados nas questões sociais que atingiam a sociedade norte-americana da época.

Ora, se, segundo Durkheim, a religião é um fato social, não há como dissociar o surgimento de determinada denominação do contexto histórico, cultural e econômico ao qual está inserido:

[...] as opiniões teológicas têm suas raízes na relação entre a vida religiosa e as condições culturais e políticas prevalentes em qualquer grupo de cristãos. Isto não significa que a interpretação econômica ou puramente política da teologia se justifique, mas que a vida religiosa é tão entrelaçada com as circunstâncias sociais que a formulação da teologia é necessariamente condicionada por elas. Onde a teologia é considerada somente a partir do ponto de vista ideológico, perde-se a visão das verdadeiras condições que influenciam a diversidade de suas formas, e as diferenças são explicadas em bases intelectualmente capciosas sem levar em conta as razões fundamentais da variação. (NIEBUHR, 1992, p. 18)

No caso dos pentecostais, essa relação mostra-se não apenas evidente, mas explica em boa medida o porquê da rápida expansão do movimento. No início do século XX, a sociedade norte-americana vivenciava a herança de uma fase marcada por conflitos de natureza política, moral e econômica de anos anteriores. Após a Guerra Civil, o país estava dividido e, enquanto o Norte (industrializado e abolicionista) era visto como a terra das oportunidades, o Sul (rural e escravagista) enfrentava graves dificuldades econômicas.

Além das questões políticas e econômicas, o fim da Guerra Civil e a abolição da escravidão traz outra consequência para a sociedade norte-americana: a segregação racial e a desigualdade social. Por conseguinte, uma sociedade racista e desigual terá igrejas contaminadas pelo racismo e pela desigualdade. Assim, a segregação também atingiu o protestantismo norte-americano.

É nesse contexto religioso, social e econômico que surge o movimento Pentecostal nos Estados Unidos através do líder William Seymour. O movimento se multiplica rapidamente levando à retomada “explosão pentecostal”. O protagonismo de Seymour não é por acaso. Naquele contexto, a sua biografia foi um fator essencial para o sucesso e expansão do movimento:

Um negro, filho de ex-escravos da Louisiana, então com 36 anos de idade, começou, em abril de 1906, num templo abandonado de uma Igreja Metodista Africana, no bairro negro de Los Angeles, uma caixa-preta, da qual começaram a sair gritos, convulsões, profecias, glossolalias, curas, milagres, prodígios e toda sorte de coisas, que rapidamente chamou a atenção da imprensa e, por meio dela, de todo o país. Em 18 de abril de 1906, o jornal Los Angeles Times publicava uma matéria que começava afirmando estarem os seus repórteres diante de “uma sobrenatural babel de línguas” e de uma “nova seita de fanáticos” formada em sua maioria por negros e imigrantes pobres, liderados por um pregador negro, William Seymour. (CAMPOS, 2005, p. 110).

O Pentecostalismo nasce, então, da periferia, da comunidade negra e pobre dos Estados Unidos no início do século XIX, em um contexto de segregação racial e desigualdade social, com a atuação de um líder negro, filho de ex-escravos. A identificação dos fiéis com Seymour, que se dissociava da maioria dos líderes eruditos e brancos das denominações históricas, foi instantânea.

Outro fator que contribuiu sobremaneira para o crescimento do movimento foi a facilidade com que surgiam novos líderes. Como o pentecostalismo, em sua origem, dava maior ênfase às manifestações sobrenaturais do batismo no espírito santo em detrimento da acuidade no estudo dos fundamentos da fé cristã, membros da comunidade rapidamente alcançavam cargos de liderança, o que, no contexto de estratificação e racismo, para a população marginalizada, possuía um impacto desmedido.

Ademais a liturgia pentecostal foi fortemente impactada pela cultura africana. Características da cultura negra estavam e estão presentes no movimento até hoje, como “oralidade da liturgia; teologia e testemunhos oralmente apresentados; inclusão de êxtase, sonhos e visões nas formas públicas de adoração; holismo quanto às relações corpo alma; ênfase nos aspectos xamânicos da religião; uso de coreografias e de muita música no culto” (CAMPOS, 2005, p. 112)

Tais características contribuíram para a chegada e rápida expansão do movimento no Brasil. Apenas quatro anos após o grande despertar da Azuza Street, Los Angeles, com Seymour, chega ao Brasil a Congregação Cristã do Brasil (1910). O desenvolvimento do pentecostalismo brasileiro é dividido em três fases. Segundo Freston:

A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911). Estas duas igrejas têm o campo para si durante 40 anos, pois suas rivais são inexpressivas. A Congregação, após grande êxito inicial, permanece mais acanhada, mas a AD se expande geograficamente como a igreja protestante nacional por excelência, firmando presença nos pontos de saída do futuro fluxo migratório. A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). Novamente, essas igrejas trazem uma atualização inovadora da inserção social e do leque de possibilidades teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo. O contexto é fundamentalmente carioca. (FRESTON, 1993, p. 66).

As igrejas que surgem na primeira onda trazem consigo as características do pentecostalismo norte-americano no início do século XX. Eram compostas, em sua maioria, por uma população negra, pobre, com baixo nível de escolaridade e marginalizada, frequentemente vítima do preconceito nas igrejas vinculadas ao protestantismo histórico. Esse perfil social, embora ainda se mantenha em sua maioria, sofre uma mutação ao longo dos anos, passando a abrigar também pessoas de classe média.

As modificações no perfil social e na doutrina das igrejas da primeira onda não ocorrem isoladamente, mas são características típicas do cristianismo e das religiões ao longo das gerações. Ocorreram nas igrejas históricas e ocorrem hodiernamente. Ao tratar sobre as transformações na ética, doutrina e perfil social na transição de uma seita para igreja, Niebuhr explica com clareza esse fenômeno:

O caráter sociológico do sectarismo, no entanto, é quase sempre modificado ao longo do tempo pelos processos naturais de nascimento e morte, e nesta mudança de estrutura muda a doutrina, e a ética inevitavelmente a acompanha. Pela sua própria natureza, o tipo sectário de organização é válido apenas para uma geração. Os filhos nascidos dos membros voluntários da primeira geração começam a fazer da seita uma Igreja, muito antes de chegarem à maturidade. Com o advento deles a seita tem de assumir o caráter de instituição educacional e disciplinar com o propósito de levar a nova geração à conformidade com os ideais e costumes que se tornaram tradicionais. Raramente a segunda geração assume as convicções que herdou com idêntico fervor dos seus pais, que modelaram tais convicções no calor do conflito e sob o risco do martírio. Como as gerações se sucedem, o isolamento da comunidade em relação ao mundo torna-se mais difícil. Ademais, a riqueza freqüentemente aumenta quando a seita se sujeita à disciplina do ascetismo do trabalho e do consumo. Com o aumento da riqueza as possibilidades de cultura tornam-se mais numerosas e o envolvimento na vida econômica da nação pode ser menos facilmente limitado. Inicia-se a concessão e a ética da seita aproxima-se do modelo de moral próprio da Igreja. O que ocorre com a ética, ocorre também com a doutrina e igualmente com a administração da religião. (NIEBUHR, 1992, p. 20).

Ora, a sociedade não é estática, tampouco a religião. Como fato social que é, a religião também é eivada por aspectos sociais, culturais e, inclusive, memórias. Como será tratado ainda neste trabalho, a memória compartilhada possui relevante papel na construção das doutrinas. Essa memória, todavia, sofre ingerência da alienação, reificação e ideologia, temas que serão abordados nos tópicos subsequentes.

No âmbito doutrinário, as igrejas da primeira onda também herdam as características do movimento norte-americano e advoga o batismo no espírito santo e, por conseguinte, a

manutenção dos dons do espírito na atualidade. Também defendem um rigoroso processo de santificação e uma radical separação entre a igreja e o “mundo”. A título de exemplo, pautas relacionadas aos costumes, como as vestimentas permitidas aos membros, uso de maquiagem, brincos etc., além da proibição aos fiéis de realizarem práticas cotidianas como frequentar cinema, ouvir músicas não cristãs ou até ouvir rádio e assistir televisão possuem muita relevância.

Evidentemente, não obstante a resistência em modificar tais pautas relacionadas aos costumes, as igrejas da primeira onda, especialmente a Assembleia de Deus, acabam por ceder em alguns aspectos. Exemplo disso é a flexibilização de acesso pelos fiéis a rádio e televisão, que serão amplamente utilizados como meio de expansão da fé pelas igrejas na segunda e terceira ondas.

A segunda onda do pentecostalismo no Brasil tem seu início na década de 1950, a partir de um movimento missionário protagonizado pela Igreja do Evangelho Quadrangular e tem o seu reduto principal em São Paulo. Também influenciados pelo avivamento norte-americano, as igrejas da segunda onda ainda atraíram a população marginalizada, especialmente migrantes nordestinos que viviam no Sudeste. No espectro doutrinário, além do batismo no espírito santo e a glossolália, a nova fase do movimento dá forte ênfase ao dom de cura.

Todavia, é na estratégia de evangelização que o movimento se destaca. As igrejas da segunda onda eram responsáveis por realizar projetos missionários em ruas, praças, teatros etc. Além disso, inovaram ao utilizar o rádio como instrumento de propagação da sua fé. Noutro plano, ao darem ênfase à cura divina, o movimento sofria críticas e acusações de charlatanismo por parte da imprensa nacional, o que acaba por gerar visibilidade nos meios de comunicação e atrair novos adeptos.

A inovação quanto às estratégias de expansão será também um grande destaque na terceira onda do pentecostalismo no Brasil, que tem início, especialmente no Rio de Janeiro, no final da década de 1970. Essa onda, também classificada como neopentecostalismo, é responsável pelo surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

As igrejas que se originaram nesse período, já possuem características que diferem do pentecostalismo clássico. Quanto ao aspecto moral, dos usos e costumes, o rigor da primeira onda é abandonado proporcionando maior liberdade aos fiéis. No aspecto doutrinário, a ênfase passa a ser a guerra espiritual contra o Diabo e, especialmente, a teologia da prosperidade.

Como consequência da nova doutrina, modifica-se, também, o perfil social e cultural das igrejas da terceira onda. Ao contrário das duas ondas anteriores, que atraíam pessoas predominantemente marginalizados, negros, migrantes e com baixo grau de instrução, as igrejas da terceira onda são compostas por pessoas de pele mais clara e com maior grau de escolaridade:

O país é outro, e o pentecostalismo da terceira onda adapta-se às mudanças: o aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão-de-obra do campo; a estrutura moderna de comunicações de massa que no final dos anos 70 já alcança quase toda a população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica dos anos 80. Em contraste com a segunda onda de igrejas paulistas fundadas por migrantes de nível cultural simples, a terceira onda é sobretudo de igrejas cariocas fundadas por pessoas cidadinas de nível cultural um pouco mais elevado e pele mais clara. Iniciando-se no contexto de um Rio de Janeiro marcado pela decadência econômica, pelo populismo político e pela máfia do jogo, o novo pentecostalismo se adapta facilmente à cultura urbana influenciada pela televisão e pela ética *yuppie*. (FRESTON, 1993, p. 95).

As igrejas da terceira onda trazem consigo, ainda, três características importantes: o caráter empresarial em sua organização; o uso indiscriminado dos meios de comunicação em massa para propagação da fé e a intensa participação política. Ao contrário do pentecostalismo em sua origem norte-americana onde as igrejas surgiam principalmente da divisão e tinham como característica um governo desvinculado de uma denominação, as igrejas implantadas na terceira onda são organizadas como empresas, centralizadas e, ao invés de se dividirem, se multiplicam.

Evidentemente, a multiplicação de templos das igrejas da terceira onda não isenta o movimento neopentecostal de cismas. Exemplo disso é o nascimento das Igrejas Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus, cujos líderes são os dissidentes da Igreja Universal do Reino de Deus, R.R. Soares e Valdemiro Santiago. Todavia, a estratégia de expansão através de uma gestão centralizada tem demonstrado espantoso resultado no crescimento dessas igrejas.

Segundo dados do estudo realizado pelo Instituto MetrÓpole com apoio da FAPESP e da USP, entre 2010 e 2019 as quatro igrejas que mais cresceram no Brasil estão dentro do movimento Pentecostal. A Assembleia de Deus, com 9.348 templos teve um crescimento de 115% no período; a Congregação Cristã do Brasil, com 3.445 templos cresceu 92%; a Igreja Universal do Reino de Deus, com 2.515 templos cresceu 90% e a Igreja Mundial do Poder de Deus: 2.310 alcançou um crescimento de 72% (ARAÚJO, 2023)

Aliado à gestão empresarial centralizada, está a forma de propagação do credo neopentecostal. As igrejas da terceira onda têm amplo acesso às casas por intermédio dos meios de comunicação em massa, especialmente rádio, televisão e, nos últimos anos, mídias sociais e internet. Nessa fase, os neopentecostais transmitem cultos, realizam campanhas e divulgam a sua fé com alcance incomensurável.

Finalmente, a terceira característica marcante na terceira fase do pentecostalismo brasileiro é o envolvimento na política do país. A título de exemplo, no último pleito, no ano de 2022, segundo levantamento do Jornal O GLOBO, o número de pastores que se candidataram a um dos cargos eletivos em disputa atingiu o patamar de 476 candidatos, o que representa cerca de 20% a mais que o pleito de 2018. Dessas candidaturas, a quantidade de parlamentares eleitos saltou para 18 em 2018 para 21 candidatos em 2022. (MELLO; MARQUES, 2022)

Insta salientar que esses dados dizem respeito apenas aos que se autointitulavam pastores ou líderes protestantes com outros títulos, como Apóstolos ou Bispos. Há ainda, várias candidaturas de evangélicos que se utilizaram desta condição na busca de votos junto às suas comunidades de fé que não foram contabilizados, o que dificulta vislumbrar a real potencialidade dos evangélicos na política.

Entrementes, diante do rápido crescimento do protestantismo brasileiro, particularmente os neopentecostais, e a sua vinculação com o campo político, uma pergunta carece de respostas: como o movimento evangélico conseguiu tão rápida expansão e tamanha influência no espectro político? Os aspectos até aqui abordados não dão conta, de per si, de abarcar toda a complexidade desse questionamento. É mister, para tanto, compreender o fenômeno religioso sob a ótica de outras searas do conhecimento. Para tanto, será abordado nos tópicos que seguem, a relação da religião com a memória, a alienação e a ideologia.

3 MEMÓRIA RELIGIOSA E ALIENAÇÃO

A complexidade do fenômeno religioso não permite limitar o seu estudo aos aspectos históricos. O estudo da memória, desta feita, é de peculiar relevância. Ora, se nas sociedades primitivas, onde já era possível identificar a ligação do humano com o sagrado, não havia escrita, de que forma os fenômenos religiosos foram transmitidos entre gerações se não através do compartilhamento de memórias?

Além das sociedades primitivas, o compartilhamento das memórias, mesmo na realidade hodierna, exerce papel fundamental na propagação da fé, independentemente da existência da escrita. A título de exemplo, de que forma os povos originários em regiões remotas e sem acesso à escrita mantêm a sua cultura, seus costumes e as suas crenças atualmente, se não pelo compartilhamento de memórias?

Demais disso, doutrinas, símbolos religiosos, lugares sagrados, liturgias, sacramentos etc. sobrevivem ao tempo pela preservação das memórias religiosas. A memória evocada por esses elementos propiciará a conexão entre o religioso e o sagrado.

Além da religião, a memória assume, ainda, uma importância ímpar na formação do próprio conhecimento humano. Não há conhecimento sem memória, não há sociedade alheia à memória e, por conseguinte, não há falar em existência de religião sem memória. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais a homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387)

3.1 A religião como quadro social na construção de uma memória coletiva

Em razão da sua importância, o estudo da memória se aperfeiçoou ao longo do tempo e se estabeleceu como ciência autônoma, distinguindo-se, embora interligadas, do estudo da história. Enquanto a história buscará compreender o passado por meio de uma análise crítica e reflexiva dos fatos e acontecimentos, a memória se caracterizará como um fenômeno subjetivo que se preocupa com a forma como as pessoas vivenciam e se apropriam do passado.

Nesse diapasão, a fé pela preservação da memória é valorada, pois é através da preservação das memórias que se constrói a identidade cultural de determinado corpo social. Essa preservação pode ocorrer de diversas formas, seja através de testemunhos, documentos,

símbolos ou lugares de memória (NORA, 2012). A percepção e cristalização da memória, portanto, estará necessariamente relacionada à materialidade, às relações humanas, aos fatos sociais. Nesse sentido, ensina Le Goff (2013, p. 388):

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem "na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui".

Alguns cientistas foram, assim, levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais.

Nessa senda, Maurice Halbwachs desenvolve o seu pensamento sobre a memória e, ao dialogar com a sociologia, parte da premissa de que o indivíduo é um ser social, por conseguinte, produto do meio em que está inserido e pensa com o grupo.

Influenciado por diversos teóricos, especialmente por Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, desenvolve a sua teoria sobre a memória individual e coletiva. Em sua obra "os quadros sociais da memória", pode-se observar a influência do pensamento durkheimiano na aproximação com os aspectos sociais na construção de memórias coletivas.

Émile Durkheim, maior expoente da Sociologia como ciência autônoma, foi responsável pela criação do método sociológico que distinguiu a Sociologia de outras ciências humanas. Para Durkheim, a compreensão da sociedade se dá pelo estudo do fato social, ou seja, o ser humano é resultado da influência gerada pela coletividade em que está inserido. Não há individualidade que não seja reflexo do todo. O fato social orienta o indivíduo não apenas nas suas ações, mas, inclusive, na sua identidade, pois é dotado de generalidade, exterioridade e coercitividade (DURKHEIM, 2012)

Da mesma forma que as ações e identidade do indivíduo são reflexo do corpo social, também o é a memória. Halbwachs reitera que as memórias não se dissociam do ambiente social em que o indivíduo está inserido, ou seja, a memória não está separada dos seus condicionamentos sociais.

Os indivíduos, reafirma o autor, como seres sociais, articulam sua memória em função do seu pertencimento coletivo. Assim, mesmo a memória individual é relacional a esses condicionamentos sociais. Nesse sentido, escreve Halbwachs (1990, p. 36):

Se esta análise estiver correta, o resultado para onde nos conduz permitiria talvez responder à objeção mais séria e, aliás, a mais natural a que nos expomos quando pretendemos que só temos capacidade de nos lembrar

quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo.

Assim, infere-se que, para o autor, a memória individual seria a percepção individual que cada pessoa tem influenciada pela coletividade, ou seja, a memória individual é uma percepção individual da memória coletiva:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que. aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 50).

Nesse diapasão, Halbwachs se aproxima do pensamento durkheimiano ao se opor a uma visão filosófica de autonomia individual, portanto, a sociedade condiciona o indivíduo e, por conseguinte, contribui na articulação das suas memórias. Assim esses indivíduos nas suas coletividades recordam a partir de quadros sociais de referência.

Esses quadros, sejam gerais – espaço, tempo, linguagem - ou específicos – família, religião e classe social – serão instrumentos de que a matéria coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que se combina, a cada época, com os pensamentos dominantes da sociedade. A memória é influenciada pelos quadros sociais constitutivos das relações sociais ou grupais.

Ao analisar a religião como quadro social, constituidora de memórias coletivas, Halbwachs chama a atenção para o fato de que, desde os primórdios da humanidade, é possível verificar a existência de alguma forma de crença no sobrenatural. Não apenas isso, a religião traz reflexos na história das migrações, miscigenações, tribos, guerras e, por conseguinte, nas memórias desenvolvidas pelo grupo (HALBWACHS, 2004)

Assim, o religioso e o real se relacionam ao longo da história. A religião é uma construção de memórias e, por intermédio da transmissão destas, as religiões perduram no

tempo pois, os dogmas, rituais, o misticismo presentes nas religiões são transmitidos por gerações através do compartilhamento das memórias.

Essa relação entre história e memória religiosa fica evidente no apanhado histórico sobre as crenças religiosas feito no primeiro capítulo deste trabalho. A título de exemplo, os relatos bíblicos sobre o povo hebreu nada mais são que registros de uma memória religiosa. A partir dos registros dessas memórias, o judaísmo atravessou os séculos e se mantém vivo.

A religião judaica é um exemplo da incontestável força da memória religiosa para um povo. As memórias registradas no Pentateuco (cinco primeiros livros da Bíblia) dão conta de vitórias e derrotas do povo hebreu. A história apresenta as vicissitudes da comunidade judaica ao longo dos anos com guerras, diásporas e até a tentativa de aniquilação com o holocausto. A fé, consubstanciada nas memórias religiosas, foi capaz de manter o judaísmo ainda vivo.

Noutro plano, a identificação de indivíduos em um grupo em razão da crença religiosa proporciona, ainda, um sentimento de pertencimento. As religiões unem pessoas que possuem ideias comuns, pautados em uma fé no sobrenatural. Esses fiéis vão compartilhar experiências, ritos e, especialmente, memórias moldadas a partir das suas crenças e da fé professada dentro do grupo.

Importante destacar que, ao contrário de agrupamentos decorrentes de um vínculo espacial, como família, cujo parentesco demanda, geralmente, uma coabitação, o agrupamento decorrente do sentimento religioso se dá pela crença no sobrenatural e não depende, *a priori*, de um vínculo espacial. Halbwachs (1990, p. 96-97) infere que:

As relações jurídicas estão fundamentadas sobre o fato de que os homens têm direitos e podem contrair obrigações que, pelo menos, em nossas sociedades, não parecem subordinados à posição deles no meio exterior. Os grupos econômicos decorrem da posição dos homens não no espaço, mas em relação à produção, isto é, numa diversidade de funções, e também diversos modos de remuneração, de distribuição de bens: no plano econômico, os homens são diferenciados, agrupados conforme qualidades ligadas à pessoa e não ao lugar. Com maior razão se dá o mesmo nas sociedades religiosas: elas repousam numa comunidade de crenças que tem como objeto seres imateriais; essas associações estabelecem entre seus membros laços invisíveis, e se interessam sobretudo pelo homem interior. Todos esses grupos se sobrepõem às sociedades locais. Longe de se confundirem com elas, eles as decompõem, seguindo regras sem relação com a configuração do espaço. É, por isso que não é suficiente considerar que os homens estejam reunidos num mesmo lugar, e guardar na memória a imagem desse lugar para descobrir e se lembrar a que sociedades eles se ligam.

Todavia, Halbwachs destaca que, apesar de segmentos religiosos não demandarem *a priori* um vínculo espacial, esse agrupamento é apenas aparentemente desvinculado de tal critério. O autor conclui, inclusive, pela impossibilidade de existência de uma memória coletiva desvinculada de um quadro espacial:

Quanto às religiões, elas estão solidamente afixadas sobre o solo, não somente porque se trata de uma condição que se impõe a todos os homens e a todos os grupos; mas uma sociedade de fiéis é conduzida a distribuir entre os diversos pontos do espaço o maior número de idéias e imagens que são por ela defendidas. Há lugares sagrados, há outros que evocam lembranças religiosas, há lugares profanos, alguns que estão povoados de inimigos de Deus, onde é preciso fechar os olhos e os ouvidos, outros sobre os quais pesa uma maldição. [...] Faríamos uma idéia incorreta do modo pelo qual se desporiam em sua memória as lembranças das cerimônias, das orações e de todos os atos, e de todos os pensamentos que ocupam uma vida devota, se não soubéssemos que cada um deles encontraria lugar em alguma parte desse espaço. [...]
Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. (HALBWACHS, 1990, p. 99).

Nesse sentido, o pensamento de Halbwachs dialoga com as ideias propostas por Pierre Nora sobre a memória evocada a partir de lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (NORA, 1993, p.13).

Para a religião, portanto, o aspecto espacial possui peculiar relevância. Segmentos religiosos dos mais diversos possuem, além das doutrinas que os identificam, templos e outros lugares sagrados. Essa percepção espacial também interfere no desenvolvimento, tanto das memórias religiosas, quanto no sentimento de pertencimento do indivíduo no grupo.

Halbwachs discorre, ainda, sobre a relação da memória com o surgimento de novas religiões ou novas doutrinas, ritos e dogmas de um segmento religioso já existente. As novas religiões ou derivações de religiões já existentes possuem um tronco comum, que é a crença na divindade. Portanto, o surgimento de novas religiões ou doutrinas não representa a completa eliminação de uma religião pré-existente (HALBWACHS, 2004).

Antes que todo, cuando, una sociedad transforma así su religión, avanza un poco en lo desconocido. Desde un comienzo, no tiene conocimiento de todas las consecuencias de los nuevos principios planteados. Son unas fuerzas sociales que, entre tantas otras, orientan y desplazan el centro de gravedad del grupo: sin embargo, para que éste conserve su equilibrio, debe precederse con un trabajo de readaptación de todas las tendencias e instituciones que hacen su vida en común. La sociedad se da cuenta de que esta nueva religión no significa un comienzo independiente, sin límite alguno. Esas creencias, ás dilatadas y profundas, desea adoptarlas sin romper totalmente con el marco de las ciones en que se ha formado hasta entonces. Por eso es que, al mismo tiempo que la sociedade proyecta en su pasado las concepciones que viene de elaborar, se preocupa en incorporar a la nueva religión los elementos del viejo culto que se encuentra en capacidad de asimilar. La sociedad debe persuadir a sus miembros de que han asimilado en parte esas creencias, inclusive las que há recuperado luego de haberlas mantenido durante cierto tempo apartadas. Eso sólo es posible si ella no choca frontalmente con todo pasado y si conserva al menos las formas. La sociedad, inclusive cuando evoluciona, vuelve al pasado: es en un conjunto de recuerdos, tradiciones e ideas familiares que enmarca los nuevos elementos que coloca en primer plano. (HALBWACHS, 2004 p. 219-220).

Assim, a sociedade em seu dinamismo, mesmo quando evolui, regressa ao passado. O conjunto de memórias, tradições, ideias familiares será evocado na construção de novos fenômenos religiosos. Portanto, o surgimento de uma nova religião ou de novas doutrinas irá representar uma sobreposição de memórias e não a criação de algo completamente novo.

Essa percepção de Halbwachs pode ser observada, por exemplo, na Reforma Protestante, tratada alhures sob a perspectiva histórica. Quando o Protestantismo propõe uma ruptura com o Catolicismo, esperava-se que as memórias religiosas da antiga crença fossem suprimidas. Entretanto, como entre o Catolicismo e o Protestantismo há um tronco comum, Jesus Cristo, houve o desenvolvimento de novas memórias religiosas sem que as anteriores fossem completamente destruídas.

A reforma ocorrida na Inglaterra, que deu origem à Igreja Anglicana, deixa essa percepção ainda mais explícita. Em razão dos interesses privados e políticos, o Anglicanismo não nasce exclusivamente de divergências doutrinárias, razão pela qual herda, além do tronco comum, diversos ritos que evocam as memórias do Catolicismo.

Portanto, mesmo que haja intenção de revogar antigas memórias religiosas com o surgimento de uma nova doutrina, para Halbwachs essa dissociação não será completa. No caso da reforma protestante, por exemplo, os textos sagrados, alguns sacramentos e doutrinas

permaneceram. Ainda hoje, Católicos e Evangélicos possuem a Bíblia como livro sagrado e o batismo e a santa ceia como sacramentos. Tudo isso, corolário das memórias religiosas.

Demais disso, a memória também não está alheia à ideologia. Se a memória coletiva sofre influência do corpo social, não será diferente a influência da ideologia na memória, como será melhor abordado no tópico subsequente.

3.2 A expansão da extrema direita no Brasil e as igrejas evangélicas: alienação e golpe

A política brasileira vive um momento bastante peculiar. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2014, o Brasil presenciou sucessivos ataques a sua jovem democracia, impulsionados pela ascensão de grupos radicais de direita.

A ascensão da extrema direita não é um movimento que se observa exclusivamente no Brasil, tampouco é um fenômeno recente. Adorno, em palestra proferida em 1967 já destacava o rápido crescimento desse movimento ao analisar o partido de extrema-direita alemão e sua expansão, mesmo após a derrota do nazifascismo na segunda guerra mundial. Na palestra, que veio a se tornar livro, Adorno busca explicar as razões pelas quais a extrema-direita, mesmo após recente derrota, ainda continuava a se expandir.

O primeiro fator observado pelo teórico, decorre da crise do capital, que acarretou mudança de status social de muitos europeus. Esses indivíduos tiram do sistema capitalista a culpa pela sua desclassificação e transferem para o que entendem ser o socialismo. Para esses, a situação de crise que acarretou alguma mudança em seu status social não teria relação com o sistema de exploração do capitalismo, mas sim com o socialismo:

os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política. Em primeiro lugar, penso na tendência ainda dominante de concentração do capital, que se pode eliminar do mundo pelas mais diversas artes da estatística, mas de cuja existência não se pode, seriamente, duvidar. Além disso, essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu status social, e possivelmente fortalecê-los. Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas aqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam status, ao menos segundo concepções tradicionais. (ADORNO, 2020, p. 45-46).

O segundo aspecto apontado pelo autor é o nacionalismo. Adorno destaca que, após a segunda guerra, o mundo passou a se organizar em grandes blocos políticos e econômicos. A título de exemplo, na década de 50, já haviam sido criadas a Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. Essa nova configuração política e econômica acabou por gerar preocupação sob o espectro material, especialmente entre a pequena burguesia:

Devemos lembrar da situação peculiar que predomina em relação ao problema do nacionalismo na época dos grandes blocos de poder. Dentro desses blocos, o nacionalismo perdura, no entanto, como órgão da representação coletiva de interesses dentro dos grandes grupos em questão. Não há dúvidas de que, em termos de psicologia social, e também na realidade, há um medo bastante difundido de entrar nesses blocos e de ali ser fortemente prejudicado no que diz respeito à existência material. Ou seja, na medida em que se trata, // por exemplo, do potencial agrário do radicalismo de direita, é aqui com certeza extraordinariamente forte o medo da CEE (Comunidade Econômica Europeia) e das consequências da CEE para o mercado agrário.

Porém, ao mesmo tempo, e aqui eu toco no caráter antagônico que tem o novo nacionalismo ou radicalismo de direita, há nele algo de fictício diante do agrupamento do mundo hoje em alguns blocos gigantescos nos quais as nações e os Estados individuais desempenham tão somente um papel subordinado. (ADORNO, 2020, p. 47).

Adorno observa, ainda, uma interessante característica do movimento de extrema direita, que é a iminência de um desastre, do fim ou de uma catástrofe. A extrema-direita trabalha com o medo de que as mudanças sociais possam colapsar o que está posto:

Se eu devesse falar de modo psicanalítico, diria que o desejo inconsciente de desgraça, de catástrofe, não é aqui a menor das forças mobilizadas a que esses movimentos fazem apelo. Mas eu gostaria ainda de adicionar a isso - e com isso falo àqueles que, com razão, são céticos em relação a uma interpretação meramente psicológica de fenômenos sociais e políticos - que esse comportamento de forma alguma é só psicologicamente motivado, ele tem também sua base objetiva. Para quem não vê nada diante de si e para quem não quer a transformação da base social, não sobra na verdade absolutamente nada, senão dizer, como o Wotan de Richard Wagner: "Sabes o que Wotan quer? O fim". A partir de sua própria situação social, ele quer a destruição [Untergang]. Mas ele não quer só a destruição de seu próprio grupo, ele quer, se possível, a destruição do todo. (ADORNO, 2020, p. 53).

Adorno chama a atenção, ainda, para duas características importantes da extrema-direita que impulsionam o seu poder de convencimento e rápido crescimento: o baixo nível intelectual de seus adeptos e a utilização da propaganda, ainda que desprovida de verdade.

O baixo nível intelectual é fruto da ausência de conteúdo teórico e ideológico, o que facilita a credence e proporciona adaptabilidade. Os defensores da extrema-direita tendem a ser mais suscetíveis a acreditar em informações sem a necessária criticidade, moldar sua opinião e agir impulsivamente. Além disso, veem a intelectualidade como mal a ser combatido. O intelectual de esquerda é um inimigo em potencial.

A utilização da propaganda, faz com que a extrema-direita substitua os fins pelos meios. O que Adorno propõe é que essa nova direita tem domínio sobre os instrumentos, os meios, mesmo que não seja muito claro onde, especificamente, querem chegar. O poder de persuasão da extrema-direita é muito grande, mesmo que os que se convencem não saibam exatamente no que acreditam. Isso propicia a credence anteriormente mencionada.

A título de exemplo, no discurso atual da direita brasileira, é comum que se diga que, durante as duas décadas de ditadura militar, o Brasil cresceu, foi bem economicamente, a moral e os bons costumes foram preservados etc. A crença nesse discurso falacioso, na perspectiva de Adorno, decorre exatamente do baixo nível intelectual, associado à propaganda distorcida promovida pela extrema-direita.

Finalmente, as duas últimas características apontadas pelo Adorno são o discurso anticomunista e a identificação com personalidades autoritárias. Com relação à primeira, o comunismo passa a ser uma abstração para representar qualquer coisa que possa gerar medo:

Comunista era um partido numericamente bastante forte e a rivalidade política entre os nazis e os comunistas tinha em todo caso uma certa plausibilidade, apesar de que o significado real do que na época chamavam de ameaça comunista certamente era bastante exagerado diante da posição da Reichswehr. Hoje não há mais um partido comunista na Alemanha," e assim o comunismo assumiu realmente uma espécie de caráter mítico, isto é, ele se tornou completamente abstrato, e esse peculiar caráter abstrato faz que, de novo, simplesmente tudo que de alguma forma não convém é subsumido a esse conceito elástico de comunismo e é rechaçado enquanto comunista.

[...]

Bom, isso é separado de qualquer conhecimento do assunto. Comunismo tornou-se puramente uma palavra para assustar. Também o conceito de materialismo desempenha um papel como um conceito que assusta, em que se confunde de uma maneira bastante nebulosa o materialismo da busca por lucro e do interesse por vantagem material com a teoria materialista da história... (ADORNO, 2020, p. 60).

A identificação com personalidades autoritárias traz como consequência a agressividade, não só do discurso, mas, por vezes, até agressividade física. Na perspectiva de Adorno, essa característica nasce da projeção que os adeptos da extrema-direita fazem do seu

próprio eu na personalidade autoritária e a violência seria legitimada, na percepção desses indivíduos, em razão do sentimento de retaliação a um risco maior. Ou seja, a violência na luta da direita se justifica, por exemplo para evitar o comunismo.

Além das características apontadas por Adorno, outro aspecto pode ser observado pelos movimentos pós-fascistas na Europa: a aproximação com o estado de Israel e contraposição aos Muçulmanos.

Esse último aspecto guarda uma estreita relação com as memórias decorrentes da segunda guerra. Para que a extrema-direita alcançasse o seu espaço em países que foram impactados pela invasão alemã, como França e Holanda, era necessário dissociar os movimentos de extrema-direita das memórias do nazismo.

Embora a Alemanha nazista tivesse atentado contra diversos grupos, como ciganos, comunistas, homossexuais etc., os judeus ganharam destaque como principal inimigo a ser combatido pelos alemães. Além disso, após a segunda guerra, houve uma preocupação das comunidades judaicas em manter viva a memória do holocausto. Alguns países criaram museus ou memoriais para que a memória dessa tragédia fosse preservada.

Assim, para que houvesse sucesso na expansão da extrema-direita na Europa, era imperioso dissociar a imagem do movimento das memórias do holocausto. Isso explica, em boa medida, a utilização de bandeiras de Israel em manifestações da direita, inclusive no Brasil. Essa identificação com Israel, também será uma característica de algumas doutrinas oriundas dos Estados Unidos, particularmente atreladas ao movimento neopentecostal, que serão abordadas posteriormente.

Figura 1 - Bandeiras de Israel e EUA viram rotina em atos pró-Bolsonaro. Qual o simbolismo disso? 05 de maio de 2020.



² Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bandeiras-israel-eua-manifestacoes-pro-bolsonaro/>. Acesso em 03 de nov. 2023

As observações apontadas pelo filósofo alemão na década de 60 podem ser observados com facilidade nos movimentos de direita anos mais tarde. A título de exemplo, tais características são comuns ao movimento de extrema-direita nos Estados Unidos, que elegeu Donald Trump e no Brasil, que elegeu Jair Bolsonaro.

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república no pleito de 2018 não foi um fato isolado. Na eleição presidencial anterior, em 2014, a direita já apresentava um crescimento significativo. Nesse pleito, o discurso anticomunista, as pautas morais, a política de ódio e violência já estavam presentes e contribuíram para uma disputa com resultado apertado em favor de Dilma Rousseff, candidata da esquerda à reeleição.

Após o resultado, a extrema-direita brasileira continuou crescendo e, inconformada com a derrota em 2014 e valendo-se do mesmo *modus operandi* descrito por Adorno, passou a questionar a vitória da esquerda, a credibilidade do sistema eleitoral e a organizar grandes manifestações.

Com discursos pautados no medo do socialismo e do comunismo e a utilização desenfreada das mídias sociais, movimentos de extrema-direita ganharam adesão de grande parte do corpo social e, impulsionado pela crise econômica vivida no país, contribuíram para a derrubada do governo Dilma em 2016, decorrente de processo de impeachment.

É durante o processo de impeachment que a extrema-direita brasileira ganhou força e personificou o seu “paladino”. Durante a votação para admissibilidade do processo, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, ao proferir seu voto, em absoluto desprezo à representatividade da casa do povo e à memória de milhares de brasileiros torturados, exaltou a figura do torturador da ditadura militar, o Coronel Brilhante Ustra.

A ascensão da extrema-direita no Brasil atinge o seu ápice na nova República com a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. A personificação da direita em Bolsonaro corrobora com as observações de Adorno quanto às características do movimento. Durante a campanha presidencial, as pautas defendidas em nada atingiam os interesses da população, mas se restringiam à guerra contra o comunismo, conservadorismo moral e nacionalismo. O lema integralista “Deus, pátria e família” foi abraçado pela maioria dos eleitores e culminou na vitória do candidato.

O então presidente tentaria reeleição em 2022, entretanto, foi derrotado nas urnas em um pleito conturbado, marcado por uma campanha com escassas propostas de governo e

exacerbada utilização de pautas morais, informações falsas e discurso de terror contra a suposta implementação de um regime comunista no país.

As eleições presidenciais de 2022 tiveram ainda dois fatores importantes: a extrema polarização política e um discurso extremista, radicalizado por parte do candidato da situação. Nesse contexto político, no dia 08 de janeiro de 2023 o Brasil presenciou o que, simbolicamente, representa o maior ataque ao Estado Democrático de Direito desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Indivíduos que se autoproclamavam “patriotas”, vestidos com uniformes da seleção brasileira de futebol e ostentando bandeiras da República Federativa do Brasil, invadiram a praça dos três poderes na capital federal em uma dislate tentativa de usurpar o “poder” para destituir o então Presidente da República democraticamente eleito no pleito de 2022, e restabelecer o governo vencido.

Malgrado a depredação do patrimônio público e as cenas de guerra registradas pelos próprios invasores, de per si, causem enorme estarecimento, alguns fatos chamam a atenção.

Inicialmente, um aspecto a ser destacado é o perfil criminológico dos autores dos atos golpistas. Não deve causar estranheza a tentativa, ainda que de soslaio, de traçar um perfil desses indivíduos como agentes delituosos, haja vista os atos por eles desencadeados configurarem, nos termos da legislação pátria, ilícitos de natureza penal. Já há, inclusive, alguns desses condenados pela justiça brasileira tanto pela depredação do patrimônio público, quanto pela tentativa de destituição de governo legítimo e democraticamente eleito.

Também não é a intenção desta afirmação, traçar um perfil lombrosiano, em busca simplesmente de características físicas, que, por certo, destoam, mas por motivos diversos, do retrato da população carcerária brasileira, afinal, traçar um perfil criminológico compreende aspectos multidisciplinares que vão desde aspectos econômicos, sociais, até psicológicos.

Pois bem. Nas imagens geradas pelos próprios infratores e amplamente divulgadas através de meios de comunicação em massa, é possível observar pessoas de diferentes idades, gênero e condições financeiras. Nas manifestações que antecederam a tentativa de golpe propriamente dita, até crianças e idosos estavam presentes e chegaram a ser utilizadas como escudo para inibir ação policial contra os golpistas:

Figura 2 - Uso de crianças como escudo nos bloqueios de rodovias em SC será investigado pelo MP, 03 de nov. de 2022.



Além deste, outro aspecto a ser observado é a participação maciça de segmentos religiosos, especialmente protestantes, tanto na preparação quanto na execução dos atos. Em vídeos gravados e divulgados pelos próprios autores dos atos, é possível observar que os invasores oravam e cantavam músicas cristãs durante a invasão⁴ e durante a custódia provisória na sede da Polícia Federal, após serem detidos⁵.

Nesse contexto, não é incomum a indagação: por qual motivo, indivíduos de diversas idades, muitos deles idosos, com condições financeiras estáveis e até privilegiadas, além de grau de instrução que difere da maioria dos infratores integrantes do sistema prisional brasileiro, praticariam atos criminosos de depredação do patrimônio público, na tentativa de promoverem um golpe de estado e o retorno de um regime militar?

A resposta a esta indagação não é tão simples e requer uma análise sobre os fenômenos da alienação, ideologia, além da relação destas com a memória. Esses conceitos permitirão analisar a religião como instrumento alienante e o comportamento de parcela da extrema-direita fundamentalista no cenário político brasileiro hodierno.

³ Disponível em: <https://midianinja.org/news/uso-de-criancas-como-escudo-nos-bloqueios-de-rodovias-em-sc-sera-investigado-pelo-mp/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

⁴ **EVANGÉLICOS BOLSONARISTAS CANTAM E ORAM DURANTE A INVASÃO DO CONGRESSO NACIONAL.** youtube.com, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GWqKWoxsgQA>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

⁵ **EXTREMISTAS CANTAM E GRAVAM VÍDEOS NA ACADEMIA DA PF EM BRASÍLIA.** Poder360.com.br, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/estremistas-cantam-e-gravam-videos-na-academia-da-pf-em-brasil/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

Os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 representam o apogeu de manifestações anteriores potencializadas com as eleições presidenciais realizadas em outubro de 2022. Após pleito que culminou na eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, diversos manifestantes, inconformados com a derrota do oponente, acamparam em frente aos quartéis do exército espalhados pelo país clamando por uma intervenção das forças armadas.

O acme violento dessas manifestações reflete um certo grau de desconexão desses indivíduos com a realidade. Contaminados com uma enxurrada de notícias falsas oriundas de redes digitais de (des)informação de extrema-direita, foi possível presenciar situações no mínimo inusitadas, como a comemoração de manifestantes em razão da suposta prisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes⁶ e uma suposta atuação do exército para impedir o presidente eleito de tomar posse⁷.

A ausência de criticidade, baixo nível intelectual, admiração por figuras autoritárias, discurso violento e anticomunista etc. presentes nas manifestações dialogam com precisão com as características da extrema-direita apontadas por Adorno na década de 60.

Acreditar em notícias ou informações, por mais absurdas que sejam, sem qualquer critério, ações violentas e outros aspectos como a veneração a um líder autoritário de forma acrítica, revelam um aspecto sobre esses indivíduos que é tratado não apenas por Adorno. Tais características dialogam também com a psicanálise. Sob essa perspectiva, Freud caracteriza esses comportamentos como instinto de rebanho ou mente de grupo:

[...] a psicologia de massas trata o ser individual como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição, ou como parte de uma aglomeração que se organiza como massa em determinado momento, para um certo fim. Após essa ruptura de um laço natural, o passo seguinte é considerar os fenômenos que surgem nessas condições especiais como manifestações de um instinto especial irredutível a outra coisa, o instinto social-*herd instinct*, *group mind* [instinto de rebanho, mente do grupo]- que não chega a se manifestar em outras situações. (FREUD, 2011, p. 15).

⁶ **BOLSONARISTAS COMEMORAM NOTÍCIA FALSA SOBRE PRISÃO DE ALEXANDRE DE MORAES.** uol.com.br, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/11/02/bolsonaristas-comemoram-noticia-falsa-sobre-prisao-de-alexandre-de-moraes.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023

⁷ **BOLSONARISTAS COMEMORAM FAKE SOBRE EXÉRCITO IMPEDIR LULA DE SUBIR RAMPA.** metropoles.com.br, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/bolsonaristas-comemoram-fake-sobre-exercito-impedir-lula-de-subir-rampa>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023

A partir da análise feita por Freud sobre o comportamento do indivíduo pertencente a uma massa, é possível entender, inicialmente sob o ponto de vista da psicanálise, alguns dos eventos que antecederam e culminaram nos atos golpistas de 08 de janeiro, especialmente a forma violenta das invasões, a crença cega em notícias explicitamente falsas e a veneração ao líder que, neste caso, era o candidato derrotado à presidência da República.

Para tanto, Freud se vale dos escritos de Le Bon para analisar o comportamento do indivíduo influenciado pela massa:

Portanto, pelo simples fato de pertencer a uma massa, o homem desce vários degraus na escala na civilização. Isolado, ele era talvez um indivíduo cultivado, na massa é um instintivo, e em consequência um bárbaro. Tem a espontaneidade, a violência, a ferocidade, e também os entusiasmos e os heroísmos dos seres primitivos.

[...]

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza.

[...]

Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Ela respeita a força, e deixa-se influenciar apenas moderadamente pela bondade, que para ela é uma espécie de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição. (LE BON *apud* FREUD, 2011, p. 24-26).

As conclusões de Le Bon explicam em boa medida o auge das manifestações que culminaram na invasão à praça dos três poderes na capital da república, os atos de violência generalizada, a crença acrítica em qualquer informação, bem como a subserviência ao líder derrotado nas eleições presidenciais.

Essas características do movimento no Brasil, como já mencionado alhures, dialogam com as que foram apontadas por Adorno como peculiares da extrema-direita na Alemanha. Portanto, não se pode atribuir os violentos atos exclusivamente a aspectos psicológicos. O radicalismo de direita não pode ser visto como reflexo exclusivo da psicologia de massa típica do fascismo (Adorno, 2020). É mister compreender o processo de alienação, especialmente, em razão do objeto aqui proposto, da relação entre àquela e a religião.

Evidentemente, a influência de um processo alienante associado a psicologia de massas não exclui dos autores dos atos antidemocráticos a responsabilidade por suas ações. É importante que isso fique claro pois não é o propósito aqui tratar de qualquer forma de exclusão de responsabilidade presente no ordenamento jurídico brasileiro. As ações constituem crime, nos termos da legislação em vigor e acarretam, respeitadas as garantias fundamentais inerentes ao processo, responsabilidade de natureza civil e criminal.

Feita esta ressalva, resta-nos compreender o que é alienação, a sua relação com a religião e como esse processo interfere na forma de agir dos indivíduos em determinado grupo social. Para tanto, mister valeremo-nos da filosofia alemã do século XIX, especialmente, dos escritos de Karl Marx.

Em sua obra, Marx se distancia da subjetividade de parte da filosofia alemã de sua época para compreender a sociedade como produto da luta de classes. Para esse intuito, tece críticas ao pensamento de outros teóricos, como Hegel e Feurbach. Embora discorra também sobre as ideias de Feurbach (mas em alguns momentos há uma aproximação), é com Hegel que as divergências quanto à alienação são mais tangíveis.

A alienação em Hegel é um movimento reflexivo necessário e imanente que desconsidera as condições materiais de sua realização. Já para Marx, o processo de alienação implica na exclusão das categorias humanas no processo produtivo. A alienação separa o homem daquilo que produz e a força de trabalho ganha contornos de coisa, de algo que pode ser adquirido com o capital.

Essa perspectiva marxiana da alienação, tendo como supedâneo as relações de trabalho e a luta de classe se dão pela própria natureza do pensamento materialista do autor. Para ele, a história humana é a história de conflitos antagônicos entre os interesses de classes dominantes e dominadas, ou seja, escravos e proprietários, senhores feudais e servos e, no capitalismo moderno, burguesia (proprietários dos meios de produção) e proletários (detentores da força de trabalho).

O trabalho em Marx possui especial relevância pois constitui-se em mediador entre o homem e a natureza. O trabalho é uma atividade humana vital. Elemento que distingue o homem dos outros animais em razão da consciência que aqueles têm quanto a possibilidade de produção dos meios necessários à sua subsistência.

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (sinnlich). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho]

é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo.

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. (MARX, 2010, P. 81-82).

Entretanto, com a evolução do capitalismo, essa relação entre o homem e o trabalho sofre uma ruptura. Isso porque, o trabalhador não é mais o detentor dos meios de produção, mas apenas da força de trabalho. Na relação entre o detentor do meio de produção e o proletário, a força de trabalho se torna uma mercadoria. Assim, o trabalho passa a ser algo valorado, com um custo específico de acordo com aquilo que se produz e no tempo necessário para que se produza.

Demais disso, com a forma de produção em massa do capitalismo, o homem não mais detém o conhecimento de todo o processo produtivo. Essa divisão do trabalho é retratada com maestria por Chaplin, no longa-metragem “Tempos Modernos”. Nele, o ator retrata o modo de produção das indústrias, onde a função de cada trabalhador é limitada a uma pequena parcela do processo produtivo, tornando-se uma atividade mecânica, impensada, automatizada:

Figura 3 – Imagem do filme “Tempos Modernos”



Assim, com os novos contornos adquiridos pela forma de desenvolver o trabalho, o homem passa a se distanciar, a se separar dele. Para Marx, essa separação, esse estranhamento entre o trabalho produzido e o que se produz é o que consiste na alienação.

O trabalho é alienado pois o homem não identifica nele o produto do seu esforço. O trabalho torna-se alienado pois deixa de ser um mediador entre o homem e a natureza. O trabalho é alienado porque deixa de ser uma relação entre o homem e seus semelhantes, pois ganha status de coisa, bem como do homem consigo mesmo.

Como as relações de trabalho passam a ser menos pessoais (entre seres humanos) e mais corpóreas, ou seja, relação entre objetos (coisas), as relações de trabalho no capitalismo ganham contornos de coisa (coisificação). Assim, a mão de obra do trabalhador deixa de ser uma relação humana e passa a ser corporificada (coisa), que é adquirida pelo detentor dos meios de produção mediante remuneração (salário – coisa). O produto desse trabalho será uma mercadoria que poderá ser adquirida mediante pagamento de um determinado valor.

Assim, não se observa mais nas relações de trabalho, qualquer relação entre indivíduos, mas entre coisas. Esse fenômeno, é denominado por Lukács como reificação. Para o autor, a essência da estrutura da mercadoria

[...] se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma "objetividade fantasmagórica" que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens. (LUKÁCS, 2018, p. 194)

⁸ Disponível em <https://www.pinterest.pt/pin/678917712551312641/> acesso em 27 de fevereiro de 2023

Diante desse cenário de exploração e de alienação, não é incomum questionar por qual motivo o ser humano se submete pacificamente, sem reagir ou lutar por libertação, a esse sistema. A resposta a esse questionamento tem relação direta com a ideologia.

Para Marx, as classes dominantes não detêm apenas os meios de produção e o capital, mas também o poder de promover as ideias que lhes convém. Assim, é possível inferir que as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias das classes dominantes.

É necessário, para que sistema de exploração se perpetue, que os indivíduos acreditem que não estão diante de um sistema de exploração. É imprescindível que haja um sistema eficiente de ocultação da realidade, que acontece através das ideologias.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica. Pelo contrário, a função da ideologia é ocultar a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural, oferecendo aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, fundada em referenciais identificadores, como a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação. Como salienta Marx, o primeiro a analisar o fenômeno ideológico, a ideologia é a difusão para o todo da sociedade das ideias e dos valores da classe dominante como se tais ideias e valores fossem universais e aceitos como tais por todas as classes. (CHAUI, 2014, p. 53).

Nesse ínterim, qual seria, então, o papel da memória e da religião nesse processo? Ora, para Marx, assim como a exploração do trabalho no capitalismo é alienante, também o é a religião. O processo de alienação pelo trabalho se dá, dentre outros fatores, quando o homem não se reconhece no trabalho por ele feito. Da mesma forma, quanto mais o homem se coloca em um deus, menos se vê em si mesmo.

A forma de se perpetuar tais ideologias e, por conseguinte, o sistema de exploração, bem como o processo de alienação se dará através do compartilhamento das memórias. A memória é desprovida de neutralidade pois é viva, dinâmica e interseccionada com a ideologia. Nesse sentido, ensina o Prof. Ruy Medeiros (2015, p. 90):

A memória não é pura, nem é neutra, mas contaminada, preconceituada, como diz Damásio (2011). Não decorre apenas da sensação imediata do ver, ouvir, tocar, cheirar, mas igualmente do observar com todo o fundo cultural que pessoa ou grupo possuem. E isso é mais aplicável quando se trata de algo social, compartilhado, referenciado a uma realidade humana, como é o caso da memória compartilhada. Aqui a experiência humana de agir e reagir, os interesses de classe, o nível de contradições, etc, impõem seu condicionamento, que conviverá com as reações da memória individual. A ideologia é componente do ser social e por isso a memória a carrega em seu caráter compartilhado.

Embora Marx teça críticas à filosofia de Feuerbach, não se pode olvidar a influência que este exerceu naquele. Tanto é que o próprio Marx afirma, embora não explicitamente, mas em nítida referência à “Essência do Cristianismo” de Feuerbach, escrita poucos anos antes, que “a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (MARX, 2010, p. 145)

Evidentemente, Marx não se atém exclusivamente às ideias de Feuerbach, mas desenvolve a sua crítica à religião, tendo como ponto de partida os escritos em “A Essência do Cristianismo”. Dessa forma, o pensamento de Feuerbach, assim como o marxiano, percebem a religião como um instrumento alienante.

A religião possui dupla essência ou dupla face: uma verdadeira e outra falsa que precisam ser desvendadas pela luz do discernimento. A verdadeira essência é a essência antropológica. Basta olhar para a religião para conhecermos a humanidade. Os deuses correspondem, como já vimos, exatamente àquilo que a humanidade é. Para promover estudos antropológicos, não é necessária outra coisa a não ser a arqueologia religiosa. Portanto, não podemos negar que, nesse aspecto, a religião é profundamente verdadeira.

A falsa essência da religião é a alienação que, em Feuerbach, possui um sentido específico. A religião aliena o homem de si mesmo. O homem cria um ente imaginário que congrega a essência do gênero humano, os seus anseios, perfeições e desejos. Em seguida, não percebe que esse ser que congrega a essência do gênero humano não existe independentemente da humanidade, ou seja, passa a acreditar em Deus como ser real e não como ficção da própria imaginação. Um objeto da pura imaginação humana ganha existência real. (STEPANHA, 2020, p. 81).

A religião como instrumento de alienação irá afastar o homem da razão. O homem não mais se reconhece em si, mas em uma entidade, um ser corporificado através da projeção do próprio homem. “A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda

de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo” (MÉSZÁROS, 2016, p.14).

Assim, a religião como fator alienante tem forte influência sobre os atos golpistas descritos no início deste tópico. Não apenas isso, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação em massa, pastores protestantes convocaram e organizaram caravanas para as manifestações na capital federal que culminaram na tentativa de golpe⁹.

Acontecimentos como o do 8 de janeiro demonstram o poder da religião como instrumento de alienação. Quando esse instrumento é utilizado para atingir interesses econômicos ou, especialmente, políticos, fica evidente o quão pernicioso é a vinculação entre segmentos religiosos e a política.

Por óbvio, o necessário afastamento entre religião e política não representa tolher dos fiéis o direito de exercerem de forma plena sua cidadania. Afinal, segmentos religiosos são compostos de pessoas e o exercício de direitos políticos é norma fundamental prevista na Constituição Federal.

Todavia, se o poder de influência de líderes religiosos foi capaz de convencer fiéis, em nome de Deus, a invadirem e depredarem os prédios dos três poderes da República, com grande facilidade esses indivíduos podem ser convencidos a apoiar um candidato a qualquer cargo eletivo, o que afeta o livre exercício dos direitos políticos.

Ademais, o que se tem percebido nos últimos anos, é uma perigosa e exacerbada interferência de segmentos religiosos, especialmente evangélicos, na política brasileira. Líderes de igrejas evangélicas tem se candidatado a cargos eletivos e utilizado a influência sobre os fiéis para angariar votos. A fé tem sido instrumentalizada para atender os interesses políticos desses religiosos e suas denominações.

Como corolário, esses líderes eleitos usam seus cargos para atender os interesses das denominações que o elegeram e governam em favor dos fiéis à revelia dos interesses da coletividade. Portanto, consoante será melhor tratado no tópico subsequente, a separação entre Governo e Religião e a contínua reafirmação da laicidade estatal é imperiosa e o único caminho possível para construção de um país verdadeiramente democrático.

⁹ **O tamanho da influência evangélica no Capitólio brasileiro.** cartacapital.com.br, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/o-tamanho-da-influencia-evangelica-no-capitolio-brasileiro/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023

4 ESTADO, DIREITO E MEMÓRIA

A tentativa de apresentar um conceito único e acabado sobre o estado certamente encontrará obstáculos doutrinários dos mais diversos, o que a torna impossível de ser alcançada, “pois sendo o Estado um ente complexo, que pode ser abordado sob diversos pontos de vista e, além disso, sendo extremamente variável quanto à forma por sua própria natureza, haverá tantos pontos de partida quantos forem os ângulos de preferência dos observadores” (DALLARI, 2007, p. 116)

A formação do Estado é uma construção multidisciplinar, que envolve aspectos históricos, sociológicos e culturais. Assim, em razão das suas peculiaridades, da complexidade e da multiformidade, formular um conceito acabado e universal implicaria em um reducionismo desmedido.

Nesse sentido, Miguel Reale apresenta uma alternativa para viabilizar o estudo da teoria do Estado sem reducionismos, a partir dos seus elementos formadores, estabelecendo uma importante relação entre Estado e Direito, uma teoria do Estado e do Direito:

A teoria que mais parece aderir à realidade dos fatos é aquela que prefere apreciar os elementos formadores do Estado de maneira relativa, considerando, como diz Pareto, as múltiplas variáveis que dependem umas das outras e agem umas sobre as outras, em um sistema de interações funcionais, de sorte que não é possível estabelecer a priori qual o elemento dominante, diverso que é segundo as contingências de lugar e de tempo. (REALE, 2000, p. 42)

Além dos elementos formadores do Estado, é imperioso estabelecer uma relação entre este e o direito, uma vez que, embora possuam conceitos distintos, estão intimamente embricados. “O Estado é uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais de ordem social. E o Direito é o conjunto das condições existenciais da sociedade, que ao Estado cumpre assegurar” (MALUF, 2019, p. 9)

A concepção tridimensional do Estado e do Direito surge a partir de uma análise crítica feita por Reale ao positivismo jurídico, que tem como principal expoente Hans Kelsen. Para Kelsen, o direito poderia, através de um sistema normativo impositivo, ser aplicado a partir de preceitos lógicos, como uma ciência exata. A norma criada objetivamente não precisaria ser valorada em um dado contexto fático, mas, tão somente, aplicada ao caso concreto.

O positivismo jurídico surge com a busca por maior segurança jurídica na aplicação das normas. Ora, se há objetividade na elaboração e aplicação da norma, como uma ciência exata, não haveria margem para equívocos ou insegurança na aplicação destas. O direito alcançaria a objetividade das ciências exatas e seria aplicado de maneira igualitária, minorando a possibilidade de injustiças e erros.

Entretanto, essa concepção do direito sob prisma da mesma lógica das ciências exatas não se sustenta. A finalidade basilar do direito e, por conseguinte, do Estado, é a regulação das relações entre indivíduos. Todavia, o ser humano e a sua coletividade não são organismos estanques. Fatores diversos interferem nas relações entre esses indivíduos, como a cultura, a sociologia, a história e a memória.

Miguel Reale desenvolve, então, a teoria tridimensional do direito, segundo a qual, o direito compreenderia a harmonia entre três elementos: fato, valor e norma. O direito seria fato, pois decorre de um fato social. A esse fato, é necessário atribuir um valor ou conjunto de valores que irá definir a exata medida para aplicação da norma.

Ao desenvolver a concepção tridimensional do direito, Reale traça um paralelo entre os elementos constitutivos do direito e o tríplice aspecto da Teoria Geral do Estado:

A teoria tridimensional do Estado e do Direito visa contornar as impropriedades dessas soluções parciais. Correlacionando FATO, VALOR e NORMA, esta teoria reúne os elementos essenciais que integram a realidade estatal, em correspondência com o tríplice aspecto da Teoria Geral do Estado: a) o aspecto SOCIOLÓGICO, quando estuda a organização estatal como fato social; b) o aspecto FILOSÓFICO (ou AXIOLÓGICO), quando estuda o Estado como fenômeno político-cultural; c) o aspecto JURÍDICO, quando encara o Estado como órgão central de positivação do Direito. (MALUF, 2019, p. 20).

Por certo, essa concepção do Estado como ente personalizado, complexo, dotado de elementos e finalidades definidas, e percebido sob aspectos distintos é moderna. Segundo Mascaro (2013), a ideia de Estado como compreendida hodiernamente é, essencialmente, capitalista e não se observa em sociedades anteriores.

Entretanto, embora moderno, o Estado como posto não surge abruptamente, mas é resultado de um processo histórico. Segundo Dallari (2007), o Estado, relacionado à sociedade política, aparece pela primeira vez no século XVI, na obra “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel. Todavia, a formação de uma força política voltada a estabelecer regras para o convívio entre indivíduos pode ser percebida desde os primórdios da humanidade. Ora, se o homem é um ser

social e todo agrupamento humano necessita de regras, a ideia de estado seria concomitante à própria sociedade.

Malgrado a importância acadêmica de se compreender o processo histórico de formação do Estado, aqui nos interessa essencialmente a análise do Estado moderno e a sua relação com a religião, especialmente o Estado Brasileiro pós Constituição de 1988, que reinaugura o Estado Democrático de Direito após a ditadura militar. Temas que serão abordados nos tópicos subsequentes.

4.1 Democracia e laicidade do estado brasileiro na Nova República

Para melhor compreensão da estrutura do Estado brasileiro, é mister trazer alguns conceitos fundamentais sobre a organização desse ente, especialmente, os que decorrem das disposições da Constituição Federal vigente. Para tanto, o ponto de partida será o artigo primeiro da Carta Magna de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (Brasil, 1988).

A citação desse texto como ponto de partida tem um propósito: o artigo primeiro representa o exórdio do texto constitucional e explicita, de plano, a vontade do Constituinte Originário em criar um Estado com modelo representativo de poder. Demais disso, a transcrição encontra-se na norma fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal, que não apenas inaugura, por intermédio do poder constituinte originário, o sistema jurídico vigente, como exerce um papel limitador da atuação estatal.

Da redação do sobredito diploma Constitucional, é possível inferir, especialmente com a expressão “a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito”, que o Estado brasileiro adotou como regime político a Democracia.

A análise desse termo, malgrado as incontáveis divergências doutrinárias, é relevante para exata compreensão do modelo de Estado e regime político propostos para o Brasil na Nova República, das garantias defendidas no texto Constitucional e da aproximação ou distanciamento de segmentos religiosos com o poder público. Nesse sentido, ensina o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso (2020, p. 120):

A ideia de Estado democrático de direito, consagrada no art. 1º da Constituição brasileira, é a síntese histórica de dois conceitos que são próximos, mas não se confundem: os de constitucionalismo e de democracia. Constitucionalismo significa, em essência, limitação do poder e supremacia da lei (Estado de direito, rule of law, Rechtsstaat). Democracia, por sua vez, em aproximação sumária, traduz-se em soberania popular e governo da maioria. Entre constitucionalismo e democracia podem surgir, eventualmente, pontos de tensão: a vontade da maioria pode ter de estancar diante de determinados conteúdos materiais, orgânicos ou processuais da Constituição. Em princípio, cabe à jurisdição constitucional efetuar esse controle e garantir que a deliberação majoritária observe o procedimento prescrito e não vulnere os consensos mínimos estabelecidos na Constituição.

Na jovem democracia brasileira, a Constituição Federal exerce um papel fundamental de limitador do poder estatal e garantidor do exercício das liberdades individuais. Essa premissa possui sua origem na percepção liberal de Estado. Nesse sentido, ensina Bobbio:

O pressuposto filosófico do Estado Liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola do direito natural (ou jusnaturalismo): a doutrina segundo a qual o homem, todos os homens indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independentemente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade - direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros. (BOBBIO, 2017, p. 41-42).

A Constituição Cidadã de 1988, ao inaugurar a Nova República, dedica diversos dispositivos à proteção das liberdades individuais. Insta salientar, que a forma extensa e analítica com a qual o texto constitucional aborda a proteção de tais liberdades, tem uma razão de ser: o momento histórico vivenciado pelo Brasil tornou necessário explicitar a limitação do poder do Estado e as liberdades tuteladas.

O momento histórico em comento é contexto de redemocratização. O Brasil saía de uma ditadura militar, em que direitos fundamentais básicos foram tolhidos. As memórias de violência, abusos e torturas praticados pelo Estado estavam latentes na sociedade brasileira. Essas memórias corromperam qualquer sentimento de confiança no Estado como protetor das liberdades individuais, pois esse mesmo Estado atentou contra essas liberdades.

As memórias da ditadura não poderiam ser simplesmente destruídas ou abruptamente esquecidas. Com isso, a Constituição Federal precisaria se tornar um marco de superação do regime anterior e, para tanto, exaustivamente disciplinou e valorou não apenas os direitos fundamentais, mas as garantias para o exercício de tais direitos.

Dentre os diversos direitos individuais, a Carta Magna previu o direito à liberdade de crença, consagrando, por conseguinte, a laicidade estatal e a separação entre Estado e segmentos religiosos:

Art. 5º VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (BRASIL, 1988).

O disposto no texto acima transcrito, além da liberdade de crença e culto, estabelece a proteção aos locais destinados à prática religiosa como forma de o Estado proporcionar em sua plenitude o exercício do direito de crença. Além disso, também como mecanismo para viabilizar tal liberdade, o ordenamento jurídico penal tipificou como crime o ultraje ou perturbação de cerimônia religiosa:

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipêndiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (BRASIL, 1940).

Os dispositivos legais supracitados deixam evidente a preocupação do Constituinte Originário em garantir a liberdade de crença, proteger a liberdade de culto, bem como dissociar o ente estatal de qualquer segmento religioso.

Todavia, embora o princípio da laicidade esteja presente no ordenamento jurídico brasileiro hodierno, distanciando-se o poder público de segmentos religiosos, e haja atuação do Estado com vistas a assegurar o exercício da liberdade de crença, a sociedade brasileira, em sua maioria, ainda é religiosa. Assim, as memórias religiosas, ainda que em um estado declaradamente laico, ainda são vivas, perceptíveis e irão se relacionar com o Estado.

Mesmo que o Estado busque distanciamento das religiões, estas estão presentes no cotidiano do povo brasileiro em diversos aspectos. O calendário, por exemplo, é repleto feriados religiosos: páscoa, natal, padroeira do Brasil etc. Demais disso, festas religiosas, símbolos, nomes de cidades e tantos outros elementos da cultura brasileira estão atreladas à memória religiosa.

Essas memórias, especialmente da religião católica foram enraizadas desde a colonização. A dissociação entre o estado e a religião no Brasil, portanto, decorre de um longo processo histórico e político, que data do Brasil Império, mas defronta-se com as memórias religiosas cujas raízes estão fincadas na sociedade.

A primeira tentativa de ruptura entre Estado e Igreja no Brasil ocorre ainda no Império, especialmente nos debates da Assembleia Constituinte em 1823 (Scalquette, 2013). Todavia, referida Assembleia foi arbitrariamente dissolvida pelo Imperador D. Pedro I em razão das divergências entre os ideais liberais e seus interesses autoritários (LENZA, 2008).

Em 1824 foi outorgada a Constituição do Império, com características de autoritarismo através da instituição do poder moderador. Com a dissolução da Assembleia Constituinte, o texto constitucional trouxe em seu bojo a religião católica como oficial:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824).

O texto, ao final do preâmbulo, já sinalizava a forte influência da Igreja Católica na formação do Estado, com a invocação da Santíssima Trindade:

DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que tendo-Nos requeridos o Povos deste Imperio, juntos em Camaras, que Nós quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que haviamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes á nova Assembléa Constituinte mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse já como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual, e geral felicidade Politica : Nós Jurámos o sobredito Projecto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que dora em diante fica sendo deste Imperio a qual é do theor seguinte:

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL.
EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE. (BRASIL, 1824).

Com o enfraquecimento da monarquia e a Proclamação da República em 1889, o Estado começou a se distanciar da Igreja. Em 1890, no Governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca, o Decreto nº 119-A proibiu a vinculação entre Igreja e Estado e garantiu a liberdade de culto.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas. (BRASIL, 1890).

Com a Constituição de 1891, o Brasil oficialmente afastou o catolicismo como religião oficial e passou a ser formalmente um país laico, que permanece até a Constituição atual. Entretanto, o processo de ruptura entre o estado e a religião teve um certo retrocesso na Nova República, particularmente com o crescimento do movimento evangélico.

Desde a Constituinte, segmentos evangélicos, especialmente os neopentecostais, tem se lançado na política. Essa incursão decorre de alguns aspectos doutrinários que serão abordados no tópico derradeiro deste trabalho. Entrementes, a atuação desses religiosos no poder público tem acarretado algumas consequências para a sociedade brasileira e para os fiéis, que abarcam tanto os aspectos sociais quanto as memórias, que em um estado laico não deveriam estar atreladas às memórias religiosas.

4.2 Os evangélicos, a extrema-direita e o Bolsonarismo

Nos últimos anos, o Brasil acompanhou uma tendência observada em outros países de expansão dos movimentos de extrema-direita. Esses movimentos, como já tratado alhures, culminaram na eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Por certo, a vitória de Bolsonaro no pleito não se deu exclusivamente pelo crescimento da extrema-direita. Outros fatores corroboraram, como o amplo apoio religioso.

O apoio maciço dos evangélicos no processo eleitoral que deu a vitória a Jair Bolsonaro em 2018 não ocorreu exclusivamente por ideal partidário. Embora houvesse os que realmente se identificaram com o candidato, no caso específico dos evangélicos, o apoio em grande parte ocorreu com a instrumentalização da fé pelo candidato, por meio do discurso da guerra espiritual, tema que será melhor abordado no capítulo derradeiro.

O pleito de 2018 foi muito conturbado e marcado por eventos atípicos não vivenciados em disputas eleitorais anteriores. Esses eventos tiveram maior repercussão que as raras propostas de governo apresentadas pelo candidato vencedor, que sequer compareceu aos debates televisionados.

Bolsonaro, certamente, não seria a primeira opção de inúmeros eleitores que conheciam a sua trajetória como parlamentar. Medíocre, com participação ínfima na apresentação de projetos de lei nas quase três décadas como Deputado Federal e conhecido pelas manifestações polêmicas como defesa da tortura, da ditadura militar, discursos misóginos, ataques à população LGBTQIAP+ etc. o candidato pautou toda a sua campanha em um discurso de defesa da moral, da família e da pátria, com forte influência integralista, ênfase ao anticomunismo e antipetismo.

A eleição de Bolsonaro à presidência em 2018 é corroborada por acontecimentos diversos que não estiveram relacionados à qualidade do candidato como político tampouco às propostas de governo apresentadas.

Tais acontecimentos abrangeram, além da prisão do candidato que despontava como favorito, decorrente de processos oriundos da operação Lava Jato (processos cujas nulidades foram reconhecidas posteriormente pelo Poder Judiciário); um atentado contra Bolsonaro, o que inflamou ainda mais os apoiadores e deu força à ideia de disputa entre o bem e o mal; uso indiscriminado das mídias sociais; diversas alianças com igrejas evangélicas e líderes de grande notoriedade.

Os debates de propostas de governo durante a campanha eleitoral deram lugar à defesa de pautas morais, instrumentalização da fé e ataques entre candidatos. Esse “novo modo de fazer campanha” que já vinha ganhando corpo desde 2014 foi abraçado também por candidatos ao legislativo, especialmente os da extrema-direita alinhados a Jair Bolsonaro.

Nesse cenário de guerra política, não se poderia esperar que a governança fosse bem-sucedida, tampouco que os interesses da coletividade fossem prioridade. A gestão Bolsonaro e a legislatura 2019-2022 foram marcadas pelo atendimento aos interesses dos apoiadores, dentre eles, os evangélicos, em detrimento dos interesses de outros setores da sociedade brasileira. Essa forma de governança trouxe e traz como corolário a negligência a interesses importantes da comunidade para atender interesses de grupos específicos, como será demonstrado nos tópicos que seguem.

4.2.1 A atuação dos evangélicos de extrema-direita na política brasileira

Ao ser promulgada em 1988, a Constituição Federal reinaugurou no Brasil um regime de Estado democrático, após mais de duas décadas de ditadura militar. Nesse processo, o Estado, com vistas a promover a representatividade típica da democracia, abandonou o bipartidarismo e adotou o pluripartidarismo como corolário do ideário liberal proposto pela Carta Magna.

O Constituinte Originário optou por uma democracia mista, sob o ponto de vista do exercício do poder pelo povo. Para tanto, estabeleceu formas diretas de participação da sociedade na condução da coisa pública, como a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular; bem como forma indireta, esta mais comum, por meio da eleição dos representantes para exercer esse mister.

Para o exercício do poder decorrente da democracia indireta, a própria Constituição determina as condições para que o indivíduo usufrua da capacidade eleitoral ativa, escolhendo por meio do voto os representantes a ocuparem um cargo eletivo nos poderes executivo e legislativo, e passiva, ao ser votado para assumir uma das vagas nos referidos poderes da administração e representar os interesses da coletividade.

Dentre os requisitos obrigatórios para o exercício da capacidade eleitoral passiva (ser votado) está a filiação partidária. O Constituinte originário deu especial relevância aos partidos

políticos para representatividade dos brasileiros, vedando candidaturas avulsas. Nesse sentido, ensina o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes:

Os partidos políticos são importantes instituições na formação da vontade política. A ação política realiza -se de maneira formal e organizada pela atuação dos partidos políticos. Eles exercem uma função de mediação entre o povo e o Estado no processo de formação da vontade política, especialmente no que concerne ao processo eleitoral. Mas não somente durante essa fase ou período. O processo de formação de vontade política transcende o momento eleitoral e se projeta para além desse período. Enquanto instituições permanentes de participação política, os partidos desempenham função singular na complexa relação entre o Estado e a sociedade. (MENDES; BRANCO; p. 412).

Não obstante a importância dos partidos políticos destacada na Constituição Federal, o poder legislativo tem-se utilizado de outra forma de agremiação, que transcende o partidarismo. As chamadas frentes parlamentares ou, popularmente conhecidas como bancadas, surgem ainda na constituinte na década de 1980, mas apenas são reconhecidas formalmente em 2005 por meio do Ato da Mesa nº 69.

A despeito do reconhecimento formal das frentes parlamentares, o Ato da Mesa não regulamentou a atuação dessas agremiações, mas limitou-se a estabelecer um percentual mínimo de assinaturas para o registro e a possibilidade de utilização dos espaços físicos para as reuniões. Portanto, as frentes parlamentares possuem bastante autonomia para atuação e deliberação sobre os temas de seu interesse.

Essa nova forma de fazer política por intermédio das bancadas trouxe consequências perigosas para a representatividade democrática e, por conseguinte, para os interesses da sociedade. O sistema político vigente no Brasil foi projetado para que a representatividade ocorresse por intermédio dos partidos. A eleição para deputado federal, por exemplo, ocorre pelo sistema proporcional, cujo protagonismo do partido político é tamanho, que o ordenamento jurídico atribui a este a titularidade do mandato e não ao candidato eleito.

Com a possibilidade de agremiação temática, a atuação parlamentar deixou gradativamente de ser ideológico-partidária e passou a levar em consideração as pautas defendidas pela bancada que, ao contrário da representatividade partidária, consegue angariar uma quantidade de votos maior nas deliberações.

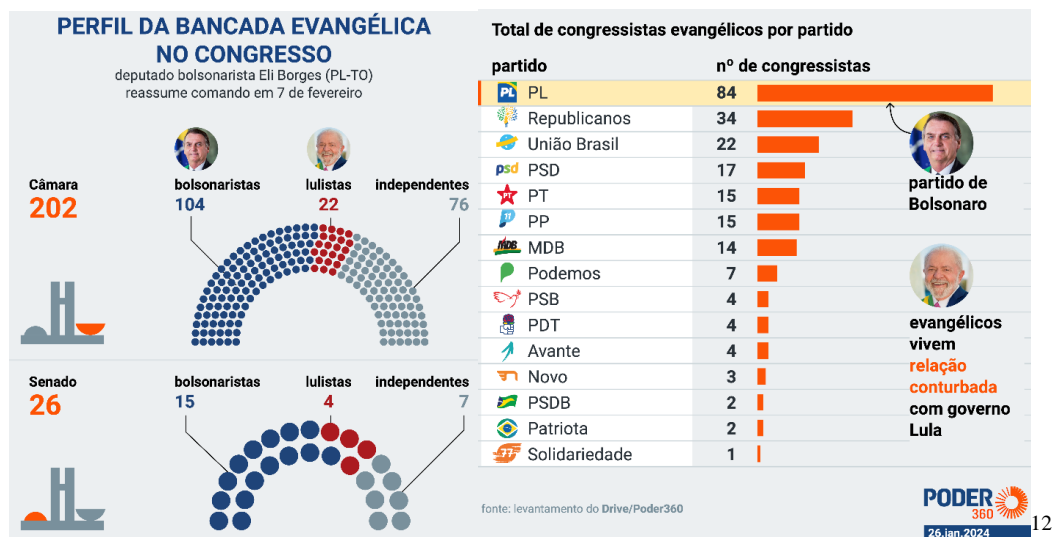
Demais disso, com os blocos temáticos os projetos apresentados visam atender os interesses dos membros da bancada. Em contrapartida, propostas de relevância para a sociedade

que contrariam tais interesses são prejudicadas em razão da força política da frente parlamentar. Para se ter uma ideia da dimensão que esta forma de fazer política tomou, segundo informações da Câmara dos Deputados¹⁰, na atual legislatura (57^a) mais de duzentos e cinquenta frentes parlamentares já obtiveram registro para funcionamento.

Dessas, três se destacam pela quantidade de parlamentares e força política. Popularmente apelidadas de Bancadas BBB (Bala, Bíblia e Boi), essas frentes parlamentares militam em defesa do agronegócio e dos interesses dos grandes ruralistas (Boi); do endurecimento de leis contra a criminalidade com discurso de tolerância zero e flexibilização do porte de armas (Bala); das pautas morais e costumes (Bíblia). Em razão do objeto aqui proposto, nos limitamos a discorrer sobre a Frente Parlamentar Evangélica, popularmente conhecida como Bancada Evangélica ou da Bíblia.

Com 202 Deputados Federais e 26 Senadores subscritos até janeiro de 2024¹¹, a frente parlamentar evangélica surgiu no ano de 2003, embora os registros de envolvimento dos evangélicos diretamente na política remontem à constituinte. A composição é predominantemente conservadora e de direita, com maioria substancial de parlamentares apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, conforme gráfico a seguir:

Figura 4 – Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso. 28 Jan. 2024



¹⁰ Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> Acesso em 31 jan. 2024

¹¹ Disponível em <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/> Acesso em 31 jan. 2024

¹² Disponível em <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/> Acesso em 31 jan. 2024

A Bancada evangélica no Congresso, muito embora intervenha em temas variados, direciona especial esforço na defesa de pautas que convergem com as características da extrema-direita apontadas por Adorno, assim como com os pilares teologia do domínio (tema que será abordado no último capítulo), especialmente: família, religião, educação, mídia e lazer (cultura).

A investida da frente parlamentar nessas pautas, normalmente ganha notoriedade em razão da corriqueira defesa de interesses de setores específicos da sociedade (evangélicos) em detrimento do interesse público, do discurso de perseguição e doutrinação por parte da esquerda (o que corrobora o sentimento antipetista) e por conta dos discursos incisivos e, por vezes, até agressivos dos parlamentares com intenção de inflamar os apoiadores.

A atuação da bancada e do segmento evangélico tem sido decisiva para barrar projetos de lei que vão de encontro às suas convicções religiosas, ainda que importantes para a sociedade. Apenas a título de exemplo, em 2013, a atuação da frente parlamentar e de pastores que sequer eram parlamentares corroborou para que o projeto de lei nº 122 de 2006, que tinha por objetivo definir e coibir a prática de crimes resultantes de discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, não fosse adiante.

Os evangélicos travaram verdadeira guerra contra o PL 122 de 2006. Encabeçado pelo Pastor Silas Malafaia, o movimento chegou a encaminhar ao Senado Federal um documento com mais de um milhão de assinaturas com pedido de arquivamento. (Castro, 2011). O projeto não prosperou no legislativo e, até o ano de 2019, quando o Supremo Tribunal Federal - STF se manifestou sobre a matéria, o Congresso não havia elaborado uma lei de combate à homofobia.

No intuito de suprir essa lacuna legislativa foi necessário que o STF se manifestasse e, em 2019, ampliasse o alcance dos dispositivos constantes na legislação penal que disciplinavam a injúria racial para alcançarem também os crimes de mesma natureza resultantes de discriminação de gênero, sexo ou orientação sexual.

Embora a atuação dos evangélicos seja contundente na obstrução de projetos importantes considerados contrários aos interesses religiosos, membros da Frente Parlamentar também se utilizam do cargo para apresentação de projetos com viés religiosos, mas sem qualquer relevância para a sociedade. Alguns desses absurdos, como o PL da Câmara, nº 02 de 2019, apresentado pelo Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, integrante da bancada evangélica na câmara.

O referido projeto foi o primeiro apresentado à Mesa da Câmara dos Deputados na 56ª legislatura (2019-2022) e visava proibir “o uso o nome e/ou título BÍBLIA ou BÍBLIA SAGRADA em qualquer publicação impressa e/ou eletrônica com conteúdo (livros, capítulos e versículos) diferente do já consagrado há milênios pelas diversas religiões Cristãs (Católicas, Evangélicas e outras que se orientam por este Livro - Bíblia)” (Brasil, PL 2/2019)

A justificativa para o projeto foi a tentativa de pessoas ou grupos de distorcerem o conteúdo original da Bíblia, como, por exemplo, com a criação de uma “bíblia gay”. Segundo o autor do projeto, havia indícios de que a referida edição da Bíblia retiraria referências contrárias à homossexualidade contidas no texto original.

Dentre as justificativas para a apresentação do referido projeto, destacou o parlamentar que:

como estratégia de marketing, com burla ou supressão de verdade, alguns grupos ou segmentos sociais, intolerantes com a manutenção da verdade religiosa poderão pleitear em editar seus próprios livros de ética intencionando chamá-lo de “Bíblia” ou “Bíblia Sagrada”. O que o Parlamento e as instituições sérias desta Nação não poderão permitir! Sob pena de aviltarmos, vilipendiarmos e defraudarmos o Livro que mais orienta beneficentemente a FAMÍLIA – célula mater de uma Nação, bem como toda a sociedade. (BRASIL, PL 2/2019).

Não satisfeito com apresentação de projeto estranho aos interesses da coletividade, o parlamentar ainda formulou pedido de tramitação em caráter de urgência, que foi subscrito por trinta deputados, dentre eles, diversos integrantes da bancada evangélica.

Tal requerimento permite a tramitação do projeto de lei de forma objetiva, dispensando-se algumas formalidades que porventura atrasem a apreciação da matéria, como audiências públicas e análise em comissões.

Por óbvio, o projeto não foi adiante em razão da repercussão gerada. Assim justificou o parlamentar ao requerer o arquivamento:

Tal pedido se dá em razão de reconhecer equívoco, uma vez que a principal proposição que é de interesse dos Cristãos, católicos, evangélicos e outros, é o PL nº 4606/ 2019, apensado, que lamentavelmente terá a sua tramitação retardada em função da necessidade de novas assinaturas de Líderes para requerer o pedido de Urgência, tendo em vista a retirada de tramitação do PL 2/2019, cujo teor reconheço ser mal entendido, portanto, polêmico. (BRASIL, PL 2/2019).

Chama a atenção nos dois exemplos anteriores, a atuação incisiva da bancada nas questões que envolvem identidade de gênero e sexualidade. Essa preocupação dialoga com um aspecto do radicalismo de direita apontado por Adorno: a catástrofe. Adorno chamou a atenção ao fato de o radicalismo de direita temer qualquer alteração do *status quo*, sob a alegação de que tal mudança configuraria a destruição ou fim de algo.

É comum nos discursos da extrema-direita brasileira, expressões como: destruição da família, fim da liberdade de expressão, destruição da vida pelo aborto etc. Com isso, justifica-se a importância dada à moralidade cristã e o seu modelo de família. A defesa dessa pauta foi potencializada por um discurso fundado no medo sobre a existência de um processo de doutrinação em diversos setores da sociedade, que teria como instrumentos escolas, universidades, música, cinema, dentre outros.

Com o discurso de doutrinação, a extrema direita ultraconservadora cria “inimigos” que teriam potencial destrutivo sobre as famílias “tradicionais” e a própria sociedade, como “marxismo cultural” e “ideologia de gênero”. Esse medo é incutido no ideário religioso, que acirra o discurso anticomunista, gerando o apoio desprovido de qualquer criticidade aos defensores dessas ideias. Essa estratégia foi usada tanto por Bolsonaro quanto pelos parlamentares que o apoiam.

Ainda na 56ª legislatura foram apresentados outros projetos de lei com forte influência religiosa e da luta contra a “doutrinação” da esquerda. Utilizando-se do mesmo *modus operandi* do então Presidente da República, a Deputada Federal Bia Kicis, também integrante da frente parlamentar evangélica, apresentou em 2019 o PL 246, para instituir o programa “Escola sem Partido”. A justificativa para o projeto já deixa evidente a inferência religiosa e da guerra contra a “doutrinação”:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (BRASIL, PL 246/2019).

Alguns artigos do projeto deixam essa influência religiosa, a pauta moral e a reprodução dos discursos bolsonaristas mais uma vez patentes:

Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

[...]

Art. 4º No exercício de suas funções, o professor:

I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

[...]

Art. 7º É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.

Art. 8º É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária. (BRASIL, PL 246/2019).

Ainda na mesma legislatura, integrantes da Frente Parlamentar apresentaram outros projetos com características semelhantes. O Deputado, Pastor Gil apresentou o PL 2434/2021 com vistas a alterar “o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de vedar a exibição de publicidade na programação televisiva e no rádio com a participação de atores infanto-juvenil ou voltada para este público com conteúdo que se refira à temas relacionados a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual” (BRASIL, PL 2594/2021)

Assim justifica o parlamentar a propositura do projeto:

O objetivo deste PL é impor limites à doutrinação da agenda relativa à chamada “ideologia de gênero” na programação e na publicidade dos meios de comunicação de massa. A legislação atual tem se mostrado insuficiente para fazer face a esse debate, que adquire contornos políticos e ideológicos, expondo crianças e adolescentes a experiências que não são adequadas para a sua idade. (BRASIL, PL 2594/2021).

A exacerbada preocupação da Frente Parlamentar Evangélica com as questões morais e a disseminação de uma “ideologia de gênero” atesta o desconhecimento dos defensores dessa ideia não apenas sobre ideologia e identidade de gênero, mas também sobre o próprio sistema educacional vigente no país. Além disso, evidenciam as reais intenções dos parlamentares de atenderem às expectativas da comunidade evangélica que abraçou a defesa dessas pautas em detrimento das reais necessidades do país.

Além dessas, outras questões relativas à moralidade cristã também foram objeto de atuação da bancada na 56ª legislatura, como o PL 232/2021, apresentado pela Dep. Carla Zambelli, que visa dificultar a realização de aborto legal decorrente de estupro por intermédio da obrigatoriedade de realização de exame de corpo de delito que comprove a violência sexual.

O aborto, pauta igualmente sensível à comunidade evangélica, também ficou em evidência no Poder Executivo durante o governo Bolsonaro, particularmente com a atuação da então ministra dos Direitos Humanos e também evangélica Damarens Alves.

O apoio incondicional de muitas igrejas e líderes evangélicos teve um preço a ser pago pelo então Presidente Jair Bolsonaro e como corolário, a sociedade brasileira viveu um período sombrio de favorecimento político a evangélicos, ataques à democracia, atuação do Estado em favor de interesses privados, retrocessos na conquista de direitos fundamentais etc. Tudo isso em nome de Deus.

O discurso de posse presidencial em 1º de janeiro de 2019 reiterou toda a retórica da campanha, com forte influência integralista e pautada no medo criado pela extrema-direita contra inimigos forjados, como a “ideologia de gênero” e implantação de um regime socialista ou comunista¹³ no país. O discurso de posse já dava o tom do que estava por vir:

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como **o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores**, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

[...]

Não podemos deixar que **ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.**

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer **padrões éticos e morais** que transformarão nosso Brasil.

[...]

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, **da ideologização de nossas crianças**, do desvirtuamento dos direitos humanos e da **desconstrução da família.**

[...]

Agradeço a **Deus** por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom **Deus** que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que **Deus** abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. **Deus acima de todos.**

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.¹⁴ (Grifos nossos).

¹³ As expressões “comunismo” e “socialismo” são utilizadas por diversos integrantes da extrema-direita, inclusive Jair Bolsonaro, sem qualquer distinção teórica e atestam completo desconhecimento sobre o tema. Por vezes são tidos, inclusive, como sinônimos.

¹⁴ BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial.** Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair>

O discurso de posse foi direcionado ao eleitorado do presidente eleito e não ao povo brasileiro. Como se depreende da citação acima, a presença das pautas morais, do discurso antissocialista e a referência ao Deus Cristão, já indicava a inferência religiosa no governo nos anos vindouros.

A retórica adotada na posse presidencial foi reproduzida nos primeiros atos realizados pelo chefe do Executivo eleito, bem como por ministros indicados para comporem o governo. No dia subsequente à passagem da faixa presidencial, tomou posse para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pasta que sucedeu o Ministério de Direitos Humanos no governo Bolsonaro, a Pastora Damares Alves.

A Ministra, que era assessora do também pastor e parlamentar Magno Malta e possivelmente a principal interlocutora entre o governo e os evangélicos, deixou explícito, já no discurso de posse, como seria a atuação da pasta e as prioridades relacionadas às questões morais (moral cristã), além de repetir o discurso de combate à doutrinação ideológica:

Em um auditório lotado por ativistas que gritavam "aleluia" e "glória a Deus", a pastora evangélica Damares Alves tomou posse nesta quarta-feira (2) como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Fez um discurso emocionado em que disse que não haverá mais "doutrinação ideológica" de crianças e adolescentes, que "menina será princesa e menino será príncipe" e criticou setores da imprensa, sem especificá-los. (CARVALHO; VALENTE, 2019).

No discurso, algumas expressões utilizadas pela Ministra destacam o viés assumido pela pasta na defesa da “moral cristã”:

O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã e, por ser cristã, acredito nos desígnios de Deus.
[...]
Neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesa e nossos meninos de príncipe. (CARVALHO; VALENTE, 2019).

A defesa das referidas pautas e a atuação voltada aos interesses dos evangélicos acompanharam a gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante todo o governo Bolsonaro. Um dos casos que ganhou repercussão nacional foi a atuação do

ministério quando da realização de um aborto legal em uma criança de apenas 10 anos de idade, cuja gravidez decorreu de estupro praticado por um familiar.

O caso repercutiu nacionalmente em razão da divulgação de um vídeo onde a juíza responsável pelo caso, vinculada ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, coagiu a criança a não interromper a gravidez. A atuação da magistrada, associada à visibilidade que ganhou o caso, levou o Conselho Nacional de Justiça a instaurar procedimento disciplinar contra a profissional. Segundo o relator do processo, ministro Luis Felipe Salomão “as decisões da juíza incorreram em violência institucional que ‘revitimizou’ a menina, levando-a, inclusive, a acolhimento institucional”.¹⁵

Não bastasse a explícita violência sofrida pela criança em razão do estupro, da gravidez e da atuação do judiciário, com a repercussão do caso nas mídias sociais, grupos religiosos antiaborto, especialmente evangélicos e católicos, passaram a se manifestar nas redes contrariamente à realização do procedimento que encontrava respaldo no ordenamento jurídico brasileiro.

Os religiosos pertencentes a esses grupos chegaram a convocar e realizar uma manifestação em frente ao hospital onde o procedimento foi realizado. Na ocasião, oraram, proferiram ofensas contra o médico que faria o procedimento e tentaram até invadir o estabelecimento de saúde, razão pela qual, a criança precisou adentrar o hospital no porta-malas de um veículo. A imagem a seguir mostra os manifestantes ajoelhados e realizando suas preces:

Figura 5 - Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. 20 set. 2020



16

¹⁵ BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Juíza que impediu criança grávida de realizar aborto será investigada pelo CNJ.** 20 jun. 2023. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/juiza-que-impediu-crianca-gravida-de-realizar-aborto-sera-investigada-pelo-cnj/>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

¹⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em 31 de janeiro de 2024.

Além da atuação de grupos religiosos e do Poder Judiciário, a família da criança ainda precisou lidar com as investidas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na tentativa de evitar a realização do aborto. Segundo o jornal Folha de São Paulo, a pasta enviou representantes para acompanharem o caso. Diversas reuniões foram feitas, inclusive com a participação (por videoconferência) da própria Ministra Damares (VILA-NOVA, 2020)

O levantamento feito pelo jornal, dá conta, ainda, que foram oferecidas benfeitorias ao conselho tutelar local para que o caso fosse direcionado ao Hospital São Francisco de Assis (HSFA) em Jacareí (SP), referência em atendimento a gravidez de risco e que possuía dentre os parceiros a Igreja do Evangelho Quadrangular. Tudo para que a gravidez não fosse interrompida:

A proposta: o HSFA assumiria os cuidados médicos da menina, fazendo seu pré-natal até que ela estivesse pronta para o parto. As mulheres, cujos nomes não foram revelados à reportagem, disseram que o hospital era uma instituição de referência no atendimento de gravidez de risco, como era o caso.

O hospital lista entre seus parceiros a Igreja Quadrangular, denominação cristã evangélica pentecostal de origem americana e que teve como expoente no Brasil o pastor Henrique Alves Sobrinho, pai de Damares. Ela própria era pastora da igreja ao ser indicada ministra.

Como a proposta de Jacareí não foi adiante, devido à oposição de alguns participantes e à ausência da instância judicial, o grupo partiu para uma estratégia de intimidação, segundo relatos feitos à reportagem.

No dia 14 de agosto, o juiz da Vara da Infância e do Adolescente autorizou o aborto.

Mas o Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam), de Vitória, se negou a realizar o procedimento, amparando-se em normativa do Ministério da Saúde que recomenda avaliar o atendimento em casos de mais de 20 semanas de gestação ou peso fetal superior a 500 gramas.

Foi decidido então que o procedimento seria realizado no Recife, no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), ligado à Universidade de Pernambuco. (VILA-NOVA, 2020).

A atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não se restringiu à defesa das pautas sensíveis aos evangélicos. A participação religiosa na pasta teve interferência desde a contratação de pessoal para composição do Ministério, até os programas e recursos destinados. Segundo levantamento feito pela Carta Capital,

...dos 46 cargos mais importantes do ministério, 30 estão ocupados por representantes de igrejas evangélicas, católicos ortodoxos, movimentos internacionais e nacionais da direita cristã e até do integralismo, de inspiração fascista. De acordo com o levantamento, 17 cargos são ocupados por lideranças ou afiliados das igrejas Batista, Assembleia de Deus, Quadrangular, Presbiteriana e Universal. Outros oito por representantes de movimentos

católicos como a União dos Juristas Católicos de São Paulo, Regnum Christi, Mission Network e Brasil sem Aborto. Há seis cargos “sob sigilo”, expediente usado em casos excepcionais de servidores cedidos pela Agência Brasileira de Inteligência. A agenda é clara: liberdade religiosa, “defesa da família” (movimentos antiaborto e contra direitos LGBT), homeschoolin e “escola sem partido”. (GUSSEN, 2021).

Não obstante a composição dos principais cargos do ministério já demonstrasse o favorecimento de evangélicos, não é apenas na oferta desses cargos que o apoio ao governo pelo segmento religioso foi retribuído. A atuação da pasta durante o governo Bolsonaro foi pertinaz em atender os interesses de algumas igrejas, ONGs e até instituições de ensino vinculadas aos evangélicos.

Além do Ministério dos Direitos Humanos, evangélicos também estiveram presentes em outras pastas, como o Ministério da Educação, que foi chefiado pelo Presbiteriano Milton Ribeiro. A atuação foi marcada por denúncias de corrupção e favorecimento de pastores evangélicos durante a gestão do religioso, que foi exonerado após ser preso sob acusação de negociar com líderes religiosos pagamentos de propina em barras de ouro.

Afora o Legislativo e o Executivo, religiosos também tiveram participação no Judiciário durante a 56ª legislatura, particularmente na mais alta corte de justiça do País: o Supremo Tribunal Federal. As duas indicações feitas na gestão Bolsonaro favoreceram segmentos religiosos.

O primeiro a ser indicado, ministro Kássio Nunes Marques, declaradamente católico, atendeu aos interesses desse segmento. Entretanto, a ala evangélica também passou cobrar seu espaço na corte, o que culminou na nomeação do Ministro André Mendonça, qualificado pelo próprio chefe do Executivo como “terrivelmente evangélico”.

Nesse cenário político contaminado pela religiosidade, surge um questionamento: como isso interfere na construção das memórias? Diante da reaproximação da religião com o estado laico na Nova República, as memórias evocadas foram permeadas de religiosidade.

A laicidade estatal deveria estabelecer suas próprias memórias, desvinculadas de quaisquer segmentos religiosos. Entretanto, assim como em um estado teocrático ou um estado confessional (não laico), as memórias estabelecidas no Brasil hodierno são também memórias religiosas. O fracasso no distanciamento entre política e religião estabelece no Brasil memórias político-religiosas.

Além das memórias de estado, outras memórias podem ser ainda estabelecidas em situações específicas em razão da atuação de segmentos evangélicos radicais. Exemplo disso

seriam memórias de intolerância estabelecidas na população LGBTQIAP+ em decorrência da atuação da bancada evangélica na defesa de suas pautas morais em detrimento dos direitos desse grupo.

Noutro plano, a politização da fé também impactou as memórias religiosas dos fiéis. Os que vivenciaram um cenário de guerra política dentro das igrejas, certamente estabeleceram novas memórias religiosas, aspecto que será abordado no capítulo subsequente.

5 A POLITIZAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS DOCTRINAS E MEMÓRIAS RELIGIOSAS

Até aqui, foram abordadas questões atinentes às religiões, especialmente o cristianismo protestante, bem como a forma como este cristianismo está imbricado com a memória, alienação, ideologia e com o Estado brasileiro. Neste tópico, será abordado como o protestantismo brasileiro foi impactado pela politização da fé.

Duas vertentes serão tratadas com afinco: como a igreja evangélica interferiu no processo eleitoral e como essa relação entre Estado e igreja influenciou na construção de novas memórias, doutrinas e na estrutura da própria igreja evangélica brasileira.

5.1 A igreja evangélica e o processo eleitoral no Brasil

A história demonstra que, há muito, os Estados têm mantido relações com instituições religiosas. A religião como instituição anseia pelo poder como tantas outras de naturezas distintas. Como já abordado nos capítulos anteriores, Igrejas e Estados estiveram juntos em inúmeras situações. Todavia, no Brasil hodierno, alguns eventos demonstram esse vínculo potencializado por uma polarização política exacerbada e, desde as eleições presidenciais em 2014, esse fenômeno vem ganhando força, com consequências deletérias.

A fé tem sido instrumentalizada de forma organizada na busca de segmentos religiosos, especialmente protestantes, pelo poder político e econômico. Essa organização compreende particularmente os instrumentos utilizados para se alcançar o poder, que vão desde as novas formas de comunicação em massa até interferência na doutrina das igrejas.

Nesse diapasão, a realidade norte-americana tem, assim como em toda história do protestantismo brasileiro, influenciado o movimento evangélico e sua relação com a política no Brasil. O protestantismo brasileiro, há muito, importa músicas, doutrinas, liturgias etc. das igrejas protestantes norte-americanas e com a participação na política não seria diferente.

As imagens a seguir mostram com clareza a semelhança entre as campanhas de Trump e Bolsonaro na instrumentalização da fé e ratificam a interferência da realidade norte-americana no Brasil. Assim como na campanha presidencial de Donald Trump, Bolsonaro utilizou do segmento evangélico, suas pautas, seus líderes e influência com intuito de angariar votos:

Figura 6 - Em busca de voto evangélico, Trump participa de culto em igreja em Las Vegas e faz até doação, 10 out. 2020



17

Figura 7 - Em fala para evangélicos, Bolsonaro diz que eleição dele ‘teve propósito divino’, 27 nov. 2019



18

Para exata compreensão de como o protestantismo estadunidense interfere no brasileiro e as origens do contexto político contaminado pela religiosidade no Brasil, é mister analisar alguns aspectos do protestantismo norte-americano, sua relação com a política e compreender a religião como um instrumento ideológico de estado:

¹⁷ Disponível em <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/em-busca-de-voto-evangelico-trump-participa-de-culto-em-igreja-em-las-vegas-faz-ate-doacao-24700531#:~:text=Em%20busca%20de%20voto%20evang%C3%A9lico,at%C3%A9%20do%C3%A7%C3%A3o%20Jornal%20O%20Globo.> Acesso em 22 jan. 2024.

¹⁸ Disponível em [https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/em-fala-para-evangelicos-bolsonaro-diz-que-eleicao-dele-teve-propósito-divino/.](https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/em-fala-para-evangelicos-bolsonaro-diz-que-eleicao-dele-teve-propósito-divino/) Acesso em 22 jan. 2024.

Existe uma conexão explícita do protestantismo norte-americano com o seu patriotismo. Não podemos desprezar nesta análise o ressentimento dos que saem da Inglaterra em busca de vivenciarem a intensidade máxima de sua fé no novo continente. Tal ressentimento é resultado das marcas das lutas na Inglaterra do século 17, configurando como meta para os recém-chegados tornar a nova terra uma civilização cristã segundo o modelo protestante, cujo grande tripé será: religião-moralidade-educação.

Muito embora inúmeras críticas a esse ideal podem e devem ser tecidas - a relação promiscua entre religião e escravagismo; o racismo endêmico; os inúmeros problemas em relação ao porte de armas legalizado somado a problemas de atiradores, dentre eles crianças -, no imaginário protestante norte-americano, os EUA são a possibilidade do caminho para o Reino de Deus na terra. Canções com ideias milenaristas são compostas, trazendo à tona a percepção de que o "reino de Deus" se estabeleceria no mundo a partir da civilização cristã dos EUA, com dimensões cósmicas que transcenderiam a própria América do Norte. Nesse sentido, cristianizar as sociedades seria uma preparação para a plenitude de tal percepção escatológica. É desse imaginário que nascem as "empresas missionárias, calcadas no já mencionado "Destino Manifesto". A ideologia do "Destino Manifesto" compreende que os EUA são o país escolhido para reformar o mundo a partir de uma população religiosa, livre, letrada, industriosa, honesta e obediente às leis. (ANÉAS; MERLO; GAMA, 2023, p. 24-25).

Aprioristicamente, importante compreender o que se entende por aparelhos ideológicos de estado. Essa ideia surge da análise feita pelo filósofo francês Louis Althusser à teoria marxista de Estado. Marx, segundo Althusser, entende o Estado como um instrumento de repressão com vistas a perpetuar a relação de dominação entre as classes.

Em Marx, defende o filósofo francês, há uma distinção entre o poder de estado e o aparelho de estado, em que este representa a estrutura própria do estado, como o exército, a escola a administração pública etc., enquanto aquele diz respeito aos detentores do poder que se utilizam do aparelho de estado em benefício próprio. Segundo o autor:

...os clássicos do marxismo sempre afirmaram que: 1) o Estado é o aparelho repressivo de Estado; 2) deve-se distinguir o poder de Estado do aparelho de Estado; 3) o objetivo da luta de classes diz respeito ao poder de Estado e conseqüentemente à utilização do aparelho de Estado pelas classes (ou alianças de classes ou frações de classes) que detêm o poder de Estado em função de seus objetivos de classe; e 4) o proletariado deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho burguês existente, substituí-lo em uma primeira etapa por um aparelho de Estado completamente diferente, proletário, e elaborar nas etapas posteriores um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder de Estado e de todo aparelho de Estado). (ALTHUSSER, 2023, p. 72).

Para o filósofo francês, o aparelho de estado na concepção marxista é essencialmente repressor. Todavia, essa percepção não seria suficiente para explicar as relações de poder que ocorrem dentro do aparelho de estado, razão pela qual Althusser propõe uma complementação à teoria marxista, uma subdivisão do aparelho de estado em repressor (Exército, governo, polícia e administração pública, por exemplo) e ideológico (escola, religião, família, artes e cultura, por exemplo).

Althusser destaca, ainda, que os aparelhos repressivos seriam públicos enquanto os ideológicos predominantemente privados. Nesse sentido, o aparelho ideológico não seria um instrumento pertencente diretamente ao estado, mas serviria ao Estado como um mecanismo de manutenção ideológica da classe dominante. Dispõe o filósofo francês:

[...] enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos aparelhos ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As igrejas, os partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc., etc. são privados.

Deixemos de lado, por ora, nossa primeira observação. Mas detenhamo-nos na segunda, indagando em nome de quê podemos considerar como aparelhos ideológicos de Estado instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas. Como marxista consciente, Gramsci já respondera a esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês e válida nos domínios (subordinados) onde o direito burguês exerce seus "poderes". O domínio do Estado lhe escapa, pois este está "além do Direito": o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é, ao contrário, a condição de toda distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa partindo dos nossos aparelhos ideológicos de Estado. Pouco importa se as instituições que os constituem sejam "públicas" ou "privadas". O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente "funcionar" como aparelhos ideológicos de Estado. (ALTHUSSER, 2023, p. 75-76).

Noutro plano, também não terá relevância para o teórico francês o modelo de estado pois, independentemente do detentor do poder, os aparelhos, sejam repressivos ou ideológicos, não seriam alterados. Assim, o autor classifica a religião, por exemplo, como aparelho ideológico do estado, sem levar em consideração se este estado é laico pois a religião seria instrumento de propagação da ideologia da classe dominante. Se a classe dominante é detentora do poder de estado, os aparelhos, repressivos ou ideológicos, servi-la-ão como instrumentos de manutenção no poder.

Feitas estas considerações, partindo da premissa que a religião é um aparelho ideológico de estado, é possível inferir que o protestantismo norte-americano exerce com eficácia o seu papel, desde a sua origem, no século XVII. Ora, a ideologia é instrumento de coerção da forma de pensar e agir da sociedade e tem por escopo camuflar a realidade social de dominação por parte das classes dominantes. Se as classes dominantes estão intrincadas a um segmento religioso, este, certamente, será um instrumento com vistas a formatar o pensar e agir da sociedade.

A chegada do protestantismo à América do Norte ocorreu concomitantemente à chegada dos primeiros colonizadores, que ansiavam pela construção de uma sociedade protestante, com forte apelo a pautas morais e religiosas. Nesta senda, a sociedade estadunidense já nasceu protestante e as classes dominantes se utilizam deste instrumento ideológico para moldar o pensamento daquela comunidade.

A Nova Inglaterra era, especialmente para os que fugiram de perseguições religiosas na Europa, a exata representação da Nova Jerusalém presente nos escritos bíblicos. Nesse contexto, o nascimento dos Estados Unidos da América, o seu patriotismo e o sentimento de pertencimento da sociedade norte-americana têm íntima relação com a sua religiosidade e com suas memórias religiosas.

O espírito do protestantismo estadunidense e a relação deste com o estado acabou por moldar outros aspectos relevantes daquela sociedade, como a cultura, as artes e a própria teologia presente nas igrejas. É essa realidade do movimento norte-americano, interseccionado com a própria formação da sociedade e do Estado, que foi e ainda é exportada para diversos lugares do mundo, inclusive, por intermédio das campanhas missionárias empreendidas a partir do século XIX, para o Brasil.

Dentre os aspectos do protestantismo norte-americano que foram importados para o Brasil, um se destaca para explicar a força dos evangélicos no processo eleitoral e na política: a instrumentalização e manipulação da teologia. Três doutrinas se sobressaem: o dispensacionalismo, a teologia do domínio e a teologia da prosperidade.

O dispensacionalismo, cuja origem remonta ao final do século XIX e início do século XX, mas se popularizou pelo mundo por meio de uma série de livros e filmes na década de 1990 e início do ano 2000, defende uma leitura literal da Bíblia, particularmente, dos livros de Apocalipse e do profeta Daniel, que dão ênfase às questões escatológicas.

Os defensores dessa corrente teológica acreditam que o fim do mundo e os eventos narrados nas escrituras relacionados ao “fim dos tempos” são acontecimentos iminentes e acontecerão de forma repentina. Por conseguinte, os “crentes” deveriam estar preparados para o encontro com Cristo, o que representaria um processo contínuo de santificação.

Essa interpretação sobre a iminência do fim do mundo decorre de uma aproximação dos defensores desta teoria com as profecias bíblicas do antigo testamento e evocam as memórias religiosas do judaísmo, desde a origem do povo hebreu e sua eleição como a nação “escolhida” por Deus. Para essa corrente, o final dos tempos teria como sinal o retorno do povo de Israel à terra prometida.

Com a criação do Estado de Israel em 1948 o dispensacionalismo ganhou força e a expectativa dos seus adeptos pelo armagedon, a acontecer em Jerusalém, aumentou sobremaneira. Tais interpretações aproximaram ainda mais os evangélicos do judaísmo que, especialmente entre os neopentecostais, já se utilizavam em suas liturgias de símbolos como a estrela de Davi, o Menorá, a arca da aliança, o Shofar etc.

Com a judaização do movimento pentecostal e a expectativa pelo fim do mundo, as atenções se voltam para Israel e, no imaginário religioso, os conflitos vivenciados pelo povo judeu representa uma luta entre bem e mal, uma guerra espiritual, independentemente de questões de natureza geopolítica ou econômica. Essa aproximação com o estado de Israel também se observa dentre as características do radicalismo de direita apontados anteriormente, em razão da necessidade de dissociar o movimento das memórias do holocausto.

O dispensacionalismo traz, assim, forte ênfase a uma guerra espiritual, uma divisão entre a “igreja” e o “mundo” como se aquela não estivesse inserida nesta. Nessa dicotomia, muito presente entre os neopentecostais, o “mundo” representa o espaço físico dominado pelo mal (personificado no Diabo) e é o ambiente destinado aos não salvos. Nele há toda espécie de pecado que precisa ser expurgado da vida do cristão. Em contrapartida, a “igreja” seria o ambiente de santidade, pertencente ao povo “escolhido” de Deus. Enquanto os que estão no “mundo” vivenciam os desejos da “carne”, os que estão na “igreja” vivem em “espírito” e em constante busca por santidade. Trata-se de uma contínua luta entre o “bem” e o “mal”.

A popularização do dispensacionalismo norte-americano ocorreu por intermédio de elementos culturais de fácil acesso entre os fiéis, como livros e filmes que tratavam sobre a repentina volta de Cristo para buscar o povo eleito. Após esse acontecimento, os indivíduos não salvos, que não viveram o processo de santificação ficariam na terra (no “mundo”), que passaria

por um período de grande tribulação, dominada por um líder mundial, que seria a personificação do Diabo:

Dentro desse universo escatológico existem algumas bandeiras defendidas que são essenciais para sustentação dessa linha teológica. O literalismo bíblico, [...] sionismo cristão, tendo em vista o papel do povo de Israel para sustentação das ideias escatológicas - independentemente das inúmeras mudanças geopolíticas ocorridas entre os tempos bíblicos e o século 21 -, e o sentimento anti-comunista, fundamental em se tratando do ambiente da Guerra Fria. Novamente, todas essas características chagam a massa de fiéis por vias culturais. Destacou-se na cultura evangélica norte-americana a série de livros *Deixados para trás*. Escritos por Tim LaHaye e com coautoria de Jerry B. Jenkins, trata-se uma série de 16 livros, escritos entre 1995-2007, baseados em uma interpretação literalista do Apocalipse, retratando o mundo geopolítico entre 1990 e 2000. Na obra, o "anticristo" é um indivíduo que controla a ONU. Até 2004 mais de 62 milhões foram vendidos e versões cinematográficas foram filmadas. Vale destacar uma outra obra de LaHaye: *The Battle for the Mind*. Nesse livro ele desafia a igreja evangélica a ser militante e engajada na disseminação dos valores da direita norte-americana. (ANÉAS; MERLO; GAMA, 2023, p. 26).

Essas questões escatológicas acabaram por exercer forte impacto entre os evangélicos que, impulsionados pelo alcance que as obras literárias e os filmes obtiveram, vivenciam continuamente a iminência dos acontecimentos relacionados ao fim do mundo, a constante busca por santificação e a permanente vigilância quanto à guerra espiritual entre bem e mal. Essa guerra é vivenciada em todos os espectros da vida do crente, inclusive, em seu posicionamento político:

Merece atenção que os traços dessas perspectivas escatológicas conseguem um grau de assertividade hermenêutica elevada. É possível compreender tempos, épocas, atores - seja Satanás, Jesus, os crentes, os descrentes - instituições - ONU - os inimigos - ateísmo, amoralidade, comunismo -, sem nenhuma dúvida. A percepção e convicção de que este tempo é o tempo dos acontecimentos apocalípticos é grande, causando não pouca tensão no imaginário religioso. O gênero literário dos apocalipses parece não ser um desafio tão grande para os intérpretes evangélicos e produtores de cultura pop evangelical. Diante da potência de tais ideias teológico-escatológicas, a relação política e religião não desprezará tal ingrediente. (ANÉAS; MERLO; GAMA, 2023, p. 27).

A segunda corrente teológica que exerce forte inferência na realidade política brasileira, também oriunda dos Estados Unidos, é a Teologia do Domínio. Esta, nasceu de uma interpretação do texto de Gênesis 1:28, quando da criação do homem e o seu papel de domínio

sobre todos os demais seres na terra: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos e prolíficos, enchei a terra e dominai-a. Submetei os peixes do mar, os pássaros do céu e todo animal que rasteja sobre terra.” (A BÍBLIA, 2020, p. 30)

Os adeptos dessa teologia também dão forte ênfase à literalidade bíblica e importância significativa ao povo judeu. Defendem que a aliança feita entre Deus e o povo de Israel descrita no Velho Testamento se estenderia aos Cristãos. Com isso, a perspectiva metafísica do reino dos céus daria lugar a um mundo terreno de riqueza, prosperidade e domínio sobre todos os povos. Se a promessa de Deus a Israel é que ela fosse uma grande nação, também herdariam tal grandeza os Cristãos. Os crentes, desta feita, seriam destinatários das promessas de Deus e, como consequência, assumiriam na sociedade posições de destaque, de domínio, de liderança e de prosperidade.

Essa mudança de perspectiva quanto ao reino de Deus traz uma consequência interessante com relação ao envolvimento dos cristãos com as “coisas do mundo”. Durante anos, o sentimento dos evangélicos era de apatia e fuga do que aparentava o mal. O crente buscava ser identificado como tal por meio de vestimentas peculiares, locais que frequentava, linguagem etc. Com a perspectiva da promessa de Deus também para o crente na terra, os evangélicos passaram a se inserir nas mais diversas esferas da sociedade, inclusive, na política. A partir de então a ideia de que crente não se envolve com política deu lugar ao lema “irmão vota em irmão”.

Sob o prisma escatológico, defendem os adeptos da teologia do domínio que a volta de Cristo ao mundo, embora iminente, estaria condicionada ao processo de cristianização da sociedade. A fim de que se concretizem tais promessas divinas aos cristãos, é necessário que estes espalhem a palavra de Deus por toda a terra, exercendo verdadeiro domínio sobre todos os povos. Para tanto, é necessário que os evangélicos dominem sete pilares da sociedade ou, segundo os adeptos da teoria, sete montes, em referência ao texto bíblico de Isaías 2:2: “No futuro, ocorrerá que a montanha da Casa do SENHOR será estabelecida no cume das montanhas e dominará sobre as colinas. Todas as nações a ela afluirão.” (A Bíblia, 2020, p. 533)

Esses sete montes, ou sete setores sensíveis da sociedade, correspondem à família, à religião, à educação, à mídia, ao lazer, aos negócios e ao governo. Esses pilares coincidem com as pautas defendidas pelos cristãos na política e que atraem o voto dos evangélicos. A defesa dessas pautas, que representam o ideal de uma sociedade cristã, também ganha contorno de guerra espiritual entre o bem e o mal.

A teologia do domínio é, em grande parte, responsável pela globalização de algumas igrejas e expansão da ideia de domínio pelos cristãos sobre os sete setores sensíveis da sociedade. Exemplo disso, é a Igreja Batista da Lagoinha, vinculada à convenção Lagoinha Global e presidida pelo pastor André Valadão. Com aproximadamente de 700 igrejas espalhadas em 14 países, a Lagoinha Global possui forte apelo missionário com vistas à implantação de igrejas em todo o mundo (SAYURI; AGUIAR, 2023)

Com gigantesco alcance nas mídias sociais, o líder da Lagoinha Global exerce grande influência na propagação das pautas vinculadas aos sete montes. André Valadão abraçou o Bolsonarismo e a direita ultraconservadora, cedendo espaço, inclusive nos cultos, para personalidades da extrema-direita brasileira, como Damares Alves, Michelle Bolsonaro e Nikolas Ferreira, além do próprio Jair Bolsonaro, acirrando a polarização com o discurso de guerra espiritual:

Figura 8 - A liderança emergente do mundo evangélico. 22 mar. 2023



É nesse contexto de luta entre o bem e o mal herdado pela realidade norte-americana, onde a direita (conservadora) representa o bem, enquanto a esquerda (progressista) o mal, que o segmento evangélico brasileiro se curvou ao “antipetismo”, especialmente nas eleições presidenciais 2014 e, por conseguinte, ao Bolsonarismo em 2018 e 2022.

Em diversos momentos da campanha presidencial em 2018 e 2022, Bolsonaro se apegou aos pilares da doutrina dos sete montes e se transformou em verdadeiro paladino dos

¹⁹ Disponível em <https://tab.uol.com.br/edicao/lagoinha/#page1>. Acesso em 31 de janeiro de 2024

Figura 10 - Bolsonaro vai à Marcha para Jesus e exalta pauta de costumes. 09 jul. 2022



É certo que a participação dos evangélicos nas eleições não se limitou aos últimos três pleitos. A política brasileira vivenciou um aumento significativo da instrumentalização da fé na terceira onda do movimento pentecostal no Brasil. Segundo Freston (1993), é a partir de 1986 que as igrejas pentecostais, inicialmente a Assembleia de Deus, começaram a lançar candidaturas de políticos oficialmente vinculados à denominação. Afirma o sobredito autor que “a irrupção pentecostal não é fruto de iniciativas descoordenadas. Quase a metade dos parlamentares protestantes pós-1987 são candidatos oficiais de igrejas pentecostais, uma modalidade praticamente inédita” (FRESTON, 1993, p. 180)

A investida evangélica na política nesse período não aconteceu por acaso. A terceira onda do pentecostalismo tem como característica marcante a defesa da teologia da prosperidade, fortemente influenciada pela Teologia do Domínio. Essa teologia, cuja inspiração remonta a relação entre a eleição proposta por Calvino e o sucesso financeiro dos eleitos, foi responsável por uma mudança no perfil social das igrejas neopentecostais. Enquanto na origem os pentecostais eram os marginalizados, na terceira onda os fiéis são em grande parte indivíduos de classe média, com maior grau de escolaridade e grandes aspirações financeiras.

Como corolário da mudança do perfil social, observou-se, dentre os candidatos, o afastamento dos partidos de esquerda e uma aproximação com os partidos de centro e direita, influenciados, não só pela nova realidade social dos fiéis, mas também pelas ideias da teologia do Domínio, voltada à construção de uma sociedade cristã e da teologia dispensacionalista, que

²¹ Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-vai-a-marcha-para-jesus-e-exalta-pauta-de-costumes/>. Acesso em 31 de janeiro de 2024

possui forte apelo ao anticomunismo, correntes que contaminaram a igreja evangélica brasileira.

Entretantes, a despeito da mudança do perfil social retromencionada, não foram os fiéis que se lançaram na política nesse período. A figura do sacerdote, nesse diapasão, exerceu um relevante papel na escalada política das igrejas. Foram estes os primeiros a terem as candidaturas lançadas e apoiadas pelos neopentecostais. Ter um líder eclesiástico no poder político representava para a igreja a coerência entre a teologia pregada e a realidade do líder (poder e prosperidade).

Noutro plano, a presença de candidatos vinculados às denominações evangélicas interferiu sobremaneira no posicionamento político dos fiéis. Afinal, o candidato de uma denominação tende a obter o apoio dos seus membros: “irmão vota em irmão”. Além do apoio às candidaturas oficiais das igrejas, a comunidade evangélica passou a direcionar os votos de acordo com as pautas defendidas pelos candidatos, independentemente destes serem ou não vinculados a uma igreja específica.

Pautas sensíveis ao segmento evangélico como descriminalização do aborto e das drogas; casamento homoafetivo e direitos da população LGBTQIAP+; defesa dos direitos humanos e humanização das penas; regulamentação ao porte de armas etc. passaram a ter um peso significativo para o fiel no momento de definir o voto. Aqui, pesou mais uma vez a referida guerra entre o bem e o mal defendida pela teologia dispensacionista e do domínio.

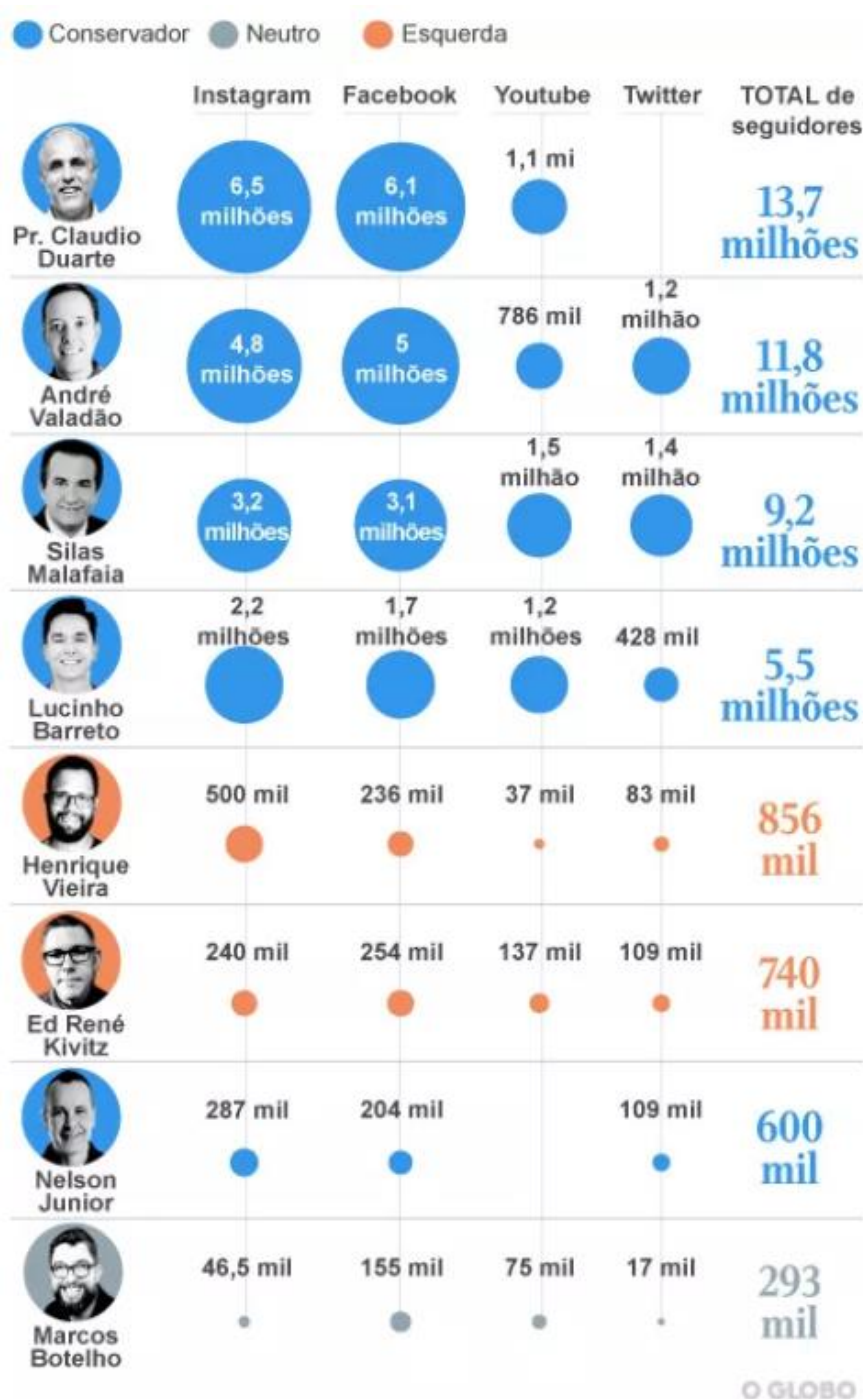
Isso explica em boa medida o maciço apoio dos evangélicos à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Inobstante não estivesse vinculado a uma igreja ou denominação específica, o lema integralista “Deus, pátria e família”, a utilização da imagem da esposa, Michelle Bolsonaro (declaradamente evangélica) e a defesa das referidas pautas sensíveis foram capazes de convencer muitos evangélicos de que aquele era o candidato que representaria o bem e único capaz de derrotar o mal, personificado no candidato da esquerda.

Por fim, outro fator contribuiu significativamente para a investida dos neopentecostais na política: a presença maciça dessas denominações na mídia. O movimento neopentecostal angariou, desde o início da década de 1990, amplo acesso à rede de televisão. As principais igrejas, como Assembleia de Deus, Mundial do Poder de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus eram e ainda são detentoras de extensas horas nas grades de programação aberta. A incursão midiática alcançou o extremo com a Igreja Universal do Reino de Deus, que obteve a concessão para funcionamento de um canal próprio de televisão, a Rede Record.

O mesmo empenho para ocupar lugar de destaque na televisão, também se observou no segmento evangélico quanto aos novos meios de comunicação em massa disponíveis na rede mundial de computadores. Especialmente nos pleitos presidenciais de 2014, 2018 e 2022, evangélicos utilizaram as mídias sociais para disseminar informações de cunho político de forma indiscriminada e atrair o voto dos fiéis.

Essa nova forma de comunicação em massa representou impacto considerável nas eleições, particularmente em razão do engajamento desses líderes nas redes e a potencialidade do alcance de suas publicações. A imagem a seguir foi publicada em janeiro de 2022 pelo jornal O GLOBO e mostra um ranking dos 10 líderes evangélicos mais influentes nas redes sociais naquele ano:

Figura 11 - Influenciadores evangélicos olham para o debate político nas redes; veja ranking dos maiores perfis. 17 de jan. de 2022



²² Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/influenciadores-evangelicos-miram-debate-politico-nas-redes-veja-ranking-dos-maiores-perfis.html>. Acesso em 24 de jan. de 2024.

Conforme se observa no ranking, apenas dois dos dez líderes com maior alcance nas redes se declara de esquerda. Além disso, a quantidade de seguidores dos conservadores de direita é consideravelmente maior, o que potencializa o alcance de suas publicações. Os três primeiros mais influentes da lista, que somavam em 2022 mais de 34 milhões de seguidores, declararam publicamente o seu apoio à candidatura de Jair Bolsonaro nos pleitos de 2018 e 2022.

Um levantamento feito pelo mesmo jornal O GLOBO em novembro de 2023, quase dois anos após a divulgação do ranking anterior, apontou um relativo crescimento dos líderes evangélicos progressistas nas redes, todavia, ainda ínfimo perto do contínuo avanço dos conservadores. Na imagem a seguir, essa disparidade fica mais uma vez evidente:

Figura 12 - Pastores 'progressistas' avançam nas redes sociais, embora os conservadores ainda pautem o debate; confira classificação. 26 de nov. de 2023

Os pastores mais influentes na rede



23

²³ Disponível em <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/11/pastores-progressistas-avancam-nas-redes-sociais-embora-conservadores-ainda-pautem-o-debate-confira-ranking.ghtml>. Acesso em 24 de jan. de 2024

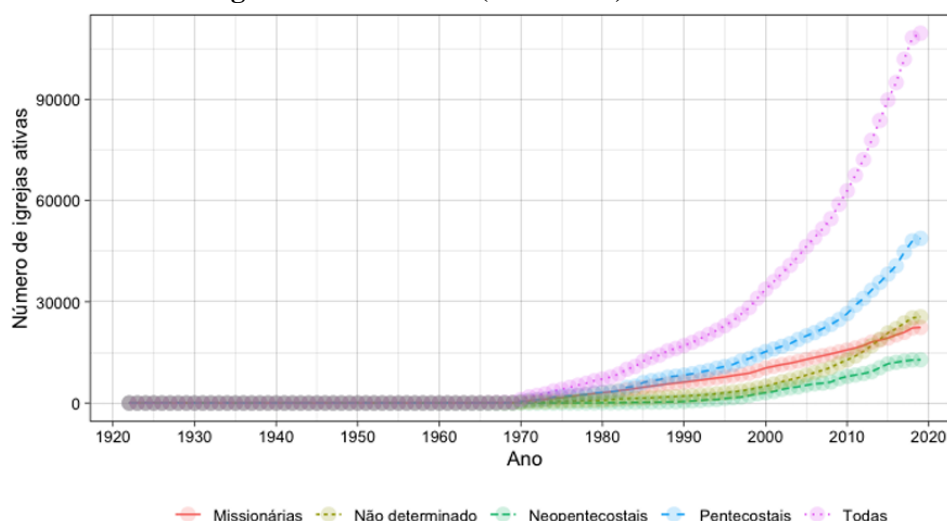
A partir dos dados apresentados precedentemente, é possível observar o domínio exercido pelos evangélicos conservadores sobre meios de comunicação em massa, seja por intermédio da televisão ou internet. Com isso é possível inferir que os principais influenciadores evangélicos usam de sua influência e alcance para propagação e expansão dos seus ideais políticos. Esse fator é preeminente para explicar a expansão do protestantismo como religião e força política.

A incursão política dos evangélicos ocorreu concomitantemente à rápida expansão do segmento no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp), no ano de 2019, o segmento evangélico foi responsável pela abertura, em média, de dezessete novos templos por dia no país (ARAÚJO, 2023)

Imperioso ressaltar que os dados acima foram extraídos a partir do registro das igrejas junto à Receita Federal, por conseguinte, é possível que haja uma subnotificação e que este número seja ainda maior pois, como corolário da laicidade do Estado brasileiro, a abertura e funcionamento das igrejas não depende, necessariamente, de registro junto à Receita Federal, o que pode camuflar a realidade do aumento de igrejas evangélicas no país.

Todavia, ainda assim os dados são surpreendentes e capazes de demonstrar a expansão do movimento evangélico no país. A pesquisa ainda apresenta gráfico que representa o crescimento dos segmentos evangélicos nos últimos anos (ARAÚJO, 2023):

Figura 13 - Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). 17 maio 2023



Consoante se depreende do gráfico acima, houve uma considerável expansão de igrejas evangélicas no país, especialmente entre os anos 2000 e 2020. Concomitantemente, ampliou-se sobremaneira a quantidade de candidaturas vinculadas a segmentos evangélicos. Conforme informações veiculadas pelo jornal O GLOBO, a partir de dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, o pleito de 2022 foi responsável pela maior quantidade de candidaturas de líderes religiosos da história:

A Câmara dos Deputados e as assembleias legislativas estaduais terão, a partir de 2023, um número recorde de parlamentares que usaram termos de identificação evangélica, como "pastor", "bispo" e "missionário", em disputas eleitorais. Levantamento do GLOBO com base em dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até segunda-feira aponta que ao menos 28 deputados federais, estaduais e distritais eleitos se apresentaram ao eleitorado com denominações evangélicas, sendo 16 como pastores. (MELLO; MARQUES, 2022).

Esse universo de fatores fez com que as igrejas, especialmente neopentecostais, ganhassem espaço no espectro político brasileiro, ao ponto de interferirem diretamente em pautas objeto de discussão no poder legislativo, em ações do poder executivo e até indicações para os mais altos cargos do judiciário brasileiro, temas já abordados nos tópicos anteriores.

Noutro prisma, a politização das igrejas trouxe impactos também para a fé e as memórias religiosas dos fiéis. Para a obtenção do apoio das igrejas, templos religiosos passaram a acolher, como já mencionado neste tópico, diversos candidatos à cargos eletivos.

Também pelos motivos já trabalhados até aqui, a maioria desses candidatos eram de direita e, muitos deles, ligados a Jair Bolsonaro. A aproximação das igrejas e suas lideranças desse cenário político gerou discordância de parte dos fiéis não só pela politização, mas também pelo apoio às pautas da extrema-direita e à figura de Bolsonaro.

Em razão da polarização, os discordantes passaram a ser malvistas em suas comunidades de fé. Muitos foram taxados de traidores e enfrentaram retaliações dentro das próprias igrejas. Essa realidade gerou impactos nas doutrinas e nas memórias religiosas desses indivíduos que viram um ambiente que transmitia sentimento de pertencimento e evocava boas memórias se transformar em um ambiente hostil que criava memórias de intolerância.

5.2 Impactos da politização das igrejas evangélicas para os fiéis dissidentes: memórias e os novos fenômenos religiosos - “igrejas virtuais” e “desigrejados” e comunidades evangélicas progressistas

Malgrado as igrejas evangélicas tenham em sua maioria se envolvido com o processo político nos últimos anos, especialmente em favor de candidatos conservadores de direita e com pautas morais vinculadas a aspectos religiosos, a adesão não foi unânime. Muitos se opuseram e se opõem a essa associação, não apenas por discordarem da vinculação entre política e igreja, mas pelo fato dessas igrejas terem associado o evangelho de Cristo às posições ideológicas da extrema-direita e, principalmente, à figura do ex-presidente Bolsonaro.

Nesse ínterim, novos fenômenos religiosos se formaram dentro dos segmentos evangélicos, interferindo na construção ou solidificação de novas doutrinas e novas memórias religiosas.

O primeiro impacto percebido nesse sentido foi a saída de membros de suas denominações por não compactuarem com a aproximação da igreja ou líder denominacional ao qual estavam vinculados com o fenômeno do Bolsonarismo. Esse impacto, em verdade, decorre não apenas da simples discordância dos fiéis com a postura dessas denominações e seus líderes, mas pela perseguição que os evangélicos dissidentes sofreram dentro de suas igrejas por parte das lideranças e até dos demais membros da comunidade.

Durante os pleitos de 2018 e 2022 não era incomum presenciar cerimônias religiosas em templos evangélicos com a participação de Jair e Michelle Bolsonaro. Assembleia de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Batista da Lagoinha, dentre outras, foram palco para disseminar não só a ideia de que Deus tinha um candidato para o Brasil e ele era de direita, mas que o mesmo Deus tinha um inimigo à esquerda.

Entretantes, não era necessário que o candidato estivesse presente para que diversas igrejas manifestassem apoio institucional e incondicional ao ultraconservador. O *modus operandi* da campanha Bolsonarista por intermédio da instrumentalização da fé foi extremamente eficiente, especialmente em 2018, culminando na eleição presidencial de Jair Bolsonaro.

Durante a campanha eleitoral, o medo e as ameaças eram instrumentos eficazes de persuasão. O discurso em torno dos inimigos fictícios criados pela extrema-direita associado à teologia do domínio se alastrou, contaminando, tal qual uma doença infectocontagiosa, líderes e fiéis das mais diversas denominações.

Não era suficiente que os pastores dissessem dos púlpitos em quem iriam votar. Era necessário coagir os membros da comunidade a votar no mesmo candidato. O que se viu foi púlpito se transformando em palanque, cabo eleitoral travestido de líder religioso e todo tipo de estratégia de coerção para angariar votos.

Nesta senda, evangélicos que não aderiram ao Bolsonarismo passaram a ser objeto de ataques e perseguições das mais diversas dentro das igrejas, que compreendiam desde ofensas pessoais até interferência na realização de sacramentos. Em um culto realizado na Assembleia de Deus em Botucatu – SP, um pastor proibiu membros da comunidade que votavam em Lula de participarem da Santa Ceia²⁴.²⁵

Por se tratar de um fenômeno recente, ainda não há dados que expressem com precisão numérica o quão pernicioso a relação entre política e igreja foi para os evangélicos durante os pleitos de 2018 e 2022. Entretanto, notícias amplamente divulgadas, vídeos de cerimônias religiosas realizadas em diversas igrejas pelo país e depoimentos de líderes evangélicos de notoriedade que não se curvaram ao Bolsonarismo dão conta das nefastas consequências desse fenômeno para as comunidades evangélicas e seus membros.

Um dos primeiros líderes evangélicos a se manifestarem contrariamente ao envolvimento das igrejas com o Bolsonarismo foi o Pastor Presbiteriano e fundador da ONG Rio de Paz, Antônio Carlos da Costa. Em outubro de 2018, foi publicado pela revista época uma entrevista com o líder religioso, que relatou receber inúmeras mensagens de fiéis manifestando sentimento de desespero com a contaminação Bolsonarista e a perseguição sofrida em suas comunidades de fé:

O teólogo presbiteriano Antônio Carlos Costa não está dando conta de responder a todos que lhe escreveram nas últimas semanas. “De manhã, de tarde e noite”, disse ele, chegam e-mails e mensagens de cristãos em busca do aconselhamento pastoral que não encontram mais em suas igrejas, onde Jesus passou a disputar espaço com o presidenciável Jair Bolsonaro, “o candidato da direita”, como prefere Costa.

[...]

Costa é bem ativo nas redes sociais e, depois de denunciar apoio do protestantismo nacional ao “candidato da direita”, passou a ser procurado por evangélicos – a mocidade, em especial – perturbados com o que andavam ouvindo em suas igrejas. “Quando eu me pronunciei, um mar de gente veio

²⁴ A Santa Ceia é um dos principais sacramentos para os cristãos (evangélicos e católicos). Trata-se de uma cerimônia que representa o sacrifício de Cristo na cruz. Um memorial para lembrar a morte de Jesus e sua ressurreição para remissão dos pecados.

²⁵ ND NEWS!. **Pastor proíbe fiéis que votam em Lula de tomar Santa Ceia!** youtube.com, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JX3wyNPEgiA>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

falar comigo, dizendo que eu não podia mensurar a ajuda que estava prestando. Alguns me dizem que chegaram ao ponto de pensar que estavam enlouquecendo, porque não conseguem entender o apoio de suas igrejas ao candidato da direita. Muitos reclamam do ar irrespirável nas igrejas e da coerção, aberta ou velada, a quem pensa diferente”. (GABRIEL, 2018).

Em setembro de 2021, o Pastor divulgou em sua página pessoal na plataforma medium.com algumas das mensagens recebidas de evangélicos dissidentes desde o pleito de 2018. As mensagens demonstram verdadeiro acossamento sofrido pelos fiéis por seus próprios pares e são estarrecedoras. Membros vinculados a uma denominação por anos, abdicaram de congregarem em suas igrejas, ou, por vezes, em qualquer outra igreja em razão da contaminação pelo Bolsonarismo entre os evangélicos:

Me desliguei da IIGD, igreja na qual fui membro por mais de 15 anos. Confesso que me sinto perdida, sem saber que direção tomar. Tentei frequentar outra igreja, mas se vc (sic) não apoia o Bolsonaro, vc (sic) não é de Deus.

[...]

A sensação que tenho no convívio na igreja é que a condição de não apoiar este governo nos inferioriza.

[...]

Estou me preparando pra (sic) anunciar meu desligamento da congregação que amo. Não consigo lidar com tamanha incoerência e manipulação.

[...]

O pastor me chamou de comunista por não concordar com esse governo. Queria fazer uma pergunta: é errado a gente ser contra esse governo? Pois ele disse que se a gente é contra a gente tá (sic) sendo contra Deus...

[...]

Na igreja da minha vizinha foi a mesma coisa. Ao ponto de uma “amiga” dela dizer que ela ia morrer de covid, por ela estar contra esse homem, portanto, contra Deus.

[...]

Chegou ao ponto de eu ser chamada de rebelde por tentar alertar aos líderes que a igreja precisava parar de adorar esse homem. Eu fiquei o quanto pude lá. Depois disso, não tive mais forças e passei a assistir a alguns cultos online. (Costa, 2021).

Em 2022, ano em que Bolsonaro concorreu ao pleito presidencial buscando a reeleição, a rede de televisão BBC realizou diversas reportagens sobre a relação entre os evangélicos e o Bolsonarismo. A rede chegou a ouvir mais de 100 relatos de fiéis²⁶, especialmente evangélicos, que apontavam situações semelhantes às descritas pelo Pastor Antônio Carlos da Costa.

²⁶ SENRA, Ricardo. Eleições 2022: 'Perseguição contra cristãos já começou no Brasil. Só que dentro da igreja'. **BBC NEWS BRASIL**. 18 out. 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63285936>. Acesso em 13 jul. 2023.

Os relatos dão conta de uma desmedida perseguição aos fiéis dissidentes, que compreende além de ameaças no espectro espiritual, perda de cargos na denominação e até desligamento de pastores. As consequências para esses fiéis foram nefastas e o sentimento expresso por muitos era de luto:

Chegou em um ponto em que se tornou impossível se relacionar. Me chamavam de burro, diziam que eu defendia ladrão, que eu defendia o uso de drogas. Duvidavam se eu era crente mesmo, diziam que não sabiam se eu ia pro (sic) céu, que eu não era cristão de verdade, que eu era comunista

[...]

Chegou uma hora que (se não mudasse de igreja) ou entraria numa depressão ou teria que mudar o que eu acredito

[...]

Foi um sentimento de luto, de me entristecer. Foi muito difícil

[...]

Bolsonaro é uma das páginas mais sombrias do cristianismo evangélico no Brasil.

[...]

Desde moleque, cantei, atuei, me tornei técnico de som, liderei equipe de som. Toquei em orquestra, fiz parte do ministério de dança. Minha esposa também nasceu na igreja, a gente tem foto junto no berçário...

Eu realmente me vi como parte da igreja por 3 décadas. Minha igreja é uma comunidade com quase 100 anos. Tem um peso aí, um orgulho de ter sido parte disso. Mas de repente você não se sente mais parte disso. Porque teus valores são outros. (MORI, 2022).

A perseguição aos dissonantes não se limitou aos membros das igrejas evangélicas. Líderes, inclusive de grande notoriedade no cenário evangélico, também sofreram represálias de suas denominações em razão de discursos contrários ao fundamentalismo religioso e a instrumentalização da fé evangélica pela extrema-direita brasileira.

Denominações como Batistas e Adventistas institucionalizaram o Bolsonarismo e chegaram a punir pastores por não abraçarem o conservadorismo dominante. “Foi esse o caso do pastor Edson Nunes, destituído de seu cargo como pastor sênior da comunidade adventista Nova Semente, em São Paulo, sob alegações de ‘problemas teológicos’ após envolvimento em polêmicas relacionadas a pautas como feminismo e direitos LGBT” (AZEVEDO, 2022)

Outro caso de grande repercussão no meio evangélico foi a expulsão do Pastor Ed René Kivitz, líder da Igreja Batista de Água Branca em São Paulo, da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil. O processo administrativo que culminou no desligamento do Pastor teve início após uma mensagem pregada pelo Líder Religioso sobre a necessidade de atualização da Bíblia para que cristãos não continuassem a praticar violências e injustiças em nome de Deus.

Todavia, a atuação do pastor na contramão do Bolsonarismo já era patente quando, na votação pela admissibilidade do processo de Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, ao proferir o voto favorável à instauração do procedimento, homenageou o torturador da Ditadura Militar, Brilhante Ustra, fato que foi veementemente repudiado por alguns líderes evangélicos, dentre eles, o Pastor Ed René.

O posicionamento de Kivitz sobre temas sensíveis aos fundamentalistas, como homossexualidade, além da postura explicitamente antagônica ao Bolsonarismo foram fatores cruciais para o desligamento do pastor da Ordem:

"Os conservadores querem um Brasil em que as hierarquias sejam mantidas, onde os brancos valem mais que os pretos, os homens mais que as mulheres, os ricos mais que os pobres, os heterossexuais mais que os homossexuais e assim por diante."

Posicionamentos fortes como este resultaram na expulsão da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil. "Fui expurgado pelo fundamentalismo."

Kivitz reafirma que a Bíblia precisa ser atualizada. "Sob pena de continuarmos, em nome de Deus, praticando violências e injustiças de gênero, de raça e de classe social" (TRINDADE, 2022).

Não é exagero afirmar, como mencionado alhures, que as consequências da vinculação entre Bolsonarismo e Igreja evangélica foram infaustas para os dissidentes e o sentimento expresso por muitos era de luto. Muitos eram membros de igrejas centenárias e frequentavam aquele ambiente há décadas. O sentimento de pertencimento e as memórias existentes naquele lugar tinham valor inestimável e o preço pago por se abdicar de tudo isso é incalculável.

As memórias que evocavam bons sentimentos de fé, esperança, pertencimento, comunhão, relacionamentos, amor, dentre outras, foram sobrepostas por novas memórias de intolerância e perseguição. Com a represália sofrida, muitos fiéis que não suportaram o ambiente tóxico dentro das igrejas abandonaram as suas comunidades de fé para buscar outra que lhes permitissem exercer sua religiosidade com liberdade. Todavia, muitos não conseguiram encontrar um lugar que lhes despertasse o sentimento de pertencimento.

Dentre os obstáculos para buscar uma nova comunidade de fé, três se destacam, especialmente para os que estavam vinculados às igrejas há muito: as memórias evocadas na antiga comunidade que culminam no sentimento de pertencimento; divergências doutrinárias entre a antiga comunidade de fé e a nova; e a proporção que o Bolsonarismo alcançou entre os evangélicos. Encontrar uma igreja evangélica que não se rendeu a esse fenômeno, explícita ou veladamente, foi um desafio para os fiéis que buscavam congregar em uma nova comunidade.

Tal fato acarretou uma segunda consequência aos dissidentes: o crescimento dos evangélicos não praticantes ou “desigrejados”. Pessoas que saíram de suas antigas comunidades em razão da perseguição política, criam na doutrina cristã, no evangelho, mas não se sentiam mais parte de uma instituição denominada “igreja”.

A existência de “desigrejados” ou não praticantes não é exclusividade dos evangélicos, tampouco decorreu isoladamente de fatores políticos. Entre os católicos esse fenômeno já era comum antes mesmo do Bolsonarismo e antes de alcançar o meio evangélico, particularmente em razão do domínio do catolicismo no Brasil. Por vezes, por questões culturais ou herança familiar, por exemplo, muitos que se diziam católicos não iam à igreja, não participavam de sacramentos ou, simplesmente, não desprendiam em sua rotina uma prática religiosa regular.

No caso dos evangélicos, esse fenômeno é recente. Isso porque, conforme descrito em linhas anteriores, os últimos censos demonstram um crescimento do protestantismo no Brasil. Além disso, para os protestantes, congregar, estar vinculado a uma igreja e ter uma regularidade com as atividades religiosas são corolário da vida cristã.

O surgimento de evangélicos “desigrejados” no Brasil ocorreu já no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Incomodados com os novos caminhos trilhados pelo movimento neopentecostal e a propagação da teologia da prosperidade, especialmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, alguns teólogos começaram a tecer críticas sobre a institucionalização da fé evangélica e a liturgia do neopentecostalismo.

O precursor desse movimento no Brasil foi o Pastor Caio Fábio D'Araujo Filho. O líder religioso defende a existência de uma igreja orgânica, que tem como referência as primeiras comunidades cristãs. Esse modelo de igreja é desvinculado de um espaço físico, e as reuniões podem ocorrer nos lares, em clubes, escolas ou até de forma virtual.

Essa percepção de igreja orgânica defendida por Caio Fábio, além de se desvincular da institucionalização da fé, também traz outra abordagem da doutrina cristã que, influenciada pela teologia da latino-americana, possui um viés humanista, atenta às necessidades de grupos sociais desfavorecidos e minorias.

Em um de seus textos publicados, o teólogo fez um desabafo sobre o que havia se tornado a igreja evangélica e como o evangelho simples de Cristo deu lugar à busca incessante pelo enriquecimento, multiplicação de igrejas, maleabilidade doutrinária para atender aos interesses de líderes com seus projetos de poder e doutrina baseada em troca de favores com Deus (quanto mais se dá, mais se recebe):

É insuportável ligar a televisão e ver o culto que se faz ao Monte Sinai, que gera para escravidão. Os Gálatas são o nosso jardim da infância. Nós nos tornamos PHDs do retrocesso à Lei e aos sacrifícios. Pisa-se sobre a Cruz de Cristo em nome de Jesus. Insuportável! Seja anátema!

É insuportável ver o culto à fé na fé, e também assistir descarados convites feitos em nome de Deus para que se façam novos sacrifícios, visto que o de Jesus não foi suficiente, e Deus só atende se alguém fizer voto de frequência ao templo, e de dinheiro aos sacerdotes do engano e da ganância. Insuportável!

[...]

É insuportável ver que se prega o método de crescimento de igreja, não a Palavra; que se convida para a igreja, não mais para Jesus; e que a cada cinco anos toda a moda da igreja muda, conforme o que chamam de “novo mover”. Insuportável vazio!

[...]

É insuportável ver um monte de homens e mulheres velhos e adultos brincando com o nome de Deus, posando de pastores, pastoras, bispos, bispas, apóstolos e apóstolas, sendo que eles mesmos não se enxergam, e não percebem o espetáculo patético no qual se tornaram, e o ridículo de suas aspirações messiânicas estereotipadas e vazias do Espírito. Insuportável jactância e loucura!

[...]

É insuportável ver seres humanos sendo jogados fora do lugar de culto por causa de comida, bebida, cigarro, roupa, sexualidade, ou catástrofes de existência. Isto enquanto se alimenta o povo com maldade, inveja, mentira, politicagem, facções, e maldições. Insuportável é coar o mosquito e engolir o camelo! (D'ARAUJO FILHO, 2012).

Muito embora o meio evangélico tenha conhecido o “desigrejamento” há algumas décadas, na origem, o fenômeno tinha um alcance muito tímido, justamente por se contrapor a uma doutrina que tem um grande poder de atrair fiéis: a teologia da prosperidade, tão difundida pelo movimento neopentecostal e que lotava os templos com pessoas em busca de bênçãos financeiras.

Todavia, com a contaminação da igreja pelo Bolsonarismo, o processo de “desigrejamento” entre evangélicos ganhou novos adeptos, na contramão do exponencial crescimento neopentecostal. Fiéis que não tinham mais espaço no ambiente “político-religioso” das igrejas, passaram a não mais ir às celebrações e muitos que fora da igreja ainda mantiveram a fé, preferiam assistir aos cultos pela internet. Assim, o surgimento das igrejas virtuais, ou de cristãos virtuais é o terceiro efeito observado da associação entre Bolsonarismo e evangélicos.

É bem verdade que esse terceiro efeito não decorreu exclusivamente da politização das igrejas evangélicas. A pandemia do Covid-19 entre 2020 e 2022 e as medidas sanitárias de distanciamento social tiveram a sua parcela de contribuição. Com o fechamento das igrejas na

pandemia, muitos evangélicos que tinham o hábito de ir ao templo regularmente foram compelidos a ficar em casa.

Noutro plano, com a demanda de fiéis fora dos templos, as igrejas evangélicas que ainda não haviam aderido à realidade tecnológica para transmissão dos cultos de forma *on-line* precisaram se adaptar. Com isso, a quantidade de igrejas transmitindo suas celebrações semanalmente foi ampliada consideravelmente, abarcando desde as grandes denominações que já transmitiam suas cerimônias, até as pequenas comunidades que passaram a fazer em decorrência da pandemia.

A virtualização das igrejas acabou abrindo um leque de opções para os evangélicos. Os que participavam de igrejas que ainda não transmitiam cultos *on-line*, assistiam às celebrações de outras comunidades. Os que pertenciam às igrejas que já utilizavam esse meio, acompanhavam os cultos de sua Igreja, mas, com a ampliação de transmissões, podiam assistir às solenidades de outras igrejas. Essa nova realidade permitiu que fiéis conhecessem outras denominações, líderes, comunidades de fé etc.

Entretanto, a ausência de uma referência espacial para os “desigrejados” impactou na construção de suas memórias religiosas. Como já tratado alhures, para Halbwachs (1990, p. 99), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial.” A perda da referência espacial inviabiliza a construção dessas memórias coletivas. No mesmo sentido, ensina Pierre Nora que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13)

Para a religião, portanto, o aspecto espacial possui peculiar importância. Segmentos religiosos dos mais diversos possuem, além das doutrinas que os identificam, templos e outros lugares sagrados. Essa percepção espacial também interfere no desenvolvimento, tanto das memórias religiosas, quanto no sentimento de pertencimento do indivíduo no grupo. Assim, o templo religioso não é apenas um mero local de reunião, mas uma referência espacial na construção de memórias coletivas, sem o qual os “desigrejados” ficam privados da construção dessas memórias.

A despeito da interferência na construção de memórias religiosas e até no sentimento de pertencimento, alguns evangélicos perceberam que poderiam exercer livremente a sua fé em casa, sem precisar, necessariamente, se vincular a uma denominação ou estar presentes em um

templo religioso. Para os que não aderiram ao Bolsonarismo, assistir aos cultos em casa ainda teria uma grande vantagem: o distanciamento da toxidade evangélica Bolsonarista.

Embora a ausência aos templos trouxesse impacto na construção das memórias religiosas, os cultos *on-line* propiciaram a construção de outras memórias. A ampliação de igrejas que transmitiam suas cerimônias remotamente proporcionou ao fiel a possibilidade de conhecer novas doutrinas evangélicas. Particularmente para os evangélicos dissidentes do movimento Bolsonarista, essa possibilidade representou o encontro com doutrinas não conservadoras, progressistas.

Como demonstrado alhures, o movimento evangélico é multiforme. O protestantismo, paradoxalmente, nasce e se multiplica de divisões decorrentes da interpretação das escrituras. Essas interpretações fazem nascer novas doutrinas e, por conseguinte, novas memórias religiosas.

Nesse contexto, a multiformidade do movimento evangélico faz nascer doutrinas que se afastam do conservadorismo da extrema-direita e evocam as memórias dos primeiros Cristãos. O movimento evangélico progressista tem suas origens na teologia latino-americana e na teologia da libertação, que possuem forte ênfase na práxis cristã voltada para aspectos sociais. Com uma maior exposição desses movimentos na internet em um momento de distanciamento social, as igrejas progressistas se tornaram um refúgio para os fiéis impactados negativamente pelo Bolsonarismo.

No cenário de polarização política vivido no Brasil hodierno, o movimento evangélico progressista que já se afastava da extrema-direita se aproxima ainda mais dos movimentos de esquerda. Alguns líderes evangélicos começam, inclusive, a buscar também espaço na política como contraposição ao espaço ocupado pelos conservadores. Exemplo disso é o Pastor Henrique Vieira, eleito Deputado Federal no pleito de 2022. Entretanto, essa incursão progressista ainda é ínfima perto do que já alcançaram os conservadores.

No aspecto doutrinário, a religiosidade pautada na práxis social, típica dos progressistas, encontra o seu fundamento nas memórias evocadas pelos primeiros cristãos. O surgimento dessas novas doutrinas busca desvencilhar as memórias religiosas dos evangélicos da intolerância e dos discursos de ódio.

Ao trazer a memória o ministério de Cristo, esses evangélicos progressistas buscam um diálogo com as causas sociais, com o acolhimento e o “partir do pão”. Pautas que, para religiosos de extrema-direita e conservadores, representam a implantação de um “comunismo”

nas igrejas evangélicas, mas para os progressistas, significa exercer um cristianismo na prática e acolher os excluídos, dentre eles, os evangélicos feridos pelo radicalismo político de extrema-direita nas igrejas.

Com isso, novas memórias religiosas surgem. As memórias da divindade descritas no Antigo Testamento cedem espaço para as memórias de Jesus constantes no Novo Testamento. As memórias de intolerância dentro das igrejas no auge do extremismo Bolsonarista, para esses fiéis, deu lugar a uma nova perspectiva, nova doutrina e novas memórias evocadas pelo Cristianismo primitivo.

6 CONCLUSÃO

Rememoremos o início: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. A expressão apropriada como slogan de campanha aponta para uma reflexão: o que é a verdade? O texto bíblico de onde a expressão foi transcrita foi antecedida de um diálogo entre Jesus e religiosos que buscavam a condenação à morte de uma mulher adúltera. Naquele contexto, eram os religiosos os detentores da verdade.

Ao questionar a natureza pecaminosa desses religiosos, a mulher que seria apedrejada não sofreu condenação e Cristo foi apresentado como a verdade, mas não como uma verdade religiosa e não a mesma verdade daqueles religiosos.

Durante séculos, segmentos religiosos, com suas doutrinas, símbolos, lugares sagrados, liturgias etc., se apresentaram e ainda hoje se apresentam como detentores da “verdade absoluta” ou seguidores de uma “verdadeira religião”, enquanto as outras seriam falsas crenças. Essa apropriação da verdade por segmentos religiosos tem despertado ao longo da história o sentimento de intolerância.

A construção desse trabalho também decorreu, ainda que indiretamente, do questionamento do que é a verdade. Seria Bolsonaro o detentor da verdade? Seria a moral cristã? Seria a doutrina católica ou a evangélica? Seriam as verdades ditas por pastores dos púlpitos? Embora essas perguntas não sejam exatamente o problema da pesquisa aqui desenvolvida, esta dissertação foi desenvolvida a partir da desconstrução de verdades.

Ao traçarmos um panorama histórico das crenças religiosas, observamos que a verdade não é estática, mas viva e influenciada pela realidade social em que está inserido o indivíduo. As origens do catolicismo, por exemplo, apresentam uma verdade que perdurou anos, até que fosse questionada pelas verdades de Lutero, que por sua vez foram questionadas pelas verdades de Calvino, até que essas últimas fossem confrontadas pelas verdades dos Metodistas, Puritanos, Batistas, Adventistas e assim por diante.

A verdade, portanto, é viva e pode ser valorada de acordo com o contexto ou a época, assim como a memória. As “verdades absolutas” tão presentes nas religiões podem ser tão somente o resultado de uma apropriação exclusivista de memórias religiosas. Ao evocar tais memórias, doutrinas são criadas sob influência da percepção do meio, do momento histórico, da ideologia dominante etc.

A influência da memória na construção de doutrinas religiosas traz consequências também para a percepção das verdades religiosas. A apropriação dessas verdades transmitidas com o tempo acarreta a intolerância ao diferente. Para que a intolerância religiosa seja contida, a atuação do Estado assumiu um papel relevante.

A formação de um ente regulamentador das relações sociais alheio às crenças religiosas tem por escopo proporcionar a liberdade de crença e, de alguma forma, inibir a intolerância. É nessa senda que se idealiza a laicidade estatal. Essa laicidade, além de conter a intolerância, corrobora para construção de memórias de estado alheias à religiosidade.

Todavia, o estado também nasce de uma construção histórica influenciado pelos indivíduos que o compõem, pelas memórias e crenças desses indivíduos, e pelas ideologias das classes dominantes. Demais disso, em países como o Brasil, confessional durante anos, a religião enraizada no corpo social, na cultura, na arte e em tantos outros espectros não será possível alcançar a completa dissociação entre estado e religião.

A despeito da dificuldade da completa dissociação, ainda que religião e Estado se relacionem, não se pode conceber que segmentos religiosos imponham suas crenças, interfiram nos interesses sociais, tampouco tolham o exercício de direitos por quem quer que seja. A memória de estado não pode ser uma memória religiosa em um estado laico.

Entretanto, a realidade brasileira na Nova República, conforme demonstrado no corpo deste trabalho, tem caminhado na direção diametralmente oposta. Com o crescimento do movimento evangélico no Brasil, especialmente o neopentecostal, igreja e estado tem se aproximado cada vez mais.

Essa reaproximação decorreu de alguns fatores apontados no corpo do trabalho, como o crescimento dos movimentos de extrema-direita e sua aproximação com segmentos evangélicos; novas doutrinas que surgiram com a evocação de memórias religiosas que despertavam no ideário evangélico uma interpretação de domínio; a influência da alienação e ideologia dentro de segmentos religiosos e, especialmente, a instrumentalização da fé por políticos e líderes religiosos com vistas a atender seus interesses pessoais e alimentar sua ganância por poder.

Nesta senda, voltemos mais uma vez à ideia de “verdade”. O texto sagrado e tão caro aos seguidores de Cristo foi usurpado para ser utilizado como slogan de campanha. O usurpador dessa suposta “verdade” atentou contra ela e, utilizando-se das mais absurdas mentiras, provocou verdadeira cisão entre evangélicos.

Que verdade Cristã é essa que tem paixão pelo ódio, pela intolerância, pela mentira, pela contenda ou pelo autoritarismo? Quão paradoxal é o suposto defensor dos ensinamentos de um torturado defender a tortura? Quão alienados (separados da realidade) os que aderiram ao Bolsonarismo estavam para não perceber que o suposto paladino da moral Cristã esteve em completa dissonância com o evangelho de Cristo?

A promíscua contaminação das igrejas evangélicas com a política de ódio Bolsonarista trouxe consequências, tanto para a sociedade, que teve as suas necessidades negligenciadas para que fossem atendidos interesses de segmentos religiosos, quanto para os próprios fiéis que divergiram da vinculação entre política e religião, bem como da instrumentalização da fé para alcançar objetivos políticos.

Para os fiéis dissidentes, os efeitos da politização da fé atingiram, ainda, as doutrinas evangélicas e memórias religiosas. Segundo levantamento realizado, os evangélicos que não concordaram com o movimento político dentro das igrejas sofreram com retaliações dentro das próprias comunidades de fé. Muitos desses indivíduos optaram por não mais congregar em suas denominações, alguns buscaram refúgio em outras comunidades.

Essa retaliação impactou na construção das memórias religiosas. Ao deixarem as suas comunidades de fé, evangélicos perderam um referencial espacial na construção de memórias coletivas. Muitos desses, eram membros de Igrejas centenárias e congregavam no mesmo local há décadas.

As igrejas são quadros sociais de memórias especiais. A saída de uma igreja representa o apagar de memórias relacionadas ao casamento, nascimento e consagração dos filhos, comunhão entre os membros da comunidade, participação de sacramentos e outros tantos eventos biográficos do ser religioso.

O templo, como referência espacial para construção das memórias, é dotado de símbolos, adereços, liturgias e outros elementos para que as memórias sejam evocadas. Demais disso, com o acossamento aos dissidentes pelos seus pares, as memórias de afeto e comunhão deram lugar a novas memórias de intolerância e perseguição. Essas memórias de intolerância desconstruíram a memória de acolhimento tão cristalina nos ensinamentos de Jesus.

Noutro plano, malgrado a interferência do aspecto espacial na construção das memórias religiosas, o movimento de “desigrejamento” contribuiu para o crescimento de novas doutrinas alheias ao conservadorismo de extrema-direita que contaminou muitas igrejas evangélicas e para a criação de novos fenômenos e memórias religiosas no segmento evangélico.

O surgimento ou crescimento de comunidades inclusivas, progressistas, trouxe uma nova perspectiva de fé para esses evangélicos. Essa perspectiva nos remeterá mais uma vez à ideia de verdade. Quais as novas memórias e verdades religiosas decorrentes do contexto evangélico hodierno? Para este segmento a resposta pode ser extraída da própria bíblia, no capítulo um do livro de Tiago, versículo vinte e sete: “A religião pura e sem mancha diante de Deus Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas em sua aflição, guardar-se do mundo para não se manchar” (A BÍBLIA, 2020, p. 2302).

As novas memórias e verdade, portanto, não estão na religiosidade, mas no afeto, no cuidado, no acolhimento. Não que esta seja mais uma “verdade absoluta”, mas deve ser uma percepção da verdade para os evangélicos dissidentes. As memórias de intolerância, nessa perspectiva, cedem espaço às memórias de recomeço, de acolhimento e de fé, que estão em sincronia com as memórias do autêntico evangelho de Cristo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: EdUnesp, 2020.
- AGOSTINHO, Aurélio [Santo Agostinho]. **A Cidade de Deus**. Trad. J. Dias Pereira. 2. ed. Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1996.
- ALTHUSSER, Louis, **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- ANÉAS, André; NASCIMENTO, Lucas Merlo, GAMA, Rafael da (org). **Evangélicos e Política**. São Paulo: Recriar, 2023.
- ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Centro de Estudos Metrópole**. 17 de maio de 2023. Disponível em chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf. Acesso em 23 de jan. 2024.
- AZEVEDO, Carolina. “Só vi algo parecido com isso na ditadura militar”: o assédio eleitoral nas igrejas evangélicas. **LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**. 27 out. 2022. Disponível em <https://diplomatie.org.br/so-vi-algo-parecido-com-isso-na-ditadura-militar-o-assedio-eleitoral-nas-igrejas-evangelicas/#:~:text=Foi%20esse%20o%20caso%20do,como%20feminismo%20e%20direito%20LGBT>. Acesso em 19 fev. 2024.
- BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.
- BASTIAN, Jean-Pierre. **Historia del protestantismo em America Latina**. Mexico, D.F: CUPSA, 1990.
- BELLITTO, Christopher M. **História dos 21 Concílios da Igreja: de Niceia ao Vaticano II**. Tradução Cláudio Queiroz de Godoy. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2016.
- BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. Tradução: Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1967.
- BÍBLIA. **BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL**. Trad. João Ferreira Almeida. Deerfield, Flórida: Life Publishers/CPAD, 1995.
- BÍBLIA. **BÍBLIA TEB: Notas integrais tradução ecumênica**. Tradução: A.J.M. de Abreu, *et al.* 3. ed. São Paulo: Loyola, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. São Paulo: Edipro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: fragmentos de um dicionário político. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 27/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 27 out. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1888**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 ago. 2022.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 – CÓDIGO PENAL**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm 23/08/2022.

BRASIL. Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em 27/10/2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2 de 02 de fevereiro de 2019. Proíbe o uso o nome e/ou título BÍBLIA ou BÍBLIA SAGRADA em qualquer publicação impressa e/ou eletrônica com conteúdo (livros, capítulos e versículos) diferente do já consagrado há milênios pelas diversas religiões Cristãs (Católicas, Evangélicas e outras que se orientam por este Livro - Bíblia). Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190408>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 246 de 04 de fevereiro de 2019. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2594 de 16 de julho de 2021. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de vedar a exibição de publicidade na programação televisiva e no rádio com a participação de atores infanto-juvenil ou voltada para este público com conteúdo que se refira à temas relacionados a gênero e a ideologia de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2291600>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.

CASTRO, Gabriel. Religiosos entregam 1 milhão de assinaturas contra projeto que criminaliza a homofobia. **REVISTA VEJA**. 1º jun. 2011. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/religiosos-entregam-1-milhao-de-assinaturas-contraprojeto-que-criminaliza-homofobia>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CARVALHO, Daniel; VALENTE, Rubens. Acabou a doutrinação de crianças e adolescentes, diz Damares em posse. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 2 jan. 2019, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/acabou-a-doutrinacao-de-criancas-e-adolescentes-diz-damares-em-posse.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2024.

COSTA, Antônio Carlos da. Cristãos sem Igreja e o Bolsonarismo. **MEDIUM.COM**. 02 set. 2021. Disponível em <https://medium.com/@antoniocosta/crist%C3%A3os-sem-igreja-e-o-bolsonarismo-abc5e6cfbede>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CHAUI, Marilena, **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

D'ARAUJO FILHO, Caio Fábio. **PERDOEM-ME O DESGOSTO! ESTÁ INSUPORTÁVEL!**. 26 Jan. 2012. Disponível em <https://caiofabio.net/perdoem-me-o-desgosto>. Acesso em: 19 fev. 2024.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas**, volume 1; trad. Roberto Cortes de Lacerda. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia desenterrada: a nova visão arqueológica do antigo Israel e das origens**; tradução de Nélio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1993.

FUNAN, Pedro Paulo. **Grécia e Roma** – 2 ed - São Paulo: Contexto. 2002.

- GABRIEL, Ruan de Sousa. Os conflitos de um teólogo com a religião eleitoreira. **REVISTA ÉPOCA**. 28 out. 2018.
- GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIBBON, Edward. **Os cristãos e a queda de Roma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GONZÁLEZ, Justo L. **Uma breve história das doutrinas cristãs**. Trad. José Carlos Siqueira. São Paulo: Hagnos, 2015.
- GUSSEN, Ana Flávia. O céu de Damares: como a ministra dos Direitos Humanos aparelha sua pasta. **CARTA CAPITAL**. 17 maio 2021. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ceu-de-damares-como-a-ministra-dos-direitos-humanos-aparelha-sua-pasta/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memória**. Barcelona: Antropos, 2004.
- HORTON, Stanley M.; MENZIES, William W. **Doutrinas Bíblicas: uma perspectiva pentecostal**. 3. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9.ed. Rio de Janeiro – RJ: Grupo GEN, 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo: volume I: até 1500 a.D.** Tradução Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.
- LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo: volume II: 1500 a.D. a 1975 a.D.** Tradução Heber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7.ed. Campinas, SP: EdUnicamp, 2013.
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019.
- MALUF, Sahid. **A civilização do Ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.
- MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia M. **Antropologia - uma introdução**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATA, Sérgio da. **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos – filosóficos**. São Paulo. Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Memória compartilhada e história**: entre alienação e ideologia. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

MELLO, Bernardo; MARQUES, Jéssica. Câmara e assembleias legislativas têm recorde de pastores evangélicos eleitos. **O Globo**, 4 de out. de 2022, disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/camara-e-assembleias-legislativas-tem-recorde-de-pastores-evangelicos-eleitos.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553624474. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624474/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

MORI, Letícia. 'Diziam que eu não era cristão de verdade': os evangélicos que mudaram de igreja por causa do bolsonarismo. **BBC NEWS BRASIL**. 30 set. 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63055714>. Acesso em: 03 mai. 2023.

NIEBUHR, H. Richard. **As Origens Sociais das Denominações Cristãs**. Trad. Antônio Gouvêa Mendonça: São Paulo: ASTE/Ciências da Religião, 1992.

NIKLAS, Jan. Influenciadores evangélicos olham para o debate político nas redes; veja ranking dos maiores perfis. **O GLOBO**. 17 de jan. de 2022. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/influenciadores-evangelicos-miram-debate-politico-nas-redes-veja-ranking-dos-maiores-perfis.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NORA, Pierre.; AUN KHOURY, Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012.

NUNES, José Afonso Moura. **Cristianismo**: de seita judaica a religião do império. Belo Horizonte: Ramalhete, 2020.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva 2019.

REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do estado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROBERTO, Sérgio Paulo. **Introdução ao estudo dos dogmas da Igreja Católica**. Juiz de Fora – MG: Martyria, 2015.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: ASTE, 2003.

RÖMER, Thomas. **A ORIGEM DE JAVÉ**: O Deus de Israel e seu nome. 1. ed. Trad. Margarida Maria Cichelli Oliva. São Paulo: Paulus, 2016.

SAYURI, Juliana; AGUIAR, Leandro. A liderança emergente do mundo evangélico. **UOL**. 22 mar. 2023, disponível em <https://tab.uol.com.br/edicao/lagoinha/#page1>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SENRA, Ricardo. Eleições 2022: 'Perseguição contra cristãos já começou no Brasil. Só que dentro da igreja'. **BBC NEWS BRASIL**. 18 out. 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63285936>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **História do Direito**: perspectivas histórico-constitucionais da relação entre estado e religião. São Paulo: Atlas, 2013.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração, 2020.

TRINDADE, Eliane. “Bolsonarismo é realidade abjeta e deve ser expurgada”, diz pastor. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 13 out. 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2022/10/bolsonarismo-e-realidade-abjeta-e-deve-ser-expurgada-diz-pastor.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2024.

UTIDA, Mauro. USO DE CRIANÇAS COMO ESCUDO NOS BLOQUEIOS DE RODOVIAS EM SC SERÁ INVESTIGADO PELO MP. **midianinja.org**, 03 nov. 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/uso-de-criancas-como-escudo-nos-bloqueios-de-rodovias-em-sc-sera-investigado-pelo-mp>> Acesso em: 22 fev. 2023.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 20 set. 2020, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WEBER, Marx. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.